



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA –
PPGERU
LINHA DE PESQUISA: Economia Regional e Urbana e Políticas Públicas

WELLINGTON RODRIGUES DA SILVA

“MINHA UNIVERSIDADE, MEU TERRITÓRIO”: a contribuição das Instituições de
Ensino Superior (IES) públicas para o desenvolvimento do aglomerado urbano
CRAJUBAR

CRATO – CE

2024

WELLINGTON RODRIGUES DA SILVA

**“MINHA UNIVERSIDADE, MEU TERRITÓRIO”: a contribuição das Instituições de
Ensino Superior (IES) públicas para o desenvolvimento do aglomerado urbano
CRAJUBAR**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana da Universidade Regional do Cariri (PPGERU/URCA) como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Economia. Área de concentração: Economia Regional e Urbana e Políticas Públicas.

Bolsa de Mestrado da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

Orientador: Dr. Francisco do O' de Lima Júnior

Coorientadora: Dra. Christiane Luci Bezerra Alves.

CRATO-CE

2024

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Silva, Wellington Rodrigues da

S586“ “MINHA UNIVERSIDADE, MEU TERRITÓRIO” a contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas para o desenvolvimento do aglomerado urbano CRAJUBAR / Wellington Rodrigues da Silva. Crato-CE, 2024. 154p.

Dissertação. Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Urbana da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Júnior

Coorientador(a): Prof.^a Dr.^a Christiane Luci Bezerra Alves

1.Instituições de Ensino Superior, 2.Desenvolvimento, 3.Educação Superior, 4.Desenvolvimento Territorial, 5.CRAJUBAR; I.Título.

CDD: 330

WELLINGTON RODRIGUES DA SILVA

“MINHA UNIVERSIDADE, MEU TERRITÓRIO”: a contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas para o desenvolvimento do aglomerado urbano CRAJUBAR

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana da Universidade Regional do Cariri (PPGERU/URCA) como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em: 22/02/2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Júnior (Orientador)
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Profa. Dra. Christiane Luci Bezerra Alves (Coorientadora)
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Profa. Dra. Silvana Nunes de Queiroz (Examinadora Interna)
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Profa. Dra. Cidonea Machado Deponti (Examinadora Externa)
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

CRATO - CE

2024

*Dedico aos meus pais Francisca Francegilda
e Antonio Wélton, pelo apoio constante.*

AGRADECIMENTOS

Escrever agradecimentos não é muito meu forte, foram dois anos intensos nessa jornada de Mestrando, apesar disso, vamos lá!

Agradeço primeiramente a Deus, pela determinação, força, coragem e disposição que venho tendo na minha vida para enfrentar todos os dias de luta.

Agradeço aos meus pais, em especial a minha Mãe Francisca Francegilda da Silva, ao e ao meu Pai Antônio Welton Rodrigues dos Santos, que sempre estiveram comigo, me apoiando, me dando forças, e sempre torcendo pelo meu sucesso, sem nunca medir esforços para que eu me tornasse o ser humano que sou hoje, a vocês meu Muito Obrigado.

Agradeço aos meus Avós Maria de Sousa, Antonio Carlos, Videlina Maria e Antônio Rodrigues, que também sempre estiveram torcendo pelo meu sucesso. Às minhas irmãs Winara Rodrigues e Analu pelos momentos que proporcionam na minha vida, principalmente como irmão mais velho que cuida e protege sempre que pode. Ao meu querido sobrinho João Miguel que vem diariamente me proporcionando muito amor. Aos familiares de sangue que sempre estiveram juntos ajudando de todas as formas possíveis.

Agradeço à Fernanda Rosendo que desde criança esteve torcendo pelo meu sucesso, me apoiando e ajudando sempre que possível, em uma troca mútua de amizade verdadeira. À Gabriela Porfirio pela amizade e apoio contante. Agradeço demais por me acompanharem nessa jornada.

Agradeço à Eliene Andressa que desde a graduação em Economia esteve comigo e no Mestrado fortalecemos nossa amizade, sendo constantemente agraciado com seus risos, puxões de orelha, orientação e momentos de companheirismo.

Agradeço aos meus colegas do Mestrado que se tornaram amigos e participaram dessa jornada, Eliene Andressa, Laura Silva, Renato, Rosana e Weiga.

Agradeço aos amigos que estiveram sempre presentes e os que passaram a estar presentes: Aline Alves, Lourenço da Silva, Alex Nascimento, Bruno Fernandes, Jordan Saraiva, Fabiana Sales, Edilma, Rauan e Fábio.

Agradeço à minha Psicóloga que vem me ajudando diariamente nas minhas demandas pessoais.

Agradeço ao Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Júnior por participar da construção dessa dissertação como Orientador, além de estar constantemente me motivando e elogiando meu esforço.

Agradeço a Profa. Dra. Christiane Luci Bezerra Alves por participar da construção dessa dissertação como Coorientadora, sempre ajudando na estruturação do estudo e do texto, além da paciência e companheirismo constante.

Agradeço a Profa. Dra. Silvana Nunes de Queiroz pela motivação e ensinamentos constantes, além da contribuição para essa dissertação como examinadora.

Agradeço a Profa. Dra. Valéria Pinheiro que ajudou na construção da parte metodológica da dissertação.

Agradeço a Profa. Dra. Cidonea Deponti pelas considerações dadas na qualificação e como membro da banca de defesa da dissertação.

Agradeço aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da URCA: Eliane Pinheiro, Wellington Justo, Aydano e Rogério.

Agradeço a Profa. Dra. Rosemary Cordeiro pela oportunidade de Estágio em Docência na disciplina de Economia do Nordeste.

Agradeço aos Especialistas e aos Docentes das Instituições que participaram da pesquisa.

Agradeço a todos os amigos que fiz durante esse percurso dentro e fora da Universidade.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado que proporcionou a construção da presente pesquisa.

E por fim, um agradecimento especial para mim, Wellington Rodrigues, que apesar dos percalços, das dificuldades, dos momentos bons e ruins, continuei firme, de cabeça erguida, buscando construir uma carreira profissional e acadêmica, sempre almejada na minha vida, além de ter forças para construir diariamente esse trabalho e concluir mais uma etapa, o título de Mestre em Economia.

Esse trabalho, é dedicado a todas as pessoas que cooperaram, direta ou indiretamente, para que eu chegasse até aqui. A TODOS MINHA SINCERA E ETERNA GRATIDÃO!

*Não vim até aqui
Pra desistir agora(...)
Se depender de mim
Eu vou até o fim...
(Até o fim-Engenheiros do Havai)*

RESUMO

A educação em todos os seus níveis é um processo com importantes desdobramentos para a sociedade, ao promover desenvolvimento, transformações econômicas, sociais, culturais, ambientais, mudança de hábitos e pensamentos, formação individual e ascensão profissional. Ela possui a capacidade de modificar a estrutura de um país, território, região, comunidade, uma dinâmica espacial, com isso, é preciso dotar os territórios com esse mecanismo de transformação, objetivando expandir o desenvolvimento igualitariamente. Para compreender a relação existente entre a educação e o desenvolvimento, é necessário formular instrumentos de pesquisa que aproximam esses dois elementos. O entendimento sobre as contribuições das IES sobre o desenvolvimento territorial torna-se importante fonte de estudo para compreender como essas instituições podem se configurar e dinamizar os territórios nas quais estão se instalando e quais os desdobramentos econômicos, educacionais, sociais, ambientais, culturais, políticos e científicos podem ser observados. Nesse contexto, o presente estudo busca responder a indagação: quais as contribuições das Universidades Públicas para o desenvolvimento territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha)? Assim, o objetivo desse trabalho é analisar as contribuições das IES públicas para o desenvolvimento territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR. Para tanto, o trabalho propõe construir uma matriz de indicadores de avaliação da contribuição da Educação Superior Pública para o Desenvolvimento Territorial juntamente com um Índice de Contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial (ICESDT), a partir da avaliação de importante segmento constitutivo das Universidades, seu corpo docente; classificar, a partir do instrumento de mensuração (ICESDT), a contribuição do Ensino Superior Público para o Desenvolvimento Territorial do CRAJUBAR. O aglomerado urbano CRAJUBAR, foi escolhido como área de estudo, principalmente pelas importantes configurações e dinâmicas no “território Cariri”, além da sua influência no contexto econômico do interior do Ceará. O Cariri-CRAJUBAR é tido como um local diferenciado dentro do sertão nordestino, se distinguindo de vários outros com particularidades envolta da biodiversidade, religiosidade, palco de manifestações culturais e sociais, dinâmica regional e econômica, e principalmente, sua consolidação como polo de Educação Superior. Para a metodologia de mensuração do ICESDT foi aplicado um questionário aos docentes das IES públicas do CRAJUBAR composto por seis dimensões, recorrendo, para isso, ao Método Delphi e à análise multicritério para tomada de decisão, através da Análise Hierárquica de Processos (AHP). O ICESDT apresentou como resultado 3,86 permitindo dizer que as IES públicas têm uma “alta” contribuição para o desenvolvimento territorial do CRAJUBAR, avaliada por seis dimensões. O ranking das dimensões, em ordem decrescente: Contribuição para o Mercado de trabalho e Formação Profissional (4,06); Contribuição para Formação Político-Cidadã (3,92); Contribuição Regional (3,91); Contribuição Científica-Inovativa-Extensionista (3,91); Contribuição Ambiental-Cultural (3,74) e Contribuição para o Desenvolvimento Humano (3,67). Por meio da avaliação das IES públicas avaliadas no CRAJUBAR, percebe-se que elas contribuem de várias formas, principalmente para o mercado de trabalho e qualificação profissional. Além disso, proporciona transformações na estrutura das cidades, influenciando a dinâmica regional, promove transformações na disseminação do conhecimento, seja pelo ensino, pesquisa e extensão, possibilita a mudança na forma de pensar e se posicionar sobre questões sociais e tem impacto sobre a formação cidadã.

Palavras-Chave: Instituições de Ensino Superior; Desenvolvimento; Educação Superior; Desenvolvimento Territorial; CRAJUBAR.

ABSTRACT

Education at all its levels is a process with significant implications for society, promoting development, economic, social, cultural, environmental transformations, changes in habits and thoughts, individual formation, and professional advancement. It has the capacity to modify the structure of a country, territory, region, community, spatial dynamics, thus, it is necessary to equip territories with this mechanism of transformation, aiming to expand development equally. To understand the relationship between education and development, it is necessary to formulate research instruments that bring these two elements closer. Understanding the contributions of Higher Education Institutions (HEIs) to territorial development becomes an important source of study to comprehend how these institutions can configure and revitalize the territories in which they are located, and what economic, educational, social, environmental, cultural, political, and scientific implications can be observed. In this context, the present study seeks to answer the question: what are the contributions of Public Universities to the territorial development of the urban cluster CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte, and Barbalha)? Thus, the objective of this work is to analyze the contributions of public HEIs to the territorial development of the urban cluster CRAJUBAR. To do so, the study proposes to construct a matrix of indicators for evaluating the contribution of Public Higher Education to Territorial Development together with an Index of Contribution of Higher Education to Territorial Development (ICHTD), based on the evaluation of an important constitutive segment of Universities, their faculty; classify, using the measurement instrument (ICHTD), the contribution of Public Higher Education to the Territorial Development of CRAJUBAR. The urban cluster CRAJUBAR was chosen as the study area, mainly due to its significant configurations and dynamics in the "Cariri territory", as well as its influence on the economic context of the interior of Ceará. Cariri-CRAJUBAR is considered a distinctive place within the northeastern hinterland, distinguishing itself from several others with peculiarities surrounding biodiversity, religiosity, stage for cultural and social manifestations, regional and economic dynamics, and mainly its consolidation as a Higher Education hub. For the methodology of measuring ICHTD, a questionnaire was applied to faculty members of public HEIs in CRAJUBAR composed of six dimensions, resorting, for this, to the Delphi Method and multi-criteria analysis for decision-making, through the Analytic Hierarchy Process (AHP). The ICHTD yielded a result of 3.86, allowing us to say that public HEIs have a "high" contribution to the territorial development of CRAJUBAR, evaluated by six dimensions. The ranking of dimensions, in descending order: Contribution to the Labor Market and Professional Training (4.06); Contribution to Political-Citizen Formation (3.92); Regional Contribution (3.91); Scientific-Innovative-Extensionist Contribution (3.91); Environmental-Cultural Contribution (3.74) and Contribution to Human Development (3.67). Through the evaluation of public HEIs assessed in CRAJUBAR, it is perceived that they contribute in various ways, especially to the labor market and professional qualification. Furthermore, it brings about transformations in the structure of cities, influencing regional dynamics, promotes changes in the dissemination of knowledge, whether through teaching, research, and extension, enables a change in thinking and positioning on social issues, and has an impact on citizenship formation.

Keywords: Higher Education Institutions; Development; Higher Education; Territorial Development; CRAJUBAR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – A) Mapa do Brasil; B) Estado do Ceará; C) Região Metropolitana do Cariri; D) CRAJUBAR.....	70
Figura 02 – Estrutura hierárquica do Método AHP.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Impacto das IES sobre o desenvolvimento regional	44
Quadro 02 - IES do território CRAJUBAR	65
Quadro 03 – Matriz de Dimensões e indicadores para construção do Índice	75
Quadro 04 – Síntese do Método Delphi.....	80
Quadro 05 – Síntese das operações básicas do Método AHP.....	82
Quadro 06 – Escala de julgamentos de Saaty	84
Quadro 07 – ICESDT e dimensões – Escala de classificação	86

LISTA DE SIGLAS

AHP – Análise Hierárquica de Processos

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEP/URCA – Comitê de Ética e Pesquisa da URCA

CoRE – Índice de Contribuição Regional

CoCIE – Índice de Contribuição Científica-Inovativa-Extensionista

CoPC – Índice de Contribuição para Formação Político-Cidadã

CoAC – Índice de Contribuição Ambiental-Cultural

CoDH – Índice de Contribuição para o Desenvolvimento Humano

CoMTQ – Índice de Contribuição Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional

CRAJUBAR – Crato/Juazeiro do Norte/Barbalha

EUA – Estados Unidos da América

FIES – Financiamento Estudantil

FUNDETEC – Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICESDT – Índice de Contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis

FJN – Faculdade de Juazeiro do Norte

FAP – Faculdade Paraíso

GA – Geoparque Araripe

GGN - *Global Geoparkes Network*

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Ensino Superior

IIR – Índice de Inserção Regional

IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPECE – Instituto de Pesquisa Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

PIB – Produto Interno Bruto

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PROUNI – Programa Universidade para Todos

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

SESC – Serviço Social do Comércio (SESC)

UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

URCA – Universidade Regional do Cariri

VAB – Valor Adicionado Bruto

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Vagas e candidatos inscritos nas IES por organização administrativa em 2022.	67
Tabela 02 – Ceará, CRAJUBAR, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha - População residente 2000/2010/2022.....	70
Tabela 03 – Quantitativo de Docentes por IES	73
Tabela 04 – Análise de consenso nas dimensões do ICESDT	89
Tabela 05 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Regional	90
Tabela 06 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Científica-Inovativa-Extensionista	91
Tabela 07 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Formação Político-Cidadã .	92
Tabela 08 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Ambiental-Cultural	93
Tabela 09 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Desenvolvimento Humano	94
Tabela 10 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional	95
Tabela 11 – Consistência das matrizes de indicadores adotados na AHP.....	95
Tabela 12 – Distribuição absoluta e relativa do perfil dos Docentes pesquisados.....	96
Tabela 13 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Regional do ICESDT	100
Tabela 14 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Científica-Inovativa-Extensionista do ICESDT.....	102
Tabela 15 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Formação Político-Cidadã do ICESDT.....	105
Tabela 16 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Ambiental-Cultural do ICESDT	108
Tabela 17 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Desenvolvimento Humano do ICESDT.....	111
Tabela 18 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional do ICESDT	113
Tabela 19 – Distribuição absoluta da avaliação dos pesquisados, referente às dimensões do ICESDT	115
Tabela 20 – Dimensões e estatísticas descritivas do ICESDT	116

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	ASPECTOS TEÓRICOS.....	25
	2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR	25
	2.1.1 Reflexões sobre o desenvolvimento	25
	2.1.2 Território: aspectos conceituais e implicações para o desenvolvimento	32
	2.1.3 A Educação Superior e suas contribuições para o desenvolvimento.....	38
	2.2 O TERRITÓRIO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO AGLOMERADO URBANO CRAJUBAR.....	49
	2.2.1 Apontamentos do “território Cariri” – CRAJUBAR	49
	2.2.2 O Polo de Educação Superior no CRAJUBAR	58
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	68
	3.1 ÁREA DE ESTUDO.....	69
	3.2 FONTE DE DADOS E TÉCNICAS	72
	3.2.1 População e amostra	72
	3.2.2 Procedimentos de coleta.....	73
	3.2.3 Posicionamento Ético	73
	3.2.4 Procedimentos metodológicos para construção do Índice.....	74
	3.2.4.1 <i>Método Delphi</i>	77
	3.2.4.2 <i>Análise Hierárquica de Processos (AHP)</i>	81
	3.2.4.3 <i>Índice de Contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial (ICESDT)</i>	85
4	CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO CRAJUBAR.....	88
	4.1 ÍNDICE DE CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - ICESDT: CONSENSO DO MÉTODO DELPHI E ANÁLISE HIERÁRQUICA DE PROCESSOS (AHP)	88
	4.2 PERFIL DOS DOCENTES PESQUISADOS	96
	4.3 RESULTADOS DOS ÍNDICES E DISCUSSÕES DAS DIMENSÕES	97
	4.3.1 Contribuição Regional da Educação Superior (CoRe)	97
	4.3.2 Contribuição Científica-Inovativa-Extensionista da Educação Superior (CoCIE)	101

4.3.3 Contribuição para Formação Político-Cidadã da Educação Superior (CoPC)	104
4.3.4 Contribuição Ambiental-Cultural da Educação Superior (CoAC)	107
4.3.5 Contribuição para o Desenvolvimento Humano da Educação Superior (CoDH)	109
4.3.6 Contribuição para o Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional da Educação Superior (CoMTQ)	112
4.3.7 Considerações sobre o ICESDT	114
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA METODOLOGIA DO MÉTODO DELPHI APLICADO JUNTO AOS ESPECIALISTAS	134
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES	141
APÊNDICE C – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA CONTRIBUIÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	147
APÊNDICE D – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA-INOVATIVA-EXTENSIONISTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	148
APÊNDICE E – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO POLÍTICO-CIDADÃ DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	149
APÊNDICE F – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA CONTRIBUIÇÃO AMBIENTAL-CULTURAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	150
APÊNDICE G – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA CONTRIBUIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	151
APÊNDICE H – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA CONTRIBUIÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	152
APÊNDICE I – ESTRATIFICAÇÃO DA AMOSTRA POR CURSOS/CENTROS	153

1 INTRODUÇÃO

A educação se fundamenta como um mecanismo que gera importantes reatamentos sobre a sociedade, promove desenvolvimento, transformações econômicas, sociais, culturais, ambientais, mudança de hábitos e pensamentos, formação individual e ascensão profissional. Possui a capacidade de modificar a estrutura de um país, território, região, comunidade, uma dinâmica espacial, com isso, é preciso dotar os territórios com esse mecanismo de transformação, objetivando expandir o desenvolvimento igualitariamente.

Nessa perspectiva, a educação emerge como uma alternativa para o desenvolvimento dos países. Durante muitos séculos, este conceito esteve associado ao cenário econômico das nações, atribuindo a posição de “desenvolvidos” aqueles que possuíam uma economia pujante em relação aos demais, termo que ganha novas definições no decorrer dos séculos. Fatores diversos influenciaram para a mudança na abordagem do desenvolvimento econômico, voltando para adjetivações com aspectos regionais, endógeno, locais e sustentável e, pela introdução de abordagens mais amplas envolvendo problemáticas como qualidade de vida, bem-estar da sociedade, disparidades regionais e questões ambientais.

Oliveira (2021) destaca que o foco das teorias do desenvolvimento regional era demonstrar quais as vantagens e desvantagens de espaços econômicos, observando a transferência de recursos para cada região. O autor reforça que os estudos em volta da questão regional se tornaram presentes no pós-guerra, deixando de abordar a perspectiva de crescimento econômico e incorporando questões como qualidade de vida e bem-estar da sociedade. “O desenvolvimento regional será o fio condutor de orientação da necessidade de elaborar políticas e formular planos que as programem em suas devidas proporções, levando em consideração as características como as regiões se apresentam” (Oliveira, 2021, p. 207). O esforço para entender o desenvolvimento, antes estudada apenas por economistas, é reforçada com trabalhos de outras áreas, como, geografia, história, sociologia, ciência política e antropologia (Theis *et al.*, 2022). Os autores apontam para a abordagem do regional “como uma etapa e um processo”, elucidado por outros teóricos e ideias (Theis *et al.*, 2022, p. 263).

As décadas de 1970 a 1990 são marcadas por profundas transformações econômicas nos países e a mudança em torno das perspectivas de desenvolvimento. Bonente e Almeida Filho (2008) destacam que, após 1970, é observado um processo de quedas nas taxas de crescimento econômico e expansão inflacionária, atribuindo ao período a denominação de hiperinflação. Tal cenário macroeconômico e resolução de seus principais desequilíbrios

passaram a ser preocupação de dirigentes e formuladores de política econômica, especialmente nos países centrais (Bellingieri, 2017).

Assiste-se, na década seguinte (1980), a preocupação com o desenvolvimento por parte das agências multilaterais, inserindo nos debates, questões como deterioração ambiental, pobreza e fome. Ao mesmo tempo, a crise no regime de acumulação capitalista forçou um reordenamento na intervenção do Estado e a abordagem neoliberal ganha espaço nos debates (Bonente; Almeida Filho, 2008). Os autores reforçam que a ideologia neoliberal vai intervir sobre a questão da atuação do Estado, sendo sustentada pela abordagem e pelos teóricos do desenvolvimento local. Após 1980, vai emergir uma nova abordagem do desenvolvimento, ressaltando o “local” como protagonista desse processo (Bellingieri, 2017). Amaral Filho (2001, p. 261) ressalta que ao final da década de 1980, é observado um processo de endogeneização em regiões interioranas dos países, na qual as decisões passaram a ser tomadas no contexto local, a utilização de meios e recursos próprios em busca da ascensão econômica, ou seja, “a organização territorial deixou de ter um papel passivo para exercer um papel ativo diante da organização industrial”.

A década de 1990 é palco de novas configurações em torno dos debates sobre o desenvolvimento, novas conceituações ganharam espaço na academia. Corrêa (2009) destaca que houve uma mudança no paradigma de desenvolvimento, sendo que esse conceito deixa de abordar apenas a dimensão econômica, inserindo novas dimensões, voltadas principalmente para o desenvolvimento endógeno, “que incorporaram nas suas funções de produção variáveis como capital humano, capital social e até mesmo capital natural” (Bonente; Almeida Filho, 2008, p. 90).

É dentro dessa concepção do endógeno que surgem as abordagens sobre território e desenvolvimento territorial. “O desenvolvimento endógeno supõe o território como fator estratégico de desenvolvimento, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, enraizadas nas condições locais, de *baixo para cima*” (Bellingieri, 2017, p. 17). Nesse cenário, o território passa a ser designado com novas definições, não se configurando “só uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade humana, social, cultural e histórica” (Costa *et al.*, 2021, p. 186).

“Não há como pensar o desenvolvimento regional sem considerar as condições ambientais, sociais, políticas, econômicas, de estruturação e organização social da sociedade existentes nos diferentes territórios que conformam as regiões” (Silveira, 2020, p. 42). O território passa a ser um espaço onde relações sociais, históricas e culturais se concretizam, criando um ambiente diversificado, ocasionando o desenvolvimento. Silveira (2020) vê esses

elementos como importantes atributos presentes em um território, tornando-o particulares de cada local e que precisam ser valorizados para a consolidação do desenvolvimento naquele local.

A concepção de desenvolvimento territorial é impulsionada, principalmente, “pela globalização, reorganização produtiva; pela supressão dos regimes autoritários e o consequente processo de descentralização política; e o reconhecimento de novos atores sociais” (Rodrigues; Santos, 2018, p. 122). Conceitualmente, o desenvolvimento territorial é visto como “significado concreto da localidade, do enraizamento, das relações de confiança, das simetrias/reciprocidades, da sustentabilidade ambiental e cultural, da participação popular, da auto-organização e da contra hegemonia” (Saquet, 2019, p. 33), “é uma dinâmica cultural e política que busca a transformação social” (Rodrigues; Santos, 2018, p. 122).

A formação da nova estrutura econômica capitalista, engendrou que os países desenvolvidos buscassem maneiras de permanecer se desenvolvendo, enquanto as economias subdesenvolvidas procurassem meios para se desenvolver e aproximar-se das grandes economias do mundo. Nessa nova perspectiva, a Educação em todos os seus níveis e, com destaque para a Educação Superior, ganha espaço relevante de promoção do desenvolvimento com redução de assimetrias. A Educação Superior, através das Instituições de Ensino superior (IES), passou a ser importante no processo de desenvolvimento, sua atribuição se constituiu através de atores para o sistema de inovação (Vieira, 2017).

Em meio a esse processo, as configurações espaciais que as IES têm gerado, como instrumentos de redução das disparidades educacionais no Brasil e no mundo, sua consolidação em determinados territórios têm proporcionado transformações nas dinâmicas locais. Rodrigues e Façanha (2018) destacam a instalação de uma IES e a capacidade de acelerar o processo de desenvolvimento, possibilitando rebatimentos diretos e indiretos. Segundo Vieira e Macedo (2022), as IES tendem a impulsionar áreas geográficas, buscando reduzir as assimetrias espaciais que estão relacionadas ao desenvolvimento desigual do sistema econômico nacional. Chiarini e Vieira (2012) destacam o papel social desempenhado pelas Universidades, pois além de formar indivíduos mais críticos, capazes de reivindicar direitos sociais, articulam a sociedade para a criação de novas tecnologias que possibilitam ascensão do país com desenvolvimento igualitário.

Quando se relaciona a IES e a localidade onde está inserida, pode-se observar que as Universidades aprimoram o local ou a região, atraindo novos investimentos produtivos, estabelecem fluxos migratórios, contribuem para a atração e permanência de pessoas, ocasionando e dinamizando a expansão das cidades e o desenvolvimento local (Vieira, 2017).

Destaca-se a prestação de serviços realizados pela IES à comunidade e ainda seu potencial gerador de capital humano¹, onde se sobressai sua capacidade de execução de pesquisas locais em benefício da região (Caldarelli *et al.*, 2015), que beneficiam os seguimentos produtivos locais, promovendo ganhos para indivíduos e organizações empresariais. “As universidades, por si só, ao formarem pessoas qualificadas, influenciam a capacidade de absorção de conhecimentos pela sociedade, ou seja, elevam a capacidade da sociedade compreender tecnologias e conhecimentos externos”, aumentando sua capacidade de utilizar esses conhecimentos (Chiarini; Vieira, 2012, p. 119).

Dentre os transbordamentos gerados pelas IES, tem-se a possibilidade de criar parcerias e obtenção de financiamento das pesquisas com as empresas, gerando vantagem na competitividade com a inovação no mercado (Chiarini *et al.*, 2012). Vieira (2017) destaca externalidades positivas e negativas. Como benefícios, pode-se pensar na expansão da demanda por bens e serviços, gerando um impulso nos setores econômicos, enquanto, as externalidades negativas estariam associadas à elevação de seus custos, através da maior concorrência de imóveis e mão de obra mais qualificada (Vieira, 2017).

Em termos de transformações espaciais e territoriais, as Universidades desempenham um importante papel nas cidades médias e de pequeno porte. Elenca-se o aporte de investimentos desencadeados, com melhoria nos empreendimentos locais, sua articulação espacial e potencial para injetar capital na economia local (Rodrigues; Façanha, 2018). Baumgartner (2015) reflete que a influência de uma IES nessas cidades é mais visível que nas grandes cidades, principalmente no que tange aos aspectos econômicos, sociais e políticos promovidos na e pela Universidade. O processo de interiorização do ensino superior, direcionando as instituições para as cidades médias, por exemplo, foram importantes para o desenvolvimento da rede urbana (Dantas; Clementino, 2014), dado que há um dinamismo diferenciado nesses núcleos urbanos.

Suas articulações sociais, culturais e econômicas geram transformações importantes na dinâmica local. Segundo Sanfeliu (2011), as Universidades promovem mudanças espaciais na configuração urbana das cidades, principalmente, na criação de centralidade, geração de fluxos de mobilidade e atração social; adicionalmente, são difusoras do conhecimento,

¹ De acordo com Santos (2008), a Teoria do Capital Humano, tem como base as Teorias Neoclássicas da economia, onde a aquisição de educação se torna um investimento para os indivíduos, com o intuito de maximizar sua utilidade e bem-estar individual. A educação aparece como uma alternativa para que a sociedade obtenha melhores rendas e que diminua as disparidades econômicas existentes entre os indivíduos e entre as regiões, através do desenvolvimento regional, ganhos de transbordamento para a população, especialmente as mais carentes (Viana; Lima, 2010).

incorporam atividades dinâmicas do território, além de se tornarem ponto de referência, simbolizando modernidade e conhecimento inovativo.

Para fazer algumas considerações sobre o papel exercido pelas IES nas dinâmicas, territorial e regional, é necessário recorrer a literatura na qual se debruça sobre tal relação. Entender e estudar os impactos causados pelas IES no desenvolvimento tem se tornando importante fonte de informação para execução de políticas públicas. Vieira e Macedo (2022, p. 31) reforçam que “essas instituições estão no âmago das transformações estruturais, ao produzir o conhecimento científico incorporado nas técnicas utilizadas em larga escala e de forma sistemática na esfera da produção”.

A disseminação de estudos sobre a relação IES e o desenvolvimento de espaços e territórios tem se configurado importante campo de pesquisas interdisciplinares, envolvendo, crescentemente: estudos sobre o impacto econômico e os gastos sobre a economia estão presentes na literatura (Rolim; Kureski, 2007; Lopes, 2001; Alves, 2010); a cooperação entre as IES e parceiros regionais (Rolim; Serra, 2009); processos espaciais intraurbanos e regionais (Baumgartner, 2015); a contribuição sobre as pequenas e médias cidades sobre os setores imobiliários e dinamização dos setores de comércio e serviços (Dantas; Clementino, 2014; Reche; Campos, 2022); estudos sobre a disseminação do conhecimento e a mudança de hábitos gerados pela Universidade (Nunes *et al.*, 2022; Silva; Silva, 2019; Nunes, 2019); pesquisas sobre a formação de capital humano (Caldarelli *et al.*, 2017) e impactos diretos e indiretos na economia local (Hoff *et al.*, 2017); a contribuição para o desenvolvimento social (Borda, 2020); a construção de um índice de impacto regional das IES (Rolim, 2018); a relação com a sociedade (Krajevski, 2021) e a interação com setores industriais (Lima *et al.*, 2015).

O que se observa, nos estudos relacionados e em outras abordagens sobre o “impacto” ou “contribuição” das “Universidades”, “IES” e “ensino superior” sobre o desenvolvimento regional é que eles partem de uma realidade local, utilizando, maiormente, dados econômicos do território. Além disso, variáveis sobre o mercado de trabalho, setores comercial, de serviços e imobiliário, impactos financeiros e inovação estão sempre presentes nessa literatura. A percepção da comunidade, seja ela acadêmica ou não, faz-se necessária para avaliar as contribuições indiretas e subjetivas da Educação Superior sobre um território.

O entendimento sobre as contribuições das IES para o desenvolvimento territorial se torna importante fonte de estudo para compreender como essas instituições podem se configurar e dinamizar os territórios nas quais estão se instalando e quais os desdobramentos econômicos, educacionais, sociais, culturais, políticos e científicos podem ser observados

naquele território. A utilização de métodos de análise qualitativa e quantitativa possibilita uma avaliação mais próxima da realidade. A construção de um índice de contribuição permite recepcionar a indicação da população (nesse caso dos docentes) sobre as implicações geradas pela relação entre IES e desenvolvimento territorial. Os indicadores incluídos nessa análise fazem parte de uma ampla revisão dos aspectos territoriais, na qual, a Educação Superior possibilita transformações e modificações.

Nesse contexto, o presente estudo busca responder a indagação: quais as contribuições das Universidades Públicas para o desenvolvimento territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha)?

Assim, o objetivo desse trabalho é analisar as contribuições das IES públicas para o desenvolvimento territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR. Para execução desse objetivo, elenca-se como objetivos específicos: propor uma matriz de indicadores de avaliação da contribuição da Educação Superior Pública para o Desenvolvimento Territorial; indicar um Índice de Contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial (ICESDT), a partir da avaliação de importante segmento constitutivo das Universidades, seu corpo docente; classificar, a partir do instrumento de mensuração (ICESDT), a contribuição do Ensino Superior Público para o Desenvolvimento Territorial do CRAJUBAR.

O aglomerado urbano Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, denominado CRAJUBAR, foi escolhido como área de estudo da pesquisa, principalmente pelas importantes configurações e dinâmicas no “território Cariri”, além da sua influência no contexto econômico do interior do Ceará. A ênfase no território, em sua definição multidimensional, engloba vários elementos e particularidades que distinguem as dinâmicas de cada local. O “território Cariri”, local onde o CRAJUBAR está inserido, é tido como um local diferenciado dentro do sertão nordestino, distinguindo-se de vários outros locais com particularidades envolta da biodiversidade, religiosidade, palco de manifestações culturais e sociais, dinâmica regional e econômica, e principalmente, sua consolidação como polo de Educação Superior. Nesse aglomerado urbano, é possível identificar um conjunto de IES públicas e privadas, tornando-o um polo de Educação Superior no interior cearense. Dentre as IES públicas, elencam-se a Universidade Regional do Cariri (URCA)², principalmente os *campis* e cursos que estão localizados nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte (Pimenta, São Miguel, Centro de Artes, Crajubar), a Universidade Federal do Cariri (UFCA), com *campis* e cursos ofertados

² Apesar da URCA possuir um *campi* na cidade de Barbalha-CE, que agrega o curso de Tecnologia em Gestão do Turismo, não foi possível realizar a pesquisa nesse *campi* por ser um curso recente e não ter sido disponibilizado dados referente aos docentes.

nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, e as estruturas administrativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) que estão localizadas nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte.

A pesquisa foi realizada com dados primários, coletados através de envio de questionários direcionados a especialistas, com relação com os objetos de estudo (Educação Superior e desenvolvimento) e aos professores das IES públicas (URCA, UFCA, IFCE – Campus Crato e IFCE – Campus Juazeiro do Norte), preferencialmente por cursos ou centros. A metodologia utilizada para construção do índice consistiu em dois métodos (Delphi e Análise Hierárquica de Processos – AHP); diante do consenso gerado no primeiro método, foram atribuídos pesos de acordo com o AHP. Em posse dessas informações, foi enviado, através de e-mail, o questionário para avaliar o nível de contribuição das IES, através de um conjunto de indicadores, para o desenvolvimento territorial. As dimensões propostas foram construídas através da revisão de literatura, consistindo em seis dimensões: Regional (CoRe), Científica-Inovativa-Extensionista (CoCIE), Político-Cidadã (CoPC), Ambiental-Cultural (CoAC), Desenvolvimento Humano (CoDH) e Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional (CoMTQ); cada dimensão, por sua vez, é representada por seu conjunto de indicadores.

Para alcançar os objetivos propostos, este trabalho está estruturado em cinco seções principais e subseções, além desta introdução. Para compreensão do aporte teórico sobre o desenvolvimento, a noção de território e desenvolvimento territorial, e a contribuição das IES para o desenvolvimento, a seção dois faz essas reflexões iniciais, partindo do geral para o local; inclui-se, ainda, uma subseção de análise sobre a concepção de território para o objeto de estudo (Cariri/CRAJUBAR), além de ressaltar o elemento educacional nesse contexto. Em seguida, é apresentado o passo a passo da pesquisa, sua execução em termos metodológicos, sendo apresentados a área de estudo, os métodos utilizados, a fonte de dados e os procedimentos para a construção do índice. A penúltima seção, representada pelos resultados encontrados pela pesquisa, apresenta: as estatísticas e os critérios para consenso do método Delphi, os testes de consistência para a AHP e os resultados da investigação com os docentes nas dimensões propostas pelo estudo, com seus respectivos índices parciais e global. Seguem-se as considerações finais, em que habitualmente são feitas as implicações finais do estudo e possibilidades de novas abordagens.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Este capítulo descreve os aspectos teóricos e conceituais sobre as teorias de desenvolvimento, com as diversas concepções e complementariedades, além de analisar os principais elementos oriundos das contribuições das Universidades e IES para o processo de desenvolvimento, especialmente o territorial.

2.1.1 Reflexões sobre o desenvolvimento

A interação existente entre as Universidades e o desenvolvimento vem recebendo atenção da comunidade acadêmica, principalmente pelo seu papel transformador do espaço e dos elementos que se configuram importantes para as dinâmicas do desenvolvimento. Assim, é necessário compreender como se manifesta esse desenvolvimento, as transformações ocorridas na região e no território, além de analisar o papel contributivo das Universidades.

Entender o conceito de desenvolvimento ainda é uma missão árdua, tendo em vista que este ainda não possui uma definição exata, dando-se através de complementariedades e por meio das várias vertentes que auxiliam na sua explicação. Brandão (2008) afirma que desenvolvimento se dá mediante as transformações estruturais e interações sociais que ampliam as oportunidades de determinado ambiente social. É preciso criar um ambiente favorável, de ação coletiva, com envolvimento de atores sociais e políticos, utilização de recursos próprios, relacionados àquele espaço, para gerar liberdade decisória e autodeterminante (Brandão, 2008).

Para Siedenberg (2006, p. 2), “desenvolvimento continua sendo um conceito ambíguo e difuso, ou seja, um conceito cujos contornos não estão nitidamente definidos”. Segundo Vieira e Santos (2012, p. 357), a sua definição pode estar relacionada à demanda da sociedade por suas “preferências individuais e coletivas baseadas em um sistema de valores e em uma complexidade estrutural que sofram ações sociais e institucionais”.

O conceito de desenvolvimento pode se dividir em várias concepções. Ao abordar sobre o processo de desenvolvimento econômico, Bresser-Pereira (2022) ressalta que o principal elemento é a acumulação de capital, onde há a incorporação da tecnologia tanto no capital quanto no trabalho, possibilitando o aumento na produtividade do trabalho e da renda

por habitante, refletindo-se sobre os salários e bem-estar da sociedade. De acordo com Brandão (2008, p. 150), “as tentativas de formulações abstratas acerca dos fenômenos atinentes ao processo de desenvolvimento são todas frustradas”, sendo necessário compreender os aspectos concretos e históricos dos fenômenos capitalistas, a fim de apropriar-se de cada situação real e concreta, em cada local e em determinado período.

O desenvolvimento é visto como complexo em países subdesenvolvidos, especialmente pela sua formação estrutural, que os impossibilita de formar uma relação entre poupança e investimento, fazendo com que o desenvolvimento não ocorra e que passe a depender de políticas deliberativas (Lima; Simões, 2009). Nesse contexto, Vieira e Santos (2012) enfatizam que o desenvolvimento é determinado através do crescimento econômico, complementado com transformações estruturais, ligadas à produtividade da população. A utilização dos recursos de maneira eficiente implicaria em acumulação de capital, promoção tecnológica, inovação e realocação de recursos que influenciariam a renda da sociedade, tais fatores, em conjunto, proporcionariam aumento da produtividade (Vieira; Santos, 2012).

A incorporação de adjetivações ao conceito de desenvolvimento buscou aprimorar e visualizar as diversas realidades e contextos. Para Bonente e Almeida Filho (2008, p.78), “ao substantivo ‘desenvolvimento’ são apensados inúmeros adjetivos, conferindo ao termo uma suposta multiplicidade”. Siedenberg (2006) aponta que a conceituação de desenvolvimento passou por transformações e incluiu relações que não eram consideradas, como questões com meio ambiente, governança global ou com modelos de médio alcance, reacendendo a conceituação do termo como destaque para promoção de políticas públicas, no meio acadêmico e nas mídias. Furtado (1994) vê na ciência do desenvolvimento a preocupação com os processos de criatividade, sendo o primeiro através da técnica, na qual o homem precisa se beneficiar com instrumentos que levem ao aumento da sua capacidade de ação, e segundo a utilização dos meios para incorporar ao seu patrimônio pessoal.

Mello (2006) enfatiza que a abordagem sobre o desenvolvimento passou por importantes modificações no decorrer das décadas, principalmente no pós-1950, onde o contexto de desenvolvimento migra de fatores do crescimento para aspectos ligados à distribuição de renda, pobreza, questões humanitárias, ambientais e econômicas. O autor ressalta que nesse período, a indústria se configurou como principal componente das estratégias de desenvolvimento econômico, atuando como transformador da sociedade e das condições econômicas dos países.

O pensamento sobre a questão do desenvolvimento ultrapassou as configurações dos países desenvolvidos; especialmente a partir de fins da década de 1940 e ao longo dos anos de

1950, passou a ser disseminado por outras dinâmicas econômicas, como o caso dos países Latino-americanos, que tiveram, com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a formulação de teorias acerca do desenvolvimento econômico. De acordo com Mello (2006), os estudos realizados por Raul Prebisch contribuíram para formular ideias a respeito do pensamento desenvolvimentista. Seus trabalhos foram importantes para intensificar os debates sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento nos países da América Latina, construindo o conceito de centro-periferia, além de analisar o processo histórico da integração das economias Latino-americanas (Mello, 2006). Segundo Bresser-Pereira (2021, p. 03), a CEPAL fez importantes contribuições ao desenvolvimentismo clássico, por apontar elementos como:

(1) a crítica da ortodoxia neoclássica que rejeitava a necessidade de industrialização ou “mudança estrutural”, mostrando não ser verdade que os ganhos de produtividade realizados na indústria dos países centrais eram transferidos sob a forma de preços mais baixos para os países não industrializados; (2) a crítica da lei das vantagens comparativas do comércio internacional que não tinha validade no longo prazo; e (3) a definição da restrição externa.

É nesse ambiente desenvolvimentista clássico, que surgem as contribuições de Celso Furtado. Para Bresser-Pereira (2021, p. 04), Furtado faz parte de um conjunto de pesquisadores, sendo o principal representante da “segunda geração de economistas desenvolvimentistas clássicos”, representantes da década de 1950, da qual fazem parte Maria da Conceição Tavares, Anibal Pinto, Bresser-Pereira, Antônio Barros de Castro e Luiz Gonzaga Belluzzo.

O pensamento e teorias desenvolvidas por Furtado estavam relacionadas ao contexto dos países latino-americanos, principalmente ligados ao modelo centro-periferia, desenvolvido pela CEPAL. De acordo com Cruz (2009), Celso Furtado formulou a teoria do subdesenvolvimento, onde analisou o processo de formação histórica do Brasil e de países da América Latina, apresentando que essa distinção entre os países é fruto do próprio fenômeno emergente do capitalismo, especialmente com Segunda Revolução Industrial. O embasamento de Furtado era sobretudo com relação aos países periféricos, em especial o Brasil, buscando compreender e analisar o processo de implantação e consolidação dos ideais capitalistas nesses espaços (Bugelli; Pires, 2011). Ainda nesse contexto, Bresser-Pereira (2021) enfatiza que a linha de pensamento de Furtado se aproxima das ideias marxistas, buscando demonstrar que o desenvolvimento é histórico e se dá em meio ao capitalismo industrial, com acumulação do capital, ao invés de utilizar esse excedente para outras destinações. Na formulação da

teoria do subdesenvolvimento, Furtado (1994) objetivava analisar a estrutura social e os pontos de estrangulamento promovidos ao longo do processo de desenvolvimento.

O avanço na acumulação não produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição da renda e a destinação do excedente. A acumulação, que nas economias do centro, havia conduzido à escassez de mão-de-obra e criado as condições para que se dessem a elevação dos salários reais e a homogeneização social, produzia na periferia efeitos inversos: engendrava o subemprego e reforçava as estruturas tradicionais de dominação ou as substituía por outras similares. Com efeito, a acumulação estava a serviço da mundialização dos mercados e acompanhava a difusão da civilização industrial (Furtado, 1994, p. 38).

Nesse contexto, foi demonstrado pela CEPAL, em 1948, e em seguida por Raúl Prebisch (1949), que apresentaria resultados sobre as diferenças entre os países do centro e da periferia e que havia um processo de deterioração dos termos de troca entre esses países (Cruz, 2009). Para Bresser-Pereira (2021), os países ricos do centro não queriam que os países periféricos se industrializassem, pois, esses países deveriam servir ao mercado do centro, assim não era recomendada a industrialização para não haver competitividade na produção e exportação de bens. Para Tavares (2020), a visão de Furtado sobre o esquema de centro-periferia é semelhante à desenvolvida por Prebisch (1949), porém, “é mais completa porque contempla a análise de nossa estrutura subdesenvolvida e a dinâmica da sua articulação interna-externa”.

Com a percepção das disparidades entre as regiões, nas décadas de 1950 a 1960, a questão sobre o desenvolvimento ganha novos contornos, amparados pelas formulações das teorias de desenvolvimento regional. Oliveira (2021, p. 206) destaca que “a desigualdade regional é identificada como a principal responsável por uma série de efeitos nocivos ao desenvolvimento socioeconômico no âmbito das regiões econômicas desenvolvidas e em desenvolvimento”.

De acordo com Bellingieri (2017), as teorias do desenvolvimento, com foco no regional, possuem, como elemento principal, a existência de uma empresa/atividade líder no setor, que acaba gerando externalidades sobre os demais setores da economia, proporcionando crescimento, além de serem de inspiração Keynesiana. Oliveira (2021) aponta que a indústria era responsável pela dinamização dos espaços econômicos, exercendo fortes efeitos sobre as demais atividades econômicas. O autor descreve que a questão regional vai receber influência das teorias de desenvolvimento econômico, buscando responder as indagações a respeito da superação da pobreza com a finalidade de atingir o desenvolvimento econômico. De acordo com Lima e Simões (2009), os teóricos voltados às questões regionais buscaram demonstrar

que a dinâmica regional se inicia quando há um intensivo processo migratório de capitais para um determinado local, isso promove um processo acumulativo, assim, determina-se as vantagens e desvantagens de cada espaço econômico.

É preciso compreender o contexto na qual as teorias de desenvolvimento regional estão se inserindo. Conforme ressalta Oliveira (2021, p. 206), “desenvolvimento regional compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores esses que compõem a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações”.

Os teóricos do desenvolvimento regional tinham como elemento comum a determinação do desenvolvimento em alguns espaços e como os fatores explicam as disparidades regionais. Nesse sentido, Lima e Simões (2009) ressaltam que tais teóricos (Myrdal, Perroux, Hirschman, Boudeville e North) estavam preocupados em determinar as vantagens ou desvantagens, comparativamente, em cada região econômica, analisando a migração de capitais e como essa (migração) modificaria a estrutura daquela região³.

As transformações ocorridas no decorrer das décadas de 1960 a 1980, proporcionaram modificações na forma de pensar a questão do desenvolvimento, em especial, as reformulações no pensamento econômico e social. Bonente e Almeida Filho (2008) descrevem que esse período é marcado pelas mudanças no paradigma do processo de acumulação do modelo capitalista, especificamente com a mudança no padrão tecnológico de produção.

Além das modificações na forma de pensar sobre o desenvolvimento, um conjunto de elementos marcam uma crise no regime de acumulação capitalista. Essa crise se caracterizava por baixas taxas de crescimento nos países, acompanhado pelas crescentes taxas de inflação, isso reforçou a adoção de receituários neoliberais, enfatizando que a adoção de princípios desenvolvimentistas não obtivera êxitos em atender as necessidades ditas como básicas para a população mundial (Bonente; Almeida Filho, 2008). De acordo com Bresser-Pereira (2021), a mudança para o arcabouço neoliberal ocorreu, inicialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos da América (EUA), onde houve o abandono das políticas ligadas ao *Welfare State*, e limitação de políticas para os países periféricos, isso obrigava esses países a adotarem transformações ligadas aos preceitos neoliberais.

A viabilidade do arcabouço neoliberal ganha novos contornos no período de crise assistido entre as décadas de 1970 a 1990, principalmente com adoção de políticas mais

³ Os autores que formularam teorias para a questão regional tiveram importantes contribuições para aprofundar o conhecimento sobre a questão do desenvolvimento. Para aprofundamento dessas teorias, ver Boudeville (1970); Hirschman (1958); Myrdal (1957); Perroux (1967).

restritivas. “O neoliberalismo irá pregar um “Estado forte” para garantir o “Estado mínimo”, visto que ao mesmo caberia o papel de garantir o livre funcionamento do mercado através da implementação de reformas estruturais de desmantelamento do Estado de Bem-Estar” (Bonente; Almeida Filho, 2008, p. 84).

Mello (2006) destaca que a década de 1970 é caracterizada como capitalismo desorganizado, na qual alguns aspectos se tornaram importantes para o desenvolvimento, como sistemas de produção flexível, a importância do papel tecnológico e disseminação de uma economia global, especificamente, informacional. Para Bellingieri (2017), a transformação da grande indústria para o modelo de acumulação flexível trouxe à tona o papel do desenvolvimento local como estratégia de desenvolvimento, transferindo a responsabilidade para o regional/local.

A partir de 1980, observou-se um processo de endogeneização dentro dos países, tanto na promoção e uso dos recursos como nas decisões do ambiente econômico, isso possibilitou que a organização territorial passasse a exercer um papel importante na dinâmica industrial (Amaral Filho, 2001). Bonente e Almeida Filho (2008) reforçam que a questão sobre o desenvolvimento econômico adquire um papel secundário no contexto mundial, especialmente porque não ter logrado uma melhor distribuição de renda e redução das desigualdades, é tanto que houve diversificação nas pesquisas voltadas a esse assunto durante a década de 1980.

Para refletir sobre o processo de desenvolvimento, seja ele econômico, regional, endógeno, humano, social, ambiental ou territorial, deve-se analisar a formulação de indicadores que ensejam a consolidação do desenvolvimento. Nesse sentido, na década de 1990, os debates sobre o desenvolvimento retornam com uma abordagem mais ampla, especialmente com a construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como proposta de um indicador para avaliar o desenvolvimento dos países (Corrêa, 2009). A proposta de criação do IDH, com base nas contribuições de Amartya Sen, atribui-se à noção de desenvolvimento um novo significado, deixando de lado os parâmetros apenas econômicos e não se restringindo às concepções ambientais, propondo uma abordagem mais humanitária (Silveira, 2020). O autor reforça a noção de desenvolvimento humano:

O desenvolvimento humano definido pelo PNUD se apresenta como um desenvolvimento que não gera apenas crescimento, mas que também distribui seus benefícios equitativamente; que regenera o meio ambiente em vez de destruí-lo; que potencializa as pessoas ao invés de marginalizá-las, ampliando suas opções e oportunidades, e permitindo a elas sua participação nas decisões que afetam suas vidas (Silveira, 2020, p. 39).

A inovação proposta através da construção do IDH proporcionou importantes configurações na interpretação do desenvolvimento. Silveira (2020, p. 39) aponta a importância dada para aplicação desse índice, porém, coloca como ressalvas a operacionalização e constituição do indicador, com foco em variáveis quantitativas “não levam em conta as dimensões qualitativas do desenvolvimento humano, como os aspectos intangíveis de tipo cultural, intelectual, afetivo e espiritual”.

As abordagens sobre o desenvolvimento regional passam a ter um caráter mais interno, endógeno, onde o advento do desenvolvimento se dá nos espaços locais, passando a utilizar e incorporar fatores menos tangíveis, incluindo as instituições e agentes locais (Monasterio; Cavalcante, 2011). Amaral Filho (2001) aponta que a Teoria do Desenvolvimento Endógeno é entendida como o processo de crescimento econômico na qual há uma ampliação de valor sobre a produção, além da melhor capacidade de absorção das regiões, gerando excedentes produtivos, que possibilita atração de fatores de outras regiões, promovendo ampliação dos postos de trabalho e maiores rendas nas localidades. Nesse sentido, Oliveira (2021) ressalta que para haver desenvolvimento, especialmente endógeno, deve-se estabelecer um ambiente de cooperação e interação, com o estímulo de atividades econômicas, complementariedade das relações produtivas e criação de um sistema produtivo, possibilitando a indução do desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva, a Teoria do Desenvolvimento Endógeno relaciona fatores como “utilização, execução e valorização de recursos locais e à capacidade de controle do processo de acumulação, possibilitando a geração de rendimentos crescentes, por meio do uso de recursos disponíveis e da introdução de inovações” (Araújo, 2014, p. 106). Os agentes locais se encontram em vantagem com relação aos governos centrais, tendo em vista sua proximidade com as demandas sociais da população, onde são os principais destinatários dos bens e serviços finais (Amaral Filho, 2001). Segundo Bellingieri (2017), o desenvolvimento local é conceituado não como uma dimensão geográfica determinada, mas se refere a um território socialmente construído, englobando um conjunto de cidades ou região.

Novas variáveis passaram a agregar o processo de desenvolvimento regional endógeno. Variáveis que eram utilizadas apenas de maneira exógena, como capital humano, capital social, conhecimento, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e informação passaram a ser fatores determinantes do desenvolvimento regional e local (Araújo, 2014). Bellingieri (2017, p. 15) retoma que “o desenvolvimento não seria determinado pelo funcionamento das

livres forças do mercado ou pelas políticas de planejamento territorial oriundas do poder central, mas, sim, por aspectos intrínsecos ao local”.

Novas dinâmicas se tornam importantes para o desenvolvimento, especialmente vindas de baixo (local) para cima (nacional). No contexto local, o poder público e atores locais se encontram em condições favoráveis à atração de empresas, promovendo a competitividade, isso se torna estratégico para o desenvolvimento nacional, capacitando esses locais como ambientes inovadores (Bonente; Almeida Filho, 2008; Corrêa, 2009). Assim, Bellingieri (2017) afirma que o território deixa de ser o espaço onde se desenvolvem as atividades, passando a ser protagonista do desenvolvimento.

Novos atores começam a configurar as dinâmicas territoriais e urbanas, ou seja, os espaços locais iniciam o processo de desenvolvimento que pode transbordar para outras regiões. De acordo com Rolim (2018), as regiões que detêm maiores possibilidades de desenvolvimento são aquelas que conseguem agregar diferentes atores em um projeto voltado ao desenvolvimento regional. Com isso, é necessário o envolvimento de todas as instituições, atores locais e sociedade em geral para que o desenvolvimento seja pensado de maneira conjunta. É, nesse contexto que as Instituições de Ensino Superior (IES) passam a figurar no debate sobre o desenvolvimento regional e territorial.

2.1.2 Território: aspectos conceituais e implicações para o desenvolvimento

O entendimento sobre o território pode auxiliar no contexto dinâmico em que a educação, em especial, a superior, pode gerar transbordamentos, impactos e possibilitar a compreensão de suas contribuições para determinados espaços, para isso é necessário distinguir os aspectos de cada território, bem como suas definições.

A ascensão do debate sobre o território está associada a polarização das ideias do desenvolvimento local, que tem como foco as dinâmicas espaciais de cada local como determinantes do desenvolvimento. Todo esse contexto está ligado ao debate sobre as desigualdades espaciais e a busca pela sua superação, marcando o período 1990, com o surgimento dos debates sobre o território e local, bem como aspectos dos desenvolvimentos territorial e local (Bonente; Almeida Filho, 2008). Nesse sentido, Costa *et al.* (2021) destacam que as discussões sobre o desenvolvimento fizeram com que os aspectos territoriais entrassem no debate, porém, as reflexões desses aspectos ainda permaneceram mais restritas no ambiente acadêmico, sem que a sociedade tivesse acesso.

Como apontado, novas abordagens do desenvolvimento passaram a considerar aspectos com destaque ao local e seus atores, o reconhecimento de que as cidades poderiam ascender como protagonistas, além do foco do desenvolvimento se voltar ao contexto de baixo para cima, contrapondo-se ao que era adotado mundialmente (de cima para baixo), tornando o desenvolvimento endógeno e não mais exógeno (Bellingieri, 2017).

Relativo ao debate sobre o território, a utilização da expressão territorial merece atenção. Segundo Saquet (2019), geralmente utiliza-se essa expressão associada aos conceitos de região e espaço, desconsiderando todo conhecimento e abordagens construídas ao longo dos séculos passados. Nesse sentido, existe distinção entre os termos território e espaço, como enfatiza Saquet (2019), especialmente quando conceituado pela geografia, observando sempre as concepções e abordagens utilizadas. Para Raffestin (2009, p. 26), “é fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível”. Pensar sobre o território pode ir além da noção de geografia, incluindo elementos da realidade da sociedade (Costa *et al.*, 2021).

Deve-se pensar o território como um espaço além de suas delimitações territoriais, incluir elementos, componentes, pessoas, dinâmicas, recursos e objetos que fazem parte daquele espaço. De acordo com Saquet (2009), atribui-se ao território um conjunto de ações construídas de maneira histórica, ocorridas em diversos momentos, concretizando e formando novas e diferentes paisagens. Para Costa *et al.* (2021), a noção de território vai além da questão física, envolve uma organização social e complexa, construída por laços, onde se sobressaem os aspectos naturais. Assim, Saquet (2009, p. 88) define:

o território significa articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões; é produto de *tramas* que envolvem as construções (formas espaciais), as instituições, as redes multiescalares, as relações sociais e a natureza exterior ao homem; é objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo.

Definir território vai de acordo com a linha de análise, podendo ser feita em conjunto com as outras ciências. Conforme Leineker (2016), inclui diversos aspectos, dentre eles, econômicos, sociais e culturais, que auxiliam na construção de um espaço geográfico, além de políticos e administrativos, associados à organização. Ainda nesse contexto, Saquet (2009, p. 81) associa o território como “produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade”. O autor ainda ressalta que esse território é apropriado pela sociedade em determinado ambiente, pode ser construído, utilizando diversas

variáveis e relações (Saquet, 2009), a depender de quem são os protagonistas e o meios utilizados.

O território pode englobar vários elementos como sociais, culturais e patrimoniais, sendo assim definido em correlação com algum dos aspectos em determinado espaço. De acordo com Costa *et al.* (2021, p. 187), “o território constituído como espaço social produzido e delimitado por um entorno que o ordena é construído como representação e como tal, pode ser uma ferramenta, um recurso do desenvolvimento econômico e social”. Medeiros (2009) destaca que o território está ligado às questões de pertencimento e identificação, principalmente ao aspecto cultural, e um lugar de poder, ligado ao âmbito político. A autora enfatiza que o território traz esse elo de ligação do espaço, algo relacionado a uma mesma identidade, com pessoas que possuem um mesmo sentimento para com o território (Medeiros, 2009). Fernandes (2009) ressalta que a utilização do território como espaço de governança, acaba ocultando os vários territórios que ali existem e que isso realiza uma alteração nas relações entre territórios dominantes e dominados.

O território pode sofrer alterações com a intervenção dos atores sociais e instituições que estão inseridos naquele local. Para Saquet (2009, p. 81), o território se configura como “um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é o nível visível e percebido deste processo”. Complementarmente, Raffestin (2009) aponta que a construção desse território se dá por meio da projeção de trabalho, feito pelo homem naquele local, fazendo com que haja uma transformação no território que busque atender às necessidades daquele grupo. O homem vai transformar aquele espaço em um território habitável a suas necessidades, tanto sociais, como políticas e culturais. Segundo Dallabrida *et al.* (2021), a participação e mobilização de pessoas e agentes sociais, buscando a resolução de problemas comuns, em um determinado espaço, vai de encontro à construção social do território.

A construção de um território vai além de suas linhas fronteiriças, envolve uma construção histórico-estrutural. Segundo Costa *et al.* (2021), atribuem-se elementos particulares, especificidades de cada local, assim, constrói-se um território identitário envolvendo componentes sociais, econômicos e culturais, atribuindo um sentido, algo próprio, daquele local. Dallabrida (2020, p. 67) define o território como “espaço de vivência, construído, destruído e/ou reconstruído no tempo histórico e nos lugares, por meio de relações sociais de alteridade e exterioridade e com o ambiente natural”. O território, ao ultrapassar suas fronteiras, pode ser identificado como uma “rede de lugares sagrados cujas fronteiras não são linhas, mas muitas vezes são constituídas por espaços vazios, sem lugares e sem

habitantes” (Medeiros, 2009, p. 218). Nesse sentido, o território será destacado pela particularidade dos elementos que o compõem, sejam elas definidas por delimitações territoriais ou não. De acordo com Medeiros (2009), a visualização do território pode ocorrer através da identificação de ações e sujeitos que estão dentro de um mesmo espaço, sem que haja uma delimitação para isso.

Os elementos e aspectos ligados à construção do território podem incluir atores locais, políticos, instituições, mediadores, o ambiente institucional e social. Raffestin (2009, p. 26) ressalta que “a produção territorial é um processo complexo que devemos aprender a descrever e a entender para reproduzi-lo ou modificá-lo através do planejamento territorial, com o objetivo de aperfeiçoá-lo e/ou de o projetar”. Corrêa (2009) destaca o “meio” como um ambiente que envolve recursos, sejam eles materiais e imateriais, onde há uma cultura consolidada do saber, na qual os atores daquele local estão em constante concorrência, porém, em processo de cooperação. Os territórios estão em constante transformação, esse processo se dá com o surgimento de novas técnicas e tecnologias, assim como as modificações ocorridas no campo e na cidade, conforme aponta Raffestin (2009).

A noção de patrimônio territorial também faz parte dos elementos que estão inseridos no contexto de território. “O conceito de território inclui ainda a noção de patrimônio sociocultural, e a necessidade de mobilização dos recursos e das competências através de atribuições de responsabilidades sociais, por meio de processos participativos” (Costa *et al.*, 2021, p. 188). O patrimônio territorial é definido por Dallabrida (2020, p. 69) como:

o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, representados pelo sistema produtivo e de infraestrutura, o ambiente natural, a formação humana e intelectual, as expressões culturais e a cultura empresarial, os valores sociais, as configurações de associativismo e as redes de relações, além das institucionalidades públicas, sociais e corporativas, presentes num determinado território. O patrimônio territorial é resultado de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural e é representado por elementos herdados do passado longínquo, outros (re) construídos mais recentemente, com elementos que se sobrepõem ao território constantemente.

Diversos elementos fazem parte do conceito de patrimônio territorial, isso torna o território mais dinâmico, porém é necessário o envolvimento desses fatores para construir, transformar ou reconstruir esse território. Compreender o território, e seu posterior desenvolvimento, pode abranger várias concepções e contextos, além de estar inserido em várias dimensões. Dallabrida (2020) parte do princípio de que existem pelo menos seis

dimensões de análise do patrimônio territorial. São elas: (i) patrimônio produtivo; (ii) patrimônio natural; (iii) patrimônio humano e intelectual; (iv) patrimônio cultural; (v) patrimônio social; (vi) patrimônio institucional. A dimensão produtiva é representada pelos recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos e infraestruturas. O patrimônio natural possui como elementos as paisagens naturais, os solos, fósseis, a fauna e a flora daquele local. O saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, os níveis de conhecimento e a criatividade fazem parte da dimensão referente ao patrimônio humano e intelectual. O patrimônio cultural é caracterizado pelos valores, os bens culturais e a cultura empresarial. Os valores socialmente compartilhados, as associações formadas e a rede de relações estabelecidas no local fazem parte da dimensão social. E, por fim, a dimensão institucional inclui todas as instituições inseridas no local, sejam elas, públicas, privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo (Dallabrida, 2020). Cada dimensão citada anteriormente pode estar associada à produção ou reprodução de um determinado território, a junção desses elementos pode formular um processo de desenvolvimento territorial.

De acordo com Costa *et al.*, (2021, p. 188), “a mobilização do patrimônio local pode ampliar a dinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos e dos produtos locais, como componentes do patrimônio sociocultural coletivo”. Saquet (2009) complementa ressaltando que deve haver um conjunto de relações, sejam sociais ou de poder, que criam e constituem o território em formato de nós ou redes.

O território pode ser caracterizado em consonância com seu nível de distinção. De acordo com Raffestin (2003), o território é caracterizado em quatro níveis: (I) do cotidiano, que é definido como o espaço de convívio entre as pessoas, suas ações diárias em busca de saciar suas necessidades; (II) das trocas, conceituado como o território que envolve articulações entre diversos entes (regional, nacional e internacional) em escalas temporal, espacial e linguística; (III) de referência, que envolve os aspectos construídos historicamente naquele território, ligados aos conflitos, lembranças e imaginário das pessoas que conviveram, e, (IV) sagrado, diretamente relacionado às questões religiosas. Assim, Silveira (2011) ressalta que o território é um local constituído pelo convívio social de pessoas, com hábitos distintos, mas que se fundem com o local, o global e o nacional, em sintonia.

A partir das definições de território surge, complementarmente, a distinção de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, Corrêa (2009) ressalta que o desenvolvimento territorial se tornou foco de debate quando os atores locais ganharam papel de destaque na geração de transbordamentos positivos, atuando em conjunto com políticas públicas pelos

entes federativos. De acordo com Dallabrida *et al.* (2021), a abordagem dessa categoria de desenvolvimento (territorial) surge como um novo paradigma no campo das ciências, tendo como foco as múltiplas concepções dadas ao território. Para Pecqueur (2005, p. 12) “o desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico”.

O desenvolvimento territorial surge como uma nova roupagem do desenvolvimento, em que o enfoque passa a ser as particularidades, as ações e envolvimento dos atores no território como promotores do desenvolvimento. De acordo com Rodrigues e Santos (2018), esse fenômeno do desenvolvimento passou a abordar o espaço como um local de transformação social, deixando de lado a ideia de que o território servia apenas para consolidar e promover atividades e processos econômicos. Assim, Pecqueur (2005, p. 12) define que “o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leva à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”. Para Dallabrida *et al.* (2021), o avanço dado à compreensão do desenvolvimento, em especial, territorial, parte da ideia de que o território possui um grau de importância na construção do desenvolvimento. A sociedade local passa a ser um agente de decisões, a partir do seu conhecimento do seu território, possuindo a capacidade de criar inovações, planejar ações e inserir-se nos debates econômicos, políticos, culturais e sociais, assumindo um papel de protagonista na transformação do território (Rodrigues; Santos, 2018).

Nesse contexto, Saquet (2019, p. 28) distingue que o desenvolvimento territorial:

contém vínculos sociais e territoriais, tradição e inovação, confiança e identidade políticocultural, dispersão e articulação produtiva, redes de cooperação e especialização produtiva, concorrência e sinergia, potencialização das características endógenas de cada comunidade, pertencimento, proximidade e enraizamento; significa, necessariamente, conteúdos públicos e populares, participativos e dialógicos, reflexivos e ecológicos, numa *práxis* contra hegemônica efetivada de acordo com as singularidades de cada espaço-tempo-território, com suas gentes, necessidades, desejos e ecossistemas.

Essa concepção de desenvolvimento territorial tem se configurado como uma relação particular de desenvolvimento, adotando o território como um espaço de referência para alavancagem desse processo. De acordo com Dallabrida (2020), esse desenvolvimento será um processo de integração, sendo ele dentro do território, quanto no território, através de uma integração vinda externamente. Para Rodrigues e Santos (2018), parte-se do princípio de que a sociedade local e organizada possui a capacidade de gerenciar parcerias entre os entes

públicos e o mercado, com a finalidade de obter estratégias eficientes para seus territórios. Saquet (2019) ressalta que o desenvolvimento território possui um conjunto de elementos que se desenvolvem em um determinado território, elementos que são próprios, particulares ou singulares a aquele espaço, podendo ser:

das territorialidades (relações econômicas, políticas, ambientais e culturais) e temporalidades (ritmos, desigualdades), naturezas (ecossistemas: solos, vegetações, águas, climas etc.), mediações sociais-naturais (técnicas, tecnologias, conhecimentos etc.), mudanças e permanências, das gentes e culturas, da justiça social-territorial (Saquet, 2019, p. 34).

Dallabrida (2020) ressalta que essas relações de territorialidades são importantes, principalmente quando há uma conexão entre a sociedade e a natureza, isso permite uma transformação no território, sendo ela benéfica ou não. O autor complementa, adjetivando as territorialidades com o termo “cotidiano”, no qual a inserção de práticas e projetos cotidianos se tornam uma importante contribuição para o “desenvolvimento territorial, sustentável ambientalmente, inclusivo socialmente e viável economicamente” (Dallabrida, 2020, p. 66).

O desenvolvimento territorial, para ser consolidado, necessita se inserir em um território com características distintas e particulares, envolvendo pessoas, espaços, contextos políticos e culturais. Assim, Saquet (2019) enfatiza alguns aspectos centrais que precisam acontecer para gerar um desenvolvimento territorial, tais como conquistas sociais, culturais, políticas, ambientais, saúde, educação, segurança, saneamento básico, lazer, boa convivência, vínculos de confiança e comunitários, além da participação na tomada de decisão.

De acordo com Costa *et al.* (2021), para compreender o processo territorial do desenvolvimento é necessário analisar as várias definições de território e observar com cautela cada tipo de problemática condizente com a realidade. Para Dallabrida (2020), para entender e compreender qualquer abordagem sobre o território e o desenvolvimento territorial, deve-se iniciar pelos elementos que compõem o território, suas particularidades, valores, recursos disponíveis, ativos, ou seja, tudo que está inserido naquele território.

2.1.3 A Educação Superior e suas contribuições para o desenvolvimento

A dinâmica das cidades vem passando por importantes transformações territoriais, reflexo dos contextos econômico, social, demográfico, cultural e, especialmente, educacional. Estudar os elementos que norteiam a dinâmica espacial dos territórios possibilita uma

aproximação com a realidade local, além de buscar melhorias na qualidade de vida dessa comunidade.

As dinâmicas urbanas e territoriais vêm se configurando importantes fontes de estudos na academia e a análise de como se dão esses processos auxilia os formadores de políticas públicas nas tomadas de decisão. A rede urbana, no Brasil, sofreu modificações com a abordagem dada por escalas geográficas e suas articulações, a partir da inserção de novos elementos que ajudam a compreender as relações entre cidades e o impulso dado ao cenário de urbanização (Freire; Holanda, 2018).

Para Egler *et al.* (2011), a estrutura da rede urbana demonstra como se deu seu processo de formação, nela estão inseridas características relacionadas ao desenvolvimento econômico e social de cada local; a sua configuração se dá por meio do processo de urbanização estruturalmente histórico, ocorrido ao longo dos tempos.

O processo de urbanização nas cidades acabou concentrando estruturas sociais e econômicas nas regiões metropolitanas do país, especialmente nas capitais dos estados. Dado isso, Freire e Holanda (2018) ressaltam que parte da população que conclui o ensino médio nas pequenas e médias cidades precisava percorrer longas distâncias para ter acesso ao ensino superior, ofertado basicamente nas capitais. Isso impôs a necessidade de dotar os territórios interioranos de infraestrutura educacional buscando facilitar o acesso à Educação Superior nessas localidades.

A Educação Superior propõe importantes configurações no território em que se insere, influenciando na dinâmica urbana e espacial das regiões, modificando a estrutura e contribuindo para seu desenvolvimento. Rodrigues e Façanha (2018) destacam que o ensino superior não se expande apenas com a necessidade de produzir efeitos sobre a modernização do país, através de dotação tecnológica científica e da formação de capital humano, ela gera efeitos nas dinâmicas sociais, econômicas e configurações na infraestrutura dos espaços local e regional. Baumgartner (2015) complementa que as Universidades auxiliam no processo de desenvolvimento das cidades, incorporando, ao contexto urbano e regional, transformações na sua morfologia, nas bases da estrutura econômica, promovendo influência na sua imagem em âmbito global.

Em uma análise territorial, as IES tendem a desempenhar novos papéis dinâmicos nas regiões que estão inseridas. Segundo Almeida (2011), a Educação Superior ocupa a função no processo de reestruturação, estabelecendo uma relação entre o empreendedorismo, conhecimento e tecnologia, formando um intercâmbio interativo que envolva vários atores sociais. Para Vieira (2017), as IES causam impactos positivos no território, especialmente

com as atividades e serviços promovidos dentro da instituição. Pinheiro (2013) enfatiza que a instalação das IES causa aumento populacional, demanda por infraestrutura e oferta de serviços de qualidade, afetando as configurações espaciais no território.

O processo de interiorização do ensino superior para as pequenas e médias cidades apresentou importantes rebatimentos pós anos 2000. Diniz e Vieira (2015) ressaltam que se observou, no Brasil, uma expansão do ensino superior, destacando o crescimento na graduação e pós-graduação, especialmente em regiões menos desenvolvidas, através de diretrizes específicas para expansão nesses locais. Lopes (2018) aponta que durante os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram criadas diversas ações condutoras da promoção e expansão do ensino superior de maneira mais vigorosa, através da criação e intensificação de programas como o Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI⁴).

Em um contexto de expansão da Educação Superior, as cidades médias se configuraram como importantes espaços dinâmicos capazes de instituir IES, como apontam Dantas e Clementino (2014). Localizadas longe dos grandes centros urbanos, sendo beneficiadas de forma limitada com serviços educacional, especialmente em nível superior, essa dinâmica contribuiu para seu desenvolvimento e dos municípios circunvizinhos, além de auxiliar na expansão dessa modalidade de educação para a população interiorana. Tal expansão possibilitou a ampliação do raio de atuação de municípios médios e pequenos em um grau maior de influência regional, dado seus aspectos econômicos, políticos e demográficos (Maia; Strohaecker, 2022).

A expansão da Educação Superior foi, portanto, um importante marco de reestruturação do ensino e possibilitou a inserção de diversas cidades (pequenas e médias) na dinâmica do ensino superior, impondo-lhes significativo impacto, já que não estavam preparadas para receber tamanha instituição. Conforme ressaltam Reche e Campos (2022), algumas cidades não possuíam estrutura e planejamento suficientes para acolhimento de tais instituições, tendo em vista os impactos estruturais que as IES impunham sobre a estrutura urbana de cada território. As autoras ainda destacam estrangulamentos relacionados principalmente ao “aquecimento do mercado imobiliário com o aumento dos preços dos

⁴ O REUNI foi instituído em 2007 (Decreto nº. 6.096, de 24/04/2007). Por meio da construção de novas universidades e novos campus, o programa objetivou ampliar a oferta de vagas nos cursos de graduação, buscando, ainda, ampliar a oferta de cursos noturnos, promover inovações pedagógicas e combater a evasão (Vieira; Nogueira, 2017, p. 23).

imóveis e a expansão acelerada da malha urbanizada a partir da abertura de novos loteamentos destinados a professores, técnicos e alunos” (Reche; Campos, 2022, p. 300).

A abordagem descentralizada das políticas públicas propostas nos anos seguintes à 2000, evidenciou uma preocupação em promover o acesso e inserção da população na Educação Superior, isso possibilitou a diluição das IES para vários territórios. Maia e Strohaecker (2022) destacam que a transição no contexto educacional, nesse período, possibilitou a expansão de instituições, especialmente, as públicas com um viés de reestruturação de espaços, com orientação territorial. Essa dinâmica foi observada, inclusive, na região externa e polarizada por Porto Alegre (área de estudo dos autores), onde a expansão das instituições teve papel importante na dispersão espacial e mudança econômica da região (Maia; Strohaecker, 2022). Nesse sentido, as IES se tornaram atores institucionais relevantes, que estão inseridos nesse processo de desenvolvimento regional.

É necessário compreender os efeitos que a instalação de uma Universidade pode provocar no território no qual ela se insere. Deve haver uma relação entre o papel desempenhado na IES e a dinâmica dos territórios, ou seja, as Universidades devem apoiar as transformações econômicas, sociais e culturais que ocorrem naquele espaço geográfico (Diniz; Vieira, 2015). Os autores reforçam que as IES possuem suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão promovendo interação com o ambiente espacial e dinâmico fora da instituição, como empresas, mercado de trabalho, comunidade, demais instituições e as dinâmicas urbanas com a finalidade de fortalecer esse elo.

No contexto da inovação, as Universidades possuem relevantes atribuições com as atividades de pesquisa científica. Kempton (2018, p. 55) aponta que “as universidades são atores centrais na inovação regional, impulsionando o crescimento econômico local por meio do provimento de capital humano e de novos conhecimentos”. Vieira (2017) corrobora que quando há interação entre as funções básicas da IES (ensino, pesquisa e extensão) em articulação com os elementos locais, utilizando habilidades, inovação e coletividade, é possível verificar que existe uma conexão com o regional. É necessário que haja incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento, com promoção de investimentos, público e privado, que garantam financiamento nessas instituições, com a finalidade de promover inovação, atender a demanda do mercado e da sociedade (Oliveira; Deponti, 2016).

As Universidades, pois, possuem papel relevante na sociedade, além da promoção do ensino, realizam pesquisa e extensão, ultrapassando os muros da instituição e promovendo rebatimentos para a sociedade e território onde estão inseridas. O papel social importante promovido dentro da IES vai além de formar indivíduos críticos, conscientes das suas

demandas, “é responsável pelo processo de criação e disseminação, tanto de novos conhecimentos quanto de novas tecnologias, através de pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento e engenharia e pode ser encarada como agente estratégico” (Chiarini; Vieira, 2012, p. 118). No contexto das pesquisas acadêmicas, Lima e Simões (2009), colocam que elas têm importância na formação da consciência dos indivíduos e na promoção técnica, auxiliando no contexto produtivo.

As IES passaram a exercer um papel importante na configuração da economia do conhecimento. As atividades desenvolvidas dentro das IES se tornam indispensáveis na formação de recursos humanos, expansão em atividades de graduação e pós-graduação, além de disseminar e formular novos conhecimentos científicos (Diniz; Vieira, 2015). Baumgartner (2015) identifica que o fluxo de conhecimento e as inovações são elementos essenciais, dado especialmente pela mediação feita pelas Universidades sobre as transformações urbanas e regionais, aproximando-as com o resto do mundo. O conhecimento é um elemento fundamental na dinâmica territorial e sua promoção faz com que as Universidades tenham papel relevante na sua expansão. Nunes *et al.* (2022, p. 210) contribuem para o debate quando colocam que “o conhecimento adquirido via universidade poderá induzir um processo de ruptura de hábitos de pensamento pré-existent no indivíduo”. Ou seja, o indivíduo se torna um elemento transformador das suas ideias e opiniões, que pode ter, na Universidade, a mudança de percepções, além de contribuir para a alteração da dinâmica regional e local.

Uma das vertentes importantes analisadas pela interação entre desenvolvimento e o papel exercido pelas IES é a maneira como o conhecimento pode ser utilizado como transformador do território. Para Nunes (2019), a Universidade ganhou um papel importante na transformação socioeconômica, especialmente com a geração do conhecimento, estimulando as formas de pensar e agir dos indivíduos. Nesse sentido, Bordignon (2016) destaca que o espaço universitário vai produzir o conhecimento através de práticas e pesquisas, além do seu papel social, difundindo e propagando esse conhecimento e os avanços dele decorrentes.

O conhecimento precisa ser difundido para a sociedade, gerando um efeito em cadeia, passando a ser visto em vários espaços, gerando mudanças, especialmente na formação de capital humano e na promoção de tecnologias inovativas (Nunes *et al.*, 2022). A Universidade desempenha um papel importante na difusão desse conhecimento, observando que é dentro da instituição que há formação profissional das pessoas, além do conhecimento crítico, fazendo com que a sociedade possa ter poder para reivindicar seus anseios e demandas sociais e políticas. Hoff *et al.* (2017, p. 515) ressaltam que a Universidade pública precisa ser vista,

também, como “potencializadora de conhecimento para processos inovadores, colaborando para o local onde está inserida”.

As IES possuem diferentes papéis de atuação, tanto interna como externamente, ou seja, elas se configuram como importantes dinamizadores de processos. Conforme Nunes *et al.* (2022, p. 212), “para que a universidade se configure como um fator de desenvolvimento, o conhecimento por ela promovido precisa ser transbordado para a sociedade”. Os autores ressaltam que é possível observar esse processo de transbordamento através das mudanças em relação ao capital humano e ao aprimoramento da ciência e tecnologia.

Em um contexto de desenvolvimento local, as IES desempenham significativas funções na dinâmica dos territórios, tendo um papel importante na contribuição local do desenvolvimento, por promover aglutinação de diversas atividades, pelo seu potencial de atração de população para suas proximidades, dada a geração de novas demandas (Maia; Strohaecker, 2022). Para Baumgartner (2015), as IES atuam sobre o mercado imobiliário, em um âmbito de planejamento urbano, tendo em vista que as Universidades têm a capacidade de modificar a estrutura urbana das cidades, demandando novas áreas, reestruturando o entorno da instituição, impondo a necessidade de prestação de serviços e de espaços para os servidores, alunos e professores. Em um contexto de atuação direta, a IES contribui “para a avaliação e a criação de políticas urbanas e práticas para o desenvolvimento urbano e regional” (Baumgartner, 2015, p. 97 e 98).

Conforme Caldarelli *et al.*, (2015), a identidade com o local pode-se relacionar ao nome da Universidade, que associa a algo da cidade. Existe uma relação forte entre as IES e o território que ela está inserida. Segundo Vila (2018), as atividades desenvolvidas nessas instituições promovem repercussões positivas na vida das pessoas e da população, contribuindo com a formação profissional, isso gera um processo em cadeia, evoluindo para as condições sociais de toda a população, das cidades e regiões. Para Maia e Strohaecker (2022), as IES possuem um efeito de atração, onde exercem a função de agente local, promovendo competição entre as empresas e atividades, isso promove o surgimento de novas atividades, fazendo com que haja um processo de especialização dinâmica no território, o que resulta em transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. As IES se tornam, portanto, “atores relevantes da transformação econômica e social, podendo influenciar de forma decisiva o desenvolvimento regional” (Vieira, 2017, p. 287).

Assim, é importante ressaltar a importância de determinados locais possuírem IES. De acordo com Freire e Holanda (2018), a demanda por IES vem se configurando com mecanismos dinâmicos e como uma maneira de utilização do território. Alguns espaços

possuem dificuldades para recepção de investimentos, dada suas dinâmicas econômicas e espaciais, assim, a inserção de uma IES pode alterar esse sistema de investimentos (Freire; Holanda, 2018). Para Rolim (2018, p. 223), “ao funcionar como um “motor de desenvolvimento” a universidade também incentiva novos investimentos na região e a atração de novos empreendimentos motivados pelo clima de inovação que ela produz”.

Convém destacar os impactos diretos e indiretos proporcionados pelas Universidades, sejam eles, econômicos, sociais, culturais, políticos, ambientais, entre outros. Em sentido econômico, Baumgartner (2015) ressalva os impactos ditos diretos, como a compra de mercadorias para funcionamento da IES, o pagamento dos salários (servidores e professores) e o investimento feito na instituição.

Com efeitos indiretos, decorrentes de seu estabelecimento, destacam-se a demanda por espaços para instalação da IES, bem como a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão, expansão imobiliária para alunos e professores, promoção de comércio, serviços e espaços de lazer (Baumgartner, 2015). Reche e Campos (2022), ao estudarem como se dá a reestruturação urbana de cidades⁵ que receberam instalações multicampi da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), destacam, como fator dinâmico regional das atividades da IES, a atração de agentes ligados ao mercado imobiliário, almejando conquistar esse novo mercado promovido pela demanda dos estudantes que passariam a frequentar a instituição. O mesmo caso é observado em Pau dos Ferros, dada a expansão educacional naquele território, onde a elevada oferta do ensino superior contribuiu para o crescimento da rede urbana, com a construção de moradias e alojamentos, expandindo o mercado imobiliário, conforme corrobora Souza (2022).

O quadro 01 sintetiza a influência da IES sobre o desenvolvimento regional.

Quadro 01 – Impacto das IES sobre o desenvolvimento regional

Dimensões	Setores de impacto
Influência na Demanda agregada	Amplia ou cria demanda por meio de: investimentos, despesas de custeio, obras e equipamentos, mão de obra, habitação, transporte, lazer, serviços públicos, serviços de conveniência (fotocópias, livrarias, papelarias, lanchonetes).
Influência no Ambiente Cultural	Forma cidadãos; dissemina novas ideias; sensibiliza para ideias complexas, sistêmicas, associativas e cooperativas; sensibiliza para ideias vinculadas ao desenvolvimento; propicia contato com atividades culturais diversas.
Influência no Ambiente Empresarial	Gera fontes de modificação da cultura organizacional vigente; inclusão de P&D nas organizações; qualificação dos recursos

⁵ Cerro Largo-RS, Laranjeiras do Sul-PR e Realeza-PR.

	humanos; aumento da produtividade dos fatores de produção; formação de lideranças com visão estratégica e sistêmica sobre os recursos e condicionantes econômicos regionais; surgimento de novos empreendimentos; surgimento de ambiente de inovação; disponibilização de suporte científico e tecnológico.
Geração de Empregos e Renda	Cria postos de trabalho diretos; cria postos de trabalho indiretos (contratação de terceiros e ampliação da demanda agregada); distribui bolsas de estudo diretas; viabiliza bolsas de estudo indiretas.
Dinamização das Economias Regionais	Gera capacidade de lidar com complexidade, incentivando o desenvolvimento de processos sistêmicos; colabora na potencialização de recursos locais; colabora na melhor alocação das atividades produtivas no território; colabora na qualificação das políticas públicas; colabora no acesso a recursos externos à região; propicia desenvolvimento e transferência de capital intelectual.
Modificação da Infraestrutura Local	A ampliação de demanda pressiona a modificação da estrutura em Educação; Habitação; Transporte; Lazer; Comércio; Serviços públicos; Serviços de manutenção; Serviços de conveniência.

Fonte: Elaboração com base em Hoff *et al.* (2017, p. 514).

As pesquisas sobre impacto das IES são abordagens recentes na literatura e têm sempre revelado, principalmente, um viés de econômico. Para Rolim (2018), tais pesquisas levam em consideração os gastos efetuados pela instituição nos espaços regionais onde estão inseridas, onde se destacam pagamento de professores e funcionários, aquisição de material e dispêndios financeiros efetuados pela instituição. Diniz e Vieira (2015) ressaltam que ainda são limitadas pesquisas que abordam a compreensão dos efeitos das atividades realizadas nas IES para o desenvolvimento regional.

Estudos com a temática da Educação Superior e sua associação ao desenvolvimento passaram a ter importância significativa na academia. Conforme Dantas e Clementino (2014), na perspectiva de desenvolvimento regional, o papel das Universidades tem recebido importante atenção, principalmente por ser um elemento importante para o desenvolvimento das regiões. Nunes *et al.* (2022) pontuam que estudos dessa natureza têm sido desenvolvidos em regiões dotadas de centros de pesquisas ou base tecnológica, demonstrando uma certa convergência nos métodos adotados e objetos de estudo. Os autores ressaltam que foi observado um “transbordamento de conhecimento gerado pela universidade diretamente para estas organizações” (Nunes *et al.*, 2022, p. 217).

Ao estudar o contexto de expansão da Educação Superior nas cidades médias, em especial Pau dos Ferros-RN, Dantas e Clementino (2014) verificaram que a expansão e

diversificação dos números de vagas em cursos, no Campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), contribuíram para a expansão e dinamização da economia local, além de proporcionar a elevação do grau de atuação da instituição. Essa ampliação, observada na economia local, deu-se, principalmente, com o impulso no setor imobiliário, especialmente com moradias pequenas, tanto para os estudantes, que realizavam alguma atividade na Universidade em diversos horários, necessitando estarem mais próximos da instituição, quanto para os professores, que passaram a residir na cidade, isso dinamizou os setores de comércio e serviços na cidade (Dantas; Clementino, 2014)

Rolim e Kureski (2007) analisaram o impacto econômico de Universidades paranaenses sobre a renda e o emprego, utilizando como dados os gastos governamentais do Paraná com o ensino superior e os gastos dos alunos oriundos de fora do Estado, além de utilizar como metodologia o auxílio da matriz de contabilidade social. Nessa mesma linha de análise, Lopes (2001) mensurou e avaliou o impacto dos gastos relacionados ao funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) sobre a economia de Vitória da Conquista no Estado da Bahia, utilizando os gastos com custeio e investimentos realizados pela instituição, dos gastos dos professores, servidores e alunos oriundos de outros municípios. O autor relacionou esses gastos com os indicadores econômicos municipais, obtendo como resultados a contribuição pela formação de capital humano e pelo retorno à economia local de parte dos impostos gerados no município.

Rolim e Serra (2009) buscaram analisar o esforço cooperativo entre as IES da região Norte do Paraná e os seus parceiros regionais em prol do desenvolvimento regional. A base metodológica do estudo faz referência à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) formulada em eixos de análise: contribuição da pesquisa à inovação regional; contribuição do ensino e aprendizado ao mercado de trabalho e à profissionalização; contribuição ao desenvolvimento social, cultural e ambiental; e capacitação para a cooperação regional.

O estudo proposto por Baumgartner (2015) objetivou compreender os processos espaciais intraurbanos e regionais, após a instalação de IES nas cidades sedes dos *campi* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Brasil) e Universidade de Passau (Baviera/Alemanha). O autor formulou um esboço metodológico dividindo-o em três esferas de análise (temporal, social e espacial). Na esfera temporal foi analisado o antes e depois da instalação das IES, a esfera social, realizou-se uma análise dos agentes envolvidos no processo de instalação e, por fim, a esfera espacial, relaciona a produção do espaço urbano e regional nas cidades (Baumgartner, 2015).

As cidades pequenas se configuraram como relevantes na estruturação espacial dos aspectos urbanos, causados pela instituição de uma Universidade. O estudo de Reche e Campos (2022) objetivou compreender como as pequenas cidades se reestruturaram, a partir do capital imobiliário, tendo em vista a demanda por residências e aumento dos preços dos imóveis, dada a implantação de *campis* da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), nas cidades de Cerro Largo-RS, Laranjeiras do Sul-PR e Realeza-PR. A pesquisa teve caráter quantitativo e qualitativo, com levantamento de dados acerca dos deslocamentos das pessoas para as cidades, sobre o mercado imobiliário e a expansão do território urbano. Por meio da pesquisa, obteve-se como resultados a intensa movimentação do mercado imobiliário, causado pelo anúncio de instalação da UFFS. No caso de Realeza-PR, observou-se uma expansão horizontal da cidade em direção ao campus da IES, ampliação do número de imobiliárias, a vinda de investidores externos retornando à cidade. Na cidade de Laranjeiras do Sul-PR, foi possível notar a facilidade em aprovar projetos de loteamento, ampliação do perímetro urbano, além do fato de que a cidade não estava preparada para quantidade de demanda por imóveis (Reche; Campos, 2022).

Estudos relacionados ao conhecimento gerado pela Universidade também são importantes para analisar sua relação com o desenvolvimento regional. O estudo de Nunes *et al.* (2022), teve como objetivo analisar o impacto que a geração de conhecimento, promovido na Universidade, modificou os hábitos de pensamento dos indivíduos, necessárias ao desenvolvimento regional. Realizado na), analisou o perfil do egresso da instituição, por meio da (I) mobilidade geográfica, nível de formação e atividade de emprego, e (II) na perspectiva de mudança de pensamento. Em termos metodológicos, a pesquisa aplicou questionários aos egressos da graduação e da pós-graduação, formados na IES desde a sua instalação, estruturando-se em três blocos (hábitos de pensamento, mudança de hábito de pensamento e perfil do egresso) distribuídos em 59 variáveis. Os principais resultados apontaram que, em termos de mobilidade, verificou-se a permanência de egressos na região do Pampa, demonstrando que isso é um importante fator de desenvolvimento da região. Em termos de hábitos de pensamento, os egressos demonstraram que houve uma mudança no pensamento e na forma de agir em seus ambientes de convívio, principalmente pelo conhecimento adquirido dentro da Universidade, além dos hábitos voltados às demandas por bens e serviços, ou seja, pessoas formadas nas instituições passaram a demandar bens e serviços qualificados e de boa qualidade. Outros fatores relevantes na pesquisa, apontaram que os egressos passaram a modificar as estruturas na cultural organizacional, assumir posturas críticas em ambientes

públicos e privados, e na tomada de decisão, demonstrando que o conhecimento pode promover alterações no contexto regional (Nunes *et al.*, 2022).

O estudo de Rolim (2018) contribuiu para a literatura propondo um índice de impacto regional das IES, com um conjunto de indicadores. Na construção desse índice foram consideradas quatro dimensões de análise (contribuição da pesquisa à inovação regional, contribuição do ensino e aprendizado ao mercado de trabalho e à profissionalização, contribuição ao desenvolvimento social, cultural e ambiental, e capacitação para a cooperação regional). O Índice de Inserção Regional (IIR) consistiria de uma média das quatro dimensões, variando entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do valor unitário, maior seria o grau de integração de uma IES com a sua região (Rolim, 2018).

Krajevski (2021) examinou a interação entre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, utilizou uma pesquisa bibliográfica e documental, encontrando como principais resultados a relação de proximidade com a sociedade, especialmente na oferta de cursos e no funcionamento da instituição para a região.

Em termos de interação com os setores industriais, o estudo de Lima *et al.* (2015) buscou analisar a expansão das IES de Anápolis e a relação de cooperação e interação com Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), utilizando como metodologia qualitativa e aplicação de questionários ao responsável pelo setor de Recursos Humanos do Distrito e aos diretores das unidades de ensino. Como resultados, foi verificado a interação e cooperação pelo Distrito está relacionado à oferta de visitas e estágios, enquanto a instituição visualiza a oferta de mão-de-obra qualificada para o setor (Lima *et al.*, 2015).

Esta seção buscou apresentar as principais contribuições e elementos que estão associados a relação entre Educação Superior e desenvolvimento territorial, abordando impactos e transformações causadas pelas IES, além de elencar informações relevantes ao estudo proposto.

2.2 O TERRITÓRIO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO AGLOMERADO URBANO CRAJUBAR

Este capítulo tem o intuito de descrever o território CRAJUBAR, enfatizando suas particularidades, as dinâmicas desse espaço, sua influência regional, política, econômica, social, ambiental e cultural, buscando compreender as suas especificidades. Além disso, será analisado a estrutura consolidada da Educação Superior presente no CRAJUBAR, buscando relacioná-la aos aspectos territoriais.

2.2.1 Apontamentos do “território Cariri” – CRAJUBAR

*“A vida aqui só é ruim
Quando não chove no chão
Mas se chover dá de tudo
Fartura tem de porção
Tomara que chova logo
Tomara, meu Deus, tomara
Só deixo meu Cariri
No último pau-de-arara...”
(José Guimarães, Corumba, Venâncio, 1957).*

Os versos retratados acima fazem parte da música “Último Pau-de-Arara” e fazem alusão ao “território Cariri”, Cariri esse que é verde quando chove, o Cariri da estiagem, o Cariri da fé e o Cariri do pertencimento, essas características trazem uma forte reflexão sobre as particularidades do “território Cariri” e que será explanado nessa seção.

A denominação de “território Cariri” será utilizada nesse trabalho como elemento norteador dos aspectos que interligam um determinado espaço, buscando aproximá-lo da concepção de território e desenvolvimento territorial apontadas pelos autores estudados até aqui. Nesse contexto, buscar-se-á traçar alguns apontamentos sobre o contexto do Cariri, atentando-se aos fatores ligados à dimensão territorial, bem como aproximar o leitor dos elementos de ligação com o aglomerado urbano CRAJUBAR (foco do estudo). De acordo com Saquet (2011, p. 10), é preciso compreender e interpretar o território através da utilização e construção daquele espaço, considerando as múltiplas relações existentes. O autor destaca:

É fundamental considerar, portanto, numa abordagem territorial das relações campo-cidade-urbano-rural, as relações produção-circulação-troca-consumo, os fixos e fluxos ou redes, os nós e as malhas, as relações de poder multidimensionais (econômicas, políticas e culturais), as identidades, as diferenças, as desigualdades e

a natureza exterior (isso inclui, evidentemente, a problemática ambiental) ao homem, tentando avançar na construção de uma perspectiva de abordagem histórico-crítica e relacional de denúncia, explicação, representação e transformação dos territórios a ponto de orientar e subsidiar a definição de planos e projetos de desenvolvimento centrados na democracia, na solidariedade, na cooperação, na preservação ambiental, na distribuição de riqueza e na justiça social.

De acordo com Reis Júnior (2016), o “Cariri” é uma denominação e descrição dada a boa parte do território do Ceará, seja por meio de instrumentos administrativos, seja pela ótica das manifestações artísticas, do contexto econômico, seja pela condição religiosa, e das distinções geográficas e ambientais.

A região do Cariri, local onde se situa o aglomerado urbano CRAJUBAR, sempre foi apontada como um território diferenciado. Nascimento, D. (2018) destaca que essa região, historicamente, diferenciava-se das demais por fatores geo-ambientais, pela questão da fauna e da flora, pela diversidade de fontes aquíferas e as formas de relevo presentes, todos os aspectos ligados à formação da Chapada do Araripe, presente nesse território. Ao referir-se à região do Cariri, Pinheiro (1950, p. 7) ressalta “sua vegetação sempre verde e suas águas perenes contrastam singularmente com os sertões semi-áridos que o circundam”. Essa distinção, com relação aos atributos naturais, foi um fator importante para que a região ganhasse atenção dos colonizadores e viajantes que transitavam pela região no século XVIII (Queiroz, I., 2013).

A Chapada do Araripe é um tesouro ambiental presente no “território Cariri”, sendo uma importante formação geológica que exprime beleza e admiração aos olhos dos turistas e visitantes. Nas palavras de Batista e Batista (2020, p. 32):

a natureza, avara na construção dessa quase planície inicial, a essa prostra em admiração diante da prodigalidade e esmero com que construiu a majestade da formação montanhosa, dosando as suas entranhas com alternância, e mesmo combinação, do poroso arenito, às vezes, mais ou menos fossilífero, com camadas calcárias impermeáveis, tudo entremeado com rochas em formações circundantes tais que constroem bacias aquíferas subterrâneas em proporções de tamanhos e quantidade tais que permitem a absorção e a acumulação de imenso volume de águas pluviais quase sem enxurradas.

É possível notar uma certa concordância com relação aos apontamentos iniciais que distinguem essa região das demais partes do sertão semiárido nordestino, colocando-a como um espaço na qual a natureza e o meio ambiente são os pontos fortes e que destoa dentro do território semiárido. Gonçalves (2006, p. 69) traz essa distinção do Cariri, apontando-o como um território sagrado:

o território é sagrado pela fartura que detém em recursos hídricos, proporcionando cultivo agrícola e o desenvolvimento de atividades econômicas. Quando comparada com as demais regiões do Nordeste seco, o Cariri assume uma posição importante no rol da produção por causa de seu tipo de solo e fertilidade, além da potencialidade de riqueza que a terra pode gerar.

Cordeiro (2015, p. 17) aponta que os elementos referentes ao clima e às belezas naturais da região “compõe um espaço geográfico atípico em relação às características do semiárido nordestino”. Além disso, a autora coloca que “a macrorregião do Cariri tem sua formação histórica vinculada à presença dos índios Kariris, cujo nome foi apropriado para a região” (p. 34).

Ainda com relação a Chapada do Araripe, Andrade (1964, p. 49) destaca:

a umidade do Cariri é um presente da Chapada do Araripe, desde que as águas das chuvas que caem sobre ela, encontrando um topo relativamente plano e permeável, se infiltram e aprofundam pelas camadas de arenito permeáveis, até encontrar uma porção impermeável. Forma-se o lençol subterrâneo que escoar, devido à inclinação das camadas, em direção ao território cearense, onde volta ao solo através de uma série de fontes com regime permanente.

Essa distinção do Cariri em torno dos aspectos ambientais e geológicos transformaram essa região em um espaço de exploração, visitação turística e de aventura, especialmente pela criação do Geoparque Araripe (GA) e, a preservação e conservação dos geossítios. Geossítios são definidos como locais que apresentam aspectos geológicos próprios, promovendo relevância para a ciência, educação e turismo (Oliveira, 2022).

O Geoparque Araripe faz parte da Rede Global de Geoparques (*Global Geoparques Network – GGN*), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e foi criado em 2006 na região sul cearense, inserido na Bacia Sedimentar do Araripe e da Chapada do Araripe, possui um conjunto de geossítios que são abertos para visitação, turismo e área de estudos (Moura-Fé, 2016).

A dimensão territorial do Geoparque Araripe engloba os municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, abrangendo uma área de mais de 4 mil km². É classificado como o primeiro Geoparque do Brasil a fazer parte da GGN reconhecido pela UNESCO, sendo o único desde 2006 a 2021, porém em 2022, dois novos Geoparques foram reconhecidos pela UNESCO e passaram a figurar nesse grupo: Seridó, no centro-sul do Rio Grande do Norte; e Caminhos dos Cânios do Sul, com localização nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Brasil, 2022). Além disso,

dois novos territórios também foram incluídos na lista de avaliação, ambos localizados no Rio Grande do Sul: Caçapava do Sul e Quarta Colônia (Brasil, 2022).

De acordo com Sousa *et al.* (2023, p. 3), a definição de geoparque, dada pela UNESCO, representa “um território onde sítios do geopatrimônio (geossítios) representam parte de um amplo conceito de proteção, educação e desenvolvimento sustentável”. Vilas Boas *et al.* (2013, p. 159) ressaltam que a área que o Geoparque é “conhecida internacionalmente pelo importante registro geológico do Período Cretáceo, com particular destaque para o seu conteúdo paleontológico, que apresenta um excepcional estado de preservação e uma enorme diversidade biológica dos fósseis”.

Além das atribuições geoambientais e geológicas, outros aspectos podem ser considerados ao território do Geoparque Araripe. Lima Júnior *et al.* (2017, p. 188) abordam a existência de outros atributos que definem o Geoparque Araripe:

a diferenciação vai além e desdobra-se em atribuições além do físico, se concretizando no fato de que tal constituição territorial advinda das particularidades da formação geológica possui, a partir daí incrementos na formação mais ampla da identidade do território através de elementos econômicos, sociais, culturais, antropológicos que manifestam de forma tácita no cotidiano deste espaço.

Além da conservação e da promoção de uma dinâmica sustentável, social e ambiental, o território do Geoparque é aberto para visitação e para o turismo ecológico, especialmente nos geossítios. A atuação do Geoparque Araripe vai além das questões ambientais, pode-se associar também, o patrimônio geológico, biológico, arqueológico e cultural, além de promover educação ambiental (Vilas Boas *et al.*, 2013).

O “território Cariri” possui uma formação geológica que se destaca no Brasil e no mundo. De acordo com Sales (2014), o Cariri e a Bacia Sedimentar do Araripe são considerados os principais e maiores depósitos de espécies fósseis da Terra, abrigando invertebrados, vertebrados, como peixes e reptéis, além de plantas.

O processo de ocupação da região do Cariri é um importante ponto de partida para a contextualização desse território. Há de se destacar um aspecto relevante da ocupação e colonização do território cearense. Segundo Lima Júnior (2014), a incorporação do território, que hoje é o Ceará, deu-se tardiamente, além disso, aspectos geofísicos e humanos, como aridez do solo e as características dos nativos, são fatores explicativos para a falta de incorporação de alguma atividade econômica na região. A incorporação dessa porção territorial se deu por base da expansão da pecuária, atividade subsidiária da atividade canavieira, que se desenvolvia no litoral nordestino, mas que adentrava novos espaços para

cultivo da cana-de-açúcar (Lima Júnior, 2014; Cordeiro, 2015). Segundo Queiroz, S., (2013), os aspectos climáticos, as serras e as pastagens, presentes nesse território, foram fatores relevantes para a expansão da pecuária no Ceará, tornando-a a primeira atividade econômica.

Assim, pode-se inferir que a incorporação da porção territorial do Ceará deu-se por meio da expansão da criação de gado, advindo de vários estados, especialmente do Pernambuco. De acordo com Nascimento, D., (2018), muitos traços históricos, políticos, sociais e culturais apresentam influências entre o Cariri e o Pernambuco. Com a expansão e criação da pecuária, foi possível desenvolver uma cultura cearense utilizando o couro bovino, principalmente peças artesanais voltadas ao cotidiano do homem sertanejo, dentre eles: sapato, gibão, sela, arreios, baús, cadeiras etc (Queiroz, S., 2013). Assim, a pecuária possibilitou a expansão e incorporação do território cearense, bem como, promoveu o artesanato do couro, bastante presente no dia-a-dia do cearense e nordestino.

Queiroz, I. (2013, p. 75) aponta que “o processo de ocupação e exploração econômica da região teve início na década de 40 do século XVIII, mais precisamente a partir da antiga ‘Missão do Miranda’, hoje, cidade do Crato”, sendo a primeira aglomeração a se tornar Vila em 1764. Com isso, o Crato passou a exercer as principais funções econômicas na região caririense, assumindo a condição de polo regional durante os séculos XVIII e XX (Nascimento, D., 2018). Para Lima Júnior (2014) a cidade do Crato exerceu como principais funções econômicas: centro agrícola e comercial (Século XVIII) e centro comercial que abastecia a região do Cariri (Século XIX). Nesse contexto, o Cariri do século XIX se destacava “como produtor de gêneros agrícolas e de entreposto comercial, através das feiras” (Cordeiro, 2015, p. 36). Principalmente pela revitalização econômica, dada pela cana-de-açúcar nos principais engenhos do Cariri (Crato e Barbalha) com o cultivo e o refinamento foram assim incentivados naquele período (Século XIX), bem como a produção algodoeira para exportação (Nascimento, D., 2018). Isso possibilitou a ascensão de Crato e Barbalha como centros urbanos ainda no século XIX (Cordeiro, 2015).

Nas palavras de Nascimento, D. (2018, p. 93), o Crato é um território com diversos elementos e particularidades:

a cidade é caracterizada pelos seus atributos ambientais evidentes no trecho da Chapada do Araripe encravada em boa parte do território cratense, fazendo com que o município seja conhecido por sua grande quantidade de fontes e trilhas naturais. Por isso, o município é um dos principais da região no turismo ecológico e de lazer a partir dos muitos clubes e balneários recreativos que abriga. Sendo assim, por muito tempo o Crato exerceu as suas funções de polo universitário, de serviços e, também, propagou-se como celeiro cultural e ambiental do Cariri.

A excepcionalidade do Cariri foi, durante muitos anos, exaltada pelos seus elementos geo-ambientais, além disso, esses fatores eram vistos como excepcionais para a ascensão econômica, social e política (Queiroz, I., 2013). A vida e o cotidiano dos nordestinos sempre estiveram ligados às dificuldades climáticas e os problemas das secas, por estar localizada na porção semiárida, essas dificuldades eram intensificadas. Com relação às secas, Batista e Batista (2020, p. 38) ressaltam que “o Cariri, apesar da situação privilegiada que ocupa numa região com centenas de nascentes, também, está sujeito ao fenômeno, ainda mais quando se registra a degradação do meio ambiente ao longo do tempo”.

Assim, durante os difíceis períodos de estiagem, a população cearense era brutalmente assolada, buscando, através da fé, uma salvação. Foi nesse contexto que surgiu uma figura religiosa importante para o Vale do Cariri, o Padre Cícero Romão Batista. Segundo Queiroz, I. (2013, p. 85), esse líder religioso, doravante chamado Pe. Cícero promoveu “uma verdadeira reviravolta do quadro sócio-político e espacial do Vale do Cariri”. Araújo (2005) remonta que o Pe. Cícero se tornou um conselheiro respeitado por todos os seus fiéis, principalmente para aqueles que fugiam das duras secas que assolavam os nordestinos. A autora explana que o Pe. Cícero buscava sempre relacionar o trabalho e fé para os seus fiéis, almejando à superação da seca, da fome e das dificuldades enfrentadas pelo povo, isso “contribuiu para consolidar um ideário político, social, filosófico e econômico sobre o Juazeiro” (p. 32). De acordo com Cordeiro (2015), o Pe. Cícero foi o personagem principal para ascensão de Juazeiro do Norte como cidade, além da sua importância religiosa, ele também atuou como figura de determinação e da formação econômica, social e política desse município. Inclusive deixando seu legado presente na memória da população através do tempo, conforme resalta Araújo (2005).

São incontáveis as ações promovidas pelo Padre Cícero, no Vale do Cariri, além dos aspectos religiosos, o conselheiro do povo participou efetivamente do ambiente político e social, conseguindo expandir e ascender a cidade de Juazeiro do Norte como importante cidade do interior cearense. Segundo Cordeiro (2015), no final do século XIX, os acontecimentos em torno de um milagre envolvendo Pe. Cícero e a Beata Maria de Araújo, irão gerar um processo de expansão urbana e econômica na vila de Tabuleiro Grande⁶, que até o período ainda fazia parte da cidade do Crato, principalmente pelo movimento de romarias. A notícia desse possível milagre, envolvendo o Padre e a Beata, se espalham rapidamente

⁶ Nome dado à vila que posteriormente se tornaria Juazeiro do Norte.

pelo sertão nordestino e isso gera um intenso processo de deslocamento de fiéis e religiosos para o Joaseiro, buscando conhecer o Padre, transformando-se em um movimento de romaria (Araújo, 2005). “Esse é o episódio que, definitivamente, alteraria o quadro político e social do Vale do Cariri, que até então tinha o Crato ocupando o papel de principal centro polarizador regional” (Fernandes, 2020, p. 88).

Os acontecimentos em volta do milagre do Pe. Cícero e a imigração de nordestinos, fiéis e desalentos da seca, transformação o quadro social da Vila de Tabuleiro Grande, fazendo com que Juazeiro do Norte adquirisse o status de município emancipado em 1911. Quando emancipada, em 1911, o Pe. Cícero se tornou o primeiro prefeito da nova cidade “disseminando uma filosofia de oração e trabalho na localidade onde pregava a necessidade de existir ‘em cada casa um altar, em cada quintal uma oficina’” (Nascimento, D., 2018, p. 90). Nesse contexto, Juazeiro do Norte se torna a “metrópole” da fé (Queiroz, I., 2013), e “passa a ser entendido, na crença popular, como a terra da devoção, e o Pe. Cícero um homem enviado de Deus para cuidar do povo do sertão” (Fernandes, 2020, p. 89).

A expressividade de Pe. Cícero adquiriu tamanha importância para Juazeiro do Norte que a realização das romarias, durante o ano, sempre é sinônimo de atração de fiéis e devotos para a cidade. Andrade (2020) observa que a realização dessas romarias transforma a cidade em um espaço de devoção, aproximando os fiéis do plano divino.

Todos esses eventos envolvendo uma figura religiosa transformaram a cidade de Juazeiro do Norte em uma das principais cidades do interior do Nordeste. A dinâmica presente na cidade, seja em âmbito econômico, político, social, religioso e cultural, demonstram a forte contribuição exercida pelo Pe. Cícero. Para Araújo (2005, p. 62), “o maior milagre do Padre Cícero foi o milagre econômico! Ele construiu e consolidou uma cidade em condições adversas, também sobre o aspecto econômico”. De acordo com Ramos (2014), os fiéis buscavam na cidade um local de fé, o sagrado, porém, ao chegar, acabavam se deparando com um território que possibilitava a superação das dificuldades, especialmente com a promoção de atividades comerciais e de artesanato.

Diversas atividades foram empreendidas pelo Padre e até hoje (2023) fazem parte do contexto econômico da cidade. Ele “empreendeu atividades agrícolas em grande escala, promovendo a fixação do homem no solo, para o cultivo e a colheita de produtos resistentes ao clima quente, a exemplo da mandioca, raiz da qual se produz a farinha” (Araújo, 2005, p. 40). Com relação ao artesanato, Ramos (2014) destaca a produção de bens e objetos ligados ao dia-a-dia do cearense, bem como ferramentas para o meio rural e artigos religiosos, sempre exaltando a fé daquele território, e que tinham demanda. Dentre os objetos produzidos são

destacados: painéis, sapatos, objetos de couro, chapéus, enxadas, foices, espingarda, facas, pólvora, estatuetas de santos, velas, terços e medalhas (Ramos, 2014, p. 94/95). Na produção de joias e foleados, Cordeiro (2015) explana a produção de alianças que remetem o desejo de casar nas terras do Pe. Cícero, fortemente ligado à fé, e que eram produzidas por meio artesanal, em pequenas oficinas, através do conhecimento adquirido pelas gerações passadas.

A cidade de Juazeiro do Norte, com o Pe. Cícero como principal figura influente, transformou-se em uma das mais importantes do cenário regional e nacional. Queiroz, I., (2013) corrobora a importância do aspecto religioso para transformação sofrida em Juazeiro do Norte, apontando que esse fator serviu de ímã para as modificações socioespaciais do território.

O “território Cariri” envolve, além dos aspectos religiosos e geo-ambientais, distinções através das manifestações culturais. A cultura local possui um caráter importante para o território, tendo em vista que “o entendimento e significância de ser e pertencer ao Cariri [...] onde existem variados grupos culturais, hábitos e costumes que resgatam e manifestam as tradições culturais locais” (Nascimento, D., 2018, p. 93).

Com relação aos aspectos culturais e festivos, pode-se elencar as festas tradicionais como a Festa de Santo Antônio (padroeiro da cidade de Barbalha) e a Expocrato (atualmente chamado Festival Expocrato). De acordo com Nascimento, D. (2018), a realização da Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade de Barbalha, é uma das principais festas realizadas no Cariri, atraindo pessoas de todos os locais, combinando a devoção e a expressões da cultura local e regional. Essa festa é definida como principal evento folclórico-cultural de Barbalha, possui como enredo a busca, escolha e a derrubada de uma árvore grande na mata da Chapada do Araripe, especialmente pelos devotos do sexo masculino; durante os festejos, eles carregam em seus ombros o tronco em cortejo pela cidade, fincando-o em frente à igreja Matriz de Santo Antônio (Batista; Batista, 2020). É uma combinação de várias manifestações caracterizadas pelo “sagrado e o profano, a diversão e a devoção, o entretenimento e a religiosidade” que conferem uma pluralidade à cultura local (De Sá; Barbalho, 2011, p. 480). É importante destacar que a festa de Santo Antônio está registrada como Patrimônio Cultural imaterial. Silva (2021) reforça essa implicação, apontando que a festa foi reconhecida em 2015, instituindo a proteção dos festejos pelo Estado e pela população.

Outra festa que promove um atrativo econômico, social, político e cultural, realizada na cidade do Crato, é a Expocrato. A Exposição do Crato, conforme foi enunciada na sua primeira edição, tratava-se um espaço organizado com o intuito de divulgar a melhoria do rebanho e da agricultura na cidade, promovendo um avanço nas técnicas agropecuárias

(Cortez, 2000). A autora detalha as principais características da exposição, sendo realizada inicialmente em 1944, com a proposta de instaurar a mudança na mentalidade da população sobre questões agropecuárias, porém, conforme passaram os anos e realizações de novas edições, o evento passou a ser referenciado no calendário de festividades da cidade, além disso, passou a ser um espaço festivo, com festas acessíveis à todas as camadas da população.

Segundo Cortez (2000), esse evento vem se realizando anualmente, desde 1953, promovendo um espaço de negócios, de exposição e de festividades na cidade cratense. Em 2023, o Festival Expocrato, também chamada Exposição Centro Nordestina de Animais e Produtos Derivados, realizou sua 70ª edição no Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcanti e contou com diversas atrações musicais e culturais (Ceará, 2023).

Ainda sobre a cultura local e presente no “território Cariri”, as manifestações artísticas ainda resguardam muitos traços da cultura caririense, dentre elas pode se destacasse a Banca Cabaçal dos Irmãos Aniceto. “As bandas cabaçais surgiram como elemento importante para a vida em sociedade contribuindo como parte de uma cultura e como elemento constitutivo para a formação da identidade regional e nacional” (Silva, 2011, p. 11).

A Banda Cabaçal dos Irmão Aniceto se destaca no Cariri com suas expressões por meio da música e dança, além de manterem as especificidades da cultura regional, conforme Aguiar (2003). A autora ressalva alguns elementos abordados e trazidos pela Banda que se relacionam com os aspectos históricos da formação do povo caririense, como a presença na lavoura e na pecuária, além das conquistas e enfrentamentos desse povo, lutando sempre por questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Em 2023, a Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto comemorou 208 anos da sua criação, justificado por ser um grupo histórico, com fortes traços da cultura caririense, com elementos indígenas e sertanejos, repassados através da dança e das músicas, sendo fundado por José Lourenço da Silva, mais conhecido como José Aniceto (Vieira, 2023).

A representatividade das músicas e da dança dos Irmãos Aniceto são elementos sempre ressaltados como principais características da Banda. Aguiar (2003) explora melhor a ideia das músicas pela descendência indígena, fazendo uma mistura do originário e a influência local, além disso, o desenvolvimento rítmico e artísticos passado pelo pai, transformaram o grupo em ótimos instrumentistas e dançarinos habilidosos, com isso, conseguem fazer uma ótima sincronia entre as músicas e as danças. Silva (2011, p. 34) completa que “tal preocupação na perpetuação da prática da banda cabaçal sempre se mantém dentro da esfera familiar”. As Bandas Cabaçais possuem uma trajetória construída dentro do ambiente familiar, na qual o pai passa os ensinamentos adquiridos e construídos para seus

filhos, e assim, repassados para os netos e sobrinhos, consolidado uma cultura própria, além de envolver os questionamentos e desejos do local em suas músicas e ritmos.

Dentro desse âmbito e a necessidade de revitalizar questões da cultura local e regional, foi implantada no Ceará a Lei nº 13.351, de 27 de agosto de 2003, que operacionaliza o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular (Ceará, 2003). Segundo Cunha Filho e Ferreira Neto (2014), essa Lei possibilitou o registro de pessoas e grupos detentoras do conhecimento popular e que guardam consigo as tradições da cultura local e regional, objetivando preservar a cultura e os traços do povo cearense.

A diversidade de manifestações culturais presentes nas cidades do interior cearense, especialmente na região do Cariri, traz consigo muitas particularidades daquele território. Segundo Silva (2011), as cidades do CRAJUBAR se destacam pela forte presença de elementos e manifestações culturais, como as bandas cabaçais, o reisado, a lapinha etc. O reisado é uma manifestação cultural sempre presente nas apresentações artísticas e culturais do Cariri.

Os Reisados, como aparecem no Ceará, são folguedos populares do ciclo natalino, presentes, com variações, em todas as macrorregiões do Estado, que se estruturam na forma de um cortejo de brincantes, representando a peregrinação dos Reis Magos a Belém, e se desenvolvem, em autos, como uma rapsódia de cantos, danças e entremeios, incluindo, obrigatoriamente, o episódio do Boi (Barroso, 2014, p. 183).

O autor destaca que no Cariri cearense são encontrados vários formatos de reisado, como: Reisados de Congo, de Caretas ou de Couro, além do Reisado de Bailes (especialmente em Barbalha); ainda aponta que essa região é a mais rica na cultura de Reisado do Estado.

O “território Cariri” possui diversas particularidades, elementos e aspectos que o distinguem de vários outros locais. Esses elementos perpassam desde os contextos ambiental, político, social, econômico, religioso e cultural, definindo a complexidade abordado no conceito de território. As cidades que compõem o aglomerado urbano CRAJUBAR se articulam de maneira complementar, apresentando vários contextos que estão ligados uns aos outros.

2.2.2 O Polo de Educação Superior no CRAJUBAR

A região do Cariri, preferencialmente o CRAJUBAR, adquiriu o status de polo de Educação Superior no interior cearense. Essa caracterização dada ao CRAJUBAR se tornou pertinente e solidificada no decorrer dos anos, especialmente com a consolidação de IES

públicas estaduais, a expansão das instituições privadas e a interiorização das IES públicas federais. Dessa forma, essa seção tem por objetivo analisar a estrutura formada do ensino superior que caracteriza o CRAJUBAR e a região do Cariri como polo de Educação Superior. De acordo com Nascimento, D. (2018), o CRAJUBAR vem se consolidando como um polo universitário, consubstanciado pela expansão do ensino superior, o aumento no número de cursos de graduação e pós-graduação e a atração de inúmeros estudantes da região sul-cearense e dos estados circunvizinhos. Com “especialização voltada para a qualificação do trabalho e ampliação na prestação de serviços vinculados aos cursos disponíveis no arranjo” (Sousa, 2020, p. 88).

A estrutura consolidada do ensino superior no Brasil possui marcas e características da sua formação e do seu processo lento e tardio, especialmente pela sua ocorrência em determinados espaços do país. A formação histórica do ensino superior é importante para apresentar elementos que perduram até hoje, porém, não é nosso objetivo fazer essa revisão histórica, sendo muito bem descrita por diversos autores (Sampaio, 1991; Souza, 1996; Martins, 2002; Durham, 2003; Saviani, 2008; Bottoni *et al.*, 2013; Neves; Martins, 2016).

Mesmo sem realizar esse passeio sobre o contexto histórico de formação da Educação Superior, em nível nacional, é importante verificar alguns elementos que podem ajudar no entendimento da Educação Superior no Ceará e no CRAJUBAR. Durante décadas, a concentração de atividades de ensino superior, a oferta de cursos, criação de instituições públicas e privadas, a promoção e dinamização desse nível de ensino sempre se voltou à espaços que apresentavam um certo nível de desenvolvimento e concentração populacional, como são os casos das capitais federais ou Regiões Metropolitanas.

Nesse contexto, Florencio (2012) aponta que a constituição da primeira Universidade do Ceará teve como figura relevante o professor Antônio Martins Filho, que foi também responsável pela criação de instituições de ensino no interior cearense. Historicamente, a Igreja e o clero eram os responsáveis pela disseminação educacional, básica, média e superior, nos diversos territórios do país, no vale do Cariri não foi exceção. Sousa (2020) destaca a importância da igreja católica, com o Padre Ibiapina, como grande responsável pela difusão e organização de instituições de ensino, principalmente na cidade do Crato. Essa inserção da Igreja possibilitou uma dinamização de atividades pastorais, política e social na região, especialmente com a instalação da Diocese do Crato (Florencio, 2012). Importante destacar que entre as décadas de 1950 e 1960, assiste-se, no Brasil e no mundo, um enfoque das teorias

de desenvolvimento voltando-se para a Teoria do Capital Humano⁷. Embalados pelos pressupostos do Capital Humano, o período de Juscelino Kubitschek (1956-1960) passou a considerar a educação como elemento de destaque para melhorar a produtividade das pessoas e o seu nível de renda (Saviani, 2008). Sampaio (1991) destaca a criação de uma rede de universidades federais, de universidades católicas⁸ e particulares, além de outras instituições criadas pelos estados, em outras regiões.

Embalados pelo contexto desenvolvimentista do governo Kubitschek, os responsáveis pela FFC viam a criação da Universidade como sinônimo de progresso, colocando o Crato e o Cariri como símbolos do avanço, bem como a possibilidade de atração de recursos públicos para a região (Cortez, 2000).

Na década de 1960, com aglutinação das obras missionárias é criada a Fundação Padre Ibiapina, que promove ações voltadas as áreas da educação, saúde e comunicação, no caso da educação, foram criadas escolas da educação básica e a Faculdade de Filosofia do Crato (Queiroz, 2008). A Faculdade de Filosofia do Crato (FFC) foi criada pelo então Reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Antônio Martins Filho (Sousa, 2020), estando vinculada à Universidade do Ceará, na oferta dos cursos de Letras Neolatina, Letras Anglo-Germânicas, História e Pedagogia, além disso, permaneceu sobre a responsabilidade da Diocese do Crato até 1985 (Florencio, 2012).

A criação da FFC se tornou um marco na história da região, teve o envolvimento de vários atores da sociedade cratense e cearense, sendo a primeira instituição superior edificada no Cariri, possibilitando a formação de recursos humanos e intelectuais em um território que sofriam com as condicionalidades do sertão nordestino, conforme ressalta Sousa (2020). Florencio (2012, p. 59) aponta que a criação da instituição de ensino superior no Crato promovia “uma grande expectativa em torno do impacto que o funcionamento da Faculdade geraria na região do Cariri, bem como sobre as influências que tal façanha ocasionaria em outras regiões do Ceará, apontando para o “pioneirismo”.

A tônica que predominava no Brasil, na década de 1960, estava ligada aos intensos conflitos e reivindicações do movimento estudantil por reformas no ensino superior. Porém, o período não era propício a movimentos sociais, dado que em 1964 inicia o período conhecido como Regime Militar, além das modificações e transformações no ambiente

⁷ Para Viana e Lima (2010), a Teoria do Capital Humano é abordada como elemento importante para redução das disparidades regionais, além de possibilitar o desenvolvimento e crescimento dos países.

⁸ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) foi a primeira Universidade Católica instituída no País (Sampaio, 1991; Neves; Martins, 2016). A Pontifícia Universidade Católica de (PUC-SP) foi instalada cinco anos após a PUC-RJ (Souza, 1996).

político e social, houve rebatimentos no contexto educacional. No ambiente educacional, a década de 1960 é caracterizada como um período de repressão e expansão (Sampaio, 1991), dado que essa expansão no ensino superior não foi capaz de aumentar o número de estudantes dentro das universidades, o que possibilitou a intensificação dos movimentos estudantis e as organizações (Neves; Martins, 2016). Dois elementos são colocados em destaque pelo período militar, sendo eles, a “institucionalização da visão produtivista de educação” e a redução do aporte financeiro para educação, sinalizando à iniciativa privada para inserir-se no contexto educacional (Saviani, 2008, p. 298). Em meio a esse ambiente, o Cariri vivenciava a chegada da energia de Paulo Afonso, proporcionando uma visão industrialista, assim como um embrião para idealização de um parque industrial com diversas empresas, consubstanciando e reforçando a criação da Faculdade no Crato (Cortez, 2000).

A FCC teve grande importância para os anseios educacionais, políticos e econômicos do Crato. Segundo Chagas (1993), o funcionamento da FCC possibilitou reforçar o quadro de docentes, inseriu a região ao âmbito universitário, incorporou as ações e vocações dos professores, incorporando-os àquela região. A direção da FCC foi inicialmente dada ao Professor José Newton (Florencio, 2012). A autora destaca que foi a partir da criação da FCC serviu de inspiração para que o Crato adquirisse o status educacional, possibilitando a formação de profissionais e professores voltados ao desenvolvimento de pesquisas para a região. Cortez (2000, p. 148-149) pondera sobre os principais elementos elucidados nos discursos de criação da FCC:

elementos construtores da tradição do Crato como “cidade da cultura”, a saber: o desejo da cidade de ser “adiantada” em termos de cultura letrada (a cidade é tratada como uma entidade homogênea, na qual todos os habitantes têm os mesmos desejos que aqueles dos intelectuais); a clarividência, espírito pioneiro e a disponibilidade dos “filhos” do Crato em investir na área da cultura; a ação preferencial da Diocese, que, nessa área, privilegiava o Crato nos seus investimentos à nível de Cariri; a aliança entre intelectuais leigos e a Diocese.

Assim, são criadas as bases iniciais da Educação Superior no Crato e na região do Cariri, sendo a Faculdade de Filosofia do Crato, posteriormente a Universidade Regional do Cariri (URCA), como pioneira desse processo.

A instituição da URCA, como Universidade do Cariri, foi intensificada nos embates políticos da década de 1980. Segundo Queiroz, (2008), a visão da criação da Universidade no Crato ganha personagens políticos envolvidos nas eleições para Governadores, porém, contraria que esse debate não surgiu naquele período e que já fazia parte do contexto sócio-político do Cariri. Em torno aos debates e embates políticos entre Crato e Juazeiro do Norte

para sediar a URCA, Cortez (2000, p. 155) explana que “movidos pelo ‘amor ao Crato’ e alimentados pela força da tradição, em 1985 reiniciou-se a luta pela criação da Universidade Regional do Cariri – URCA”.

A URCA é criada em um ambiente de restauração da democracia no país, em um contexto que a saída dos militares do poder reestabelece as bases democráticas do Brasil. Foi criada por meio da Lei Estadual nº 11.191 de 1986, com sede na cidade do Crato, da qual detinha todo ambiente administrativo e a concentração dos cursos a ela incorporados (Cortez, 2000), tais como os que pertenciam à FFC e os que possuíam vínculos com a Universidade Estadual do Ceará (UECE): as Faculdades de Direito e Ciências Econômicas e o Centro de Tecnologia, localizados no Crato e Juazeiro do Norte, respectivamente, além disso, todo o patrimônio móvel e imóvel desses cursos também foi cedido à URCA (Sousa, 2020).

“A criação da URCA como uma universidade de caráter regional coloca em discussão um desenvolvimento regional pautado na qualificação profissional” (SOUSA, 2020, p. 89). A autora reforça que isso criou um ambiente propício à ampliação dos investimentos na ciência e tecnologia, fomentando a expansão e criação de outras instituições que diversificassem a oferta e o ensino na área de influência do Cariri, consequentemente melhorando os setores econômicos e sociais.

De acordo com dados da URCA, em seu portal institucional, a Universidade atua nas regiões Cariri e Centro-Sul, com estrutura em formato de *campi* e unidades descentralizadas, localizadas nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Iguatu, Missão Velha e Campos Sales, contando com cursos de licenciatura, bacharelado e tecnológico. A sua localização no sul cearense possibilita um raio de atuação amplo da Universidade, perpassando os limites territoriais do Ceará, agregando municípios de outros estados, como Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

Os dados da URCA são disponibilizados através do documento “URCA em números⁹”, e conta com um conjunto diverso de informações. Com relação ao quadro de cursos, percebe-se que a URCA possui cursos das várias áreas do conhecimento, desde licenciatura, bacharelado e tecnologia.

No âmbito da pós-graduação, a URCA também potencializa sua atuação em diversas áreas do conhecimento, ofertando cursos em níveis *lato sensu* e *stricto sensu*, a oferta desse nível de ensino possibilita a especialização e aperfeiçoamento da população, ampliando e diversificando o seu ensino; além disso, percebe-se que há um direcionamento na oferta

⁹Os dados disponibilizados no documento fazem referência ao ano base de 2021.

desses cursos, especialmente em áreas que contribuem para a dinâmica regional e raio de atuação da Universidade. Sobre o quadro de docentes da instituição, observa-se que é composto por profissionais qualificados, distribuídos entre graduados, mestres, doutores e pós-doutores. Conforme os dados, em 2021, o quantitativo de docentes era assim distribuído: 364 efetivos, 154 temporários e 107 substitutos.

A atuação da URCA vai além dos muros da instituição e do âmbito de ensino, agregando as demais facetas da Educação Superior: pesquisa e extensão. Sua atuação em termos de extensão agrega a comunidade externas às suas ações extensionistas, além das pesquisas que buscam incluir questões políticas e socioeconômicas. A consolidação de instituições públicas no território caririense possibilitou a expansão na oferta de vagas em diversas áreas do conhecimento, promovendo interiorização do ensino e criando alternativas para a população adentrar ao nível superior, além de reduzir a mobilidade de capital humano para os grandes centros urbanos. Sousa (2020) menciona que a URCA era, até 1999, a única instituição pública que possibilitava formação acadêmica na área de influência do CRAJUBAR, porém, essa situação muda na primeira década dos anos 2000, com chegada de outras instituições, públicas e privadas, criadas a partir de políticas públicas.

A Universidade Federal do Cariri (UFCA), também inserida no CRAJUBAR, faz parte do conjunto de IES públicas que tem forte atuação na região do Cariri. O panorama de consolidação da UFCA está ligado às políticas públicas de interiorização do ensino superior, observado no Brasil e em vários estados do Nordeste. A gênese da instituição é a Universidade Federal do Ceará (UFC) que, desde a sua criação até o final dos anos 1990, ainda não tinha promovido nenhuma política de sua interiorização para o resto do Estado (Suliano, 2013). Só durante os anos 2000 houve um estímulo a descentralização e interiorização de cursos para outras cidades do interior, criando-se o curso de medicina do Cariri, em Barbalha, no ano de 2002 (Nascimento, I., 2018). O autor explica que o contexto de expansão da rede federal se constituiu em três fases: interiorização (2003 a 2007); estruturação (2008 a 2012) e expansão (2012 a 2014), sendo que a criação do curso de medicina no Cariri, como campus avançado da UFC, faz parte da primeira fase, mas apenas na segunda fase há uma incorporação de instalações físicas à instituição, ocasionado pela política de REUNI.

A primeira década de 2000 é marcada por um processo de reestruturação da Educação Superior no Brasil, onde são criadas e reestabelecidas várias políticas públicas que possibilitariam a expansão desse nível de ensino. Para a expansão da educação pública são formuladas o REUNI, que visava a expansão de instituições federais em um contexto de

interiorização, e em âmbito privado, houve a expansão do PROUNI e o FIES (Vieira; Nogueira, 2017).

É nesse ambiente de expansão educacional que a UFC promove um processo de interiorização da sua instituição, dotando algumas regiões do Ceará com campus e cursos, a exemplo, a região do Cariri com um campus avançado. De acordo com Suliano (2013, p. 49), “a expansão da UFC para o restante do Estado do Ceará atende a uma antiga demanda da sociedade, haja vista que a instituição, ao longo de sua história, teve sua oferta de cursos de graduação praticamente restrita à cidade de Fortaleza”.

A UFCA, conforme dados e informações consultadas em seu portal institucional, possui 28 cursos de graduação, assim distribuídos por formação: Bacharelado (16), Licenciatura (9) e Tecnólogo (3), tendo atuação nas cidades do Cariri, ofertando cursos nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Brejo Santo. Com relação ao quadro de docentes, recorreu-se aos dados do Censo da Educação Superior 2022, onde é possível verificar o quantitativo de efetivos e a qualificação profissional. Observa-se que ao todo a instituição possui um quantitativo de 383 docentes, dos quais 349 são categorizados como docentes em exercício, e destes, são assim distribuídos conforme qualificação: Graduação (23), Especialização (23), Mestrado (57) e Doutorado (247).

No âmbito da consolidação de um polo de Educação Superior no CRAJUBAR, convém explorar um pouco sobre as IES privadas que desempenham um importante papel nesse conjunto. A expansão da rede de ensino privada já vinha ganhando novos contornos a partir de 1985, quando é observada a pressão pelo ensino de massa, com fins lucrativos e sem uma vinculação com a pesquisa ou qualificação docente (Durham, 2003). Nesse contexto, a década de 1990 foi marcada pela redução na intervenção do estado na promoção do ensino público, gerando uma ampliação na oferta do setor privado, conforme aponta Vieira e Nogueira (2017).

Nessa tendência de expansão do nível privado, as décadas seguintes possibilitaram a edificação de instituições privadas no aglomerado urbano CRAJUBAR. Sousa (2020) faz esse regaste da instalação de IES privadas no CRAJUBAR, apontando o período e localização das instalações das instituições. A Faculdade de Medicina foi aprovada e autorizada a funcionar no ano 2000. A Faculdade Leão Sampaio¹⁰, com início de funcionamento em 2001, inaugurou sua primeira unidade, denominada CRAJUBAR; em 2005, instalou a unidade de Saúde, na avenida Leão Sampaio, avenida que faz a ligação das cidades de Juazeiro do Norte e

¹⁰ Em 2016, a Faculdade Leão Sampaio é credenciada como Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

Barbalha, e em 2009 inaugura a unidade Lagoa Seca. Em 2003, teve início as atividades da Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN) e, em 2006, da Faculdade Paraíso (FAP). Essas instituições são responsáveis pela oferta de inúmeras vagas em cursos de graduação, desde bacharelados, licenciaturas e tecnológicos, envolvendo as áreas de administração, finanças, saúde, educação, engenharias, comunicação e bem-estar.

Para melhor visualização das IES, públicas e privadas, do CRAJUBAR (Quadro 02), recorreu-se a dados do Censo da Educação Superior 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Apesar de algumas instituições possuírem cadastro nessas duas cidades, convém ressaltar que elas possuem, em suas estruturas administrativas, o formato multicampus, promovendo sua atuação e oferta de cursos em outras cidades.

Quadro 02 - IES do território CRAJUBAR

Crato	Pública estadual	Universidade Regional do Cariri
	Privada com fins lucrativos	Faculdade Metropolitana do Cariri
		Faculdade São Francisco do Ceará - Crato
	Privada sem fins lucrativos	Faculdade Batista do Cariri
Juazeiro do Norte	Pública federal	Universidade Federal do Cariri
	Privada com fins lucrativos	Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte ¹¹
		Centro Universitário Doutor Leão Sampaio
		Centro Universitário Maurício de Nassau de Juazeiro do Norte
		Centro Universitário Paraíso ¹²
		Faculdade Cecape
		Faculdade Pitágoras Unopar de Juazeiro do Norte
	Privada sem fins lucrativos	Faculdade de Tecnologia CENTEC - Cariri

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior 2022.

Além desse conjunto de instituições presentes e consolidadas no território CRAJUBAR, existem campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). A Lei Federal de nº 11.892, de dezembro de 2008, tem por finalidade a instituição da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, criando também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Brasil, 2009).

¹¹ Antiga Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte.

¹² Faculdade Paraíso (FAP).

Nesse âmbito, foi criado o IFCE, com sede em Fortaleza, integrando o Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu (Brasil, 2024).

O IFCE está localizado na cidade de Fortaleza, com toda estrutura administrativa nessa cidade, sua distribuição se dá no formato multicampus, distribuídos por todas as regiões do Ceará, totalizando 35 *campis* (Brasil, 2023). Vieira (2018) explora que os Institutos Federais (IF) se tornaram as instituições mais representativas no âmbito da interiorização do ensino superior, promovendo o acesso da população interiorana e contribuindo para o desenvolvimento local. No CRAJUBAR existem duas unidades do IFCE, sendo uma em Crato e a outra em Juazeiro do Norte. Sousa (2020) destaca as origens dos IF do Crato e Juazeiro do Norte. O primeiro foi oriundo da Escola Agrotécnica do Crato (conhecido como colégio agrícola) e o segundo era o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), ambos foram incorporados ao IFCE, passando a ser unidades dessa instituição (Sousa, 2020).

Os IF de Crato e Juazeiro do Norte ofertam vagas para o ensino médio, técnico e integrado, além dos cursos de nível superior. Nos sites institucionais dos IF é possível verificar quais cursos são ofertados. Em Crato são ofertados licenciatura em letras português/espanhol e bacharelados em sistemas de informação e zootecnia. Enquanto que em Juazeiro do Norte são ofertados os cursos de Tecnologia em construção de edifícios e em automação industrial, licenciatura em matemática, bacharelados em engenharia ambiental e sanitária, e em engenharia civil, além do curso de educação física ofertada nas modalidades de licenciatura e bacharelado.

A Tabela 01 apresenta dados referentes à oferta de vagas e total de candidatos inscritos nos municípios do CRAJUBAR, distribuído por organização administrativa, no ano de 2022. Percebe-se que o CRAJUBAR detém um quantitativo importante de vagas ofertadas nas instituições presentes no território. Além disso, é importante atentar-se ao fato do número de candidatos que demandam vagas nessas instituições, fazendo com que se reflita o papel e raio de atuação dessas IES para além do território do CRAJUBAR, possibilitando a inserção de um conjunto de indivíduos, antes excluídos desse nível de ensino, por falta de oportunidades.

Tabela 01 – Vagas e candidatos inscritos nas IES por organização administrativa em 2022

Município	Universidade						Centro Universitário e Faculdade		IFCE	
	V.			C.			V.	C.	V.	C.
	Total	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual				
Barbalha	80	80	0	2.352	2.352	0	0	0	0	0
Crato	1.613	113	1.500	4.017	839	3.178	472	214	180	1.404
Juazeiro do Norte	1.285	885	400	4.325	3.819	506	20.377	30.144	370	3.594
CRAJUBAR	2.978	1.078	1.900	10.694	7.010	3.684	20.849	30.358	550	4.998
Ceará	31.355	11.494	8.987	177.501	104.196	41.498	183.777	149.739	6.563	43.789

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Sinopse Estatística da Educação Superior 2022.

Note: V. refere-se as vagas ofertadas e C. a candidatos inscritos.

Essas informações ajudam e reforçam a compreensão do CRAJUBAR como polo de Educação Superior, a diversificação de instituições, o conjunto de cursos, o envolvimento da sociedade e do ambiente territorial se relacionam fortemente com esse ambiente. Assim, Nascimento, D. (2018) ressalta que além dos aspectos culturais, socioeconômicos, ambientais e a configuração histórica do CRAJUBAR, esse território passa a estabelecer uma importância no âmbito educacional e universitário, principalmente pela relação existente entre o contexto universitário e os setores da economia e da sociedade. A interiorização e expansão do ensino superior, principalmente com aumento na oferta de vagas, a redução das distâncias para acesso ao ensino e configuração de novas IES, serviram de propulsores do desenvolvimento local e regional em vários territórios (Sousa, 2020).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Ao determinar o objetivo do estudo, é necessário delimitar quais os aspectos metodológicos que serão utilizados para obter os resultados de maneira precisa. Dito isso, pode-se afirmar que a metodologia dessa dissertação tem uma abordagem, quanto aos objetivos, exploratório, descritiva, além de explicativa.

Abordando o caráter exploratório, busca-se compreender como o fenômeno estudado tem familiaridade com a problemática em estudo (Prodanov; Freitas, 2013). De acordo com Sampieri *et al.* (2013), estudos exploratórios tendem a analisar temas ou problemáticas pouco estudadas na literatura ou que apresentam pesquisas que partem de novas perspectivas. Ao enfatizar análise de cunho descritivo, busca-se descrever características de um conjunto amostral da população, utilizando variáveis e técnicas que auxiliam no entendimento do problema de pesquisa, além de utilizar instrumentos como questionários (Gil, 2002). A utilização da metodologia explicativa consiste em fazer uma “leitura com o intuito de verificar os fundamentos de verdade enfocados pelo autor” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 23).

Em termos de abordagem do problema, a pesquisa se qualifica como qualitativa. A utilização da pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 69 e 70). A pesquisa de cunho qualitativo requer a interpretação do que é estudado, atribuindo definições e conceitos básicos aos fenômenos abordados, além de não utilizar abordagens estatísticas para explicação desses fenômenos (Kauark *et al.*, 2010).

Os procedimentos técnicos abordados nessa pesquisa podem ser classificados em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e empírica. No caso da pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2003) enfatizam que esse mecanismo consiste na utilização de textos e livros que possuem dados e abordagens relevantes acerca da temática que será estudada. A pesquisa de campo compreende a aquisição de informações novas, buscando entender uma realidade, adquirir novos dados sobre determinado fenômeno, sendo utilizados instrumentos para coleta de informações que serão analisadas (Prodanov; Freitas, 2013).

3.1 ÁREA DE ESTUDO

Na busca da compreensão de um determinado fenômeno, nesse caso, a contribuição das IES públicas para o desenvolvimento do aglomerado urbano CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), é necessário delimitar a área de estudo e conhecer suas particularidades, tendo em vista a relação entre os fenômenos estudados e como os mesmos interagem. Entende-se por aglomeração, a interação e concentração de pessoas em um determinado espaço que utilizam equipamentos similares (Camagni, 2006 *apud* Egler *et al.*, 2011). Além da definição de aglomeração urbana, pode-se refletir sobre a definição de conurbação urbana, processo esse que pode ser visível no CRAJUBAR. Nesse sentido, Freitas (2010) aponta que o processo de conurbação se dá através da junção das áreas urbanas de um conjunto de cidades, formando uma mancha urbana única e contínua.

A expressão CRAJUBAR faz referência ao conjunto de cidades situadas no sul do Estado do Ceará, ficando conhecida pela união das siglas iniciais das cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, além de possuírem seus territórios próximos e por apresentarem uma forte interação dinâmica em termos socioeconômicos e culturais (Queiroz, 2014).

O aglomerado urbano CRAJUBAR está localizado (Figura 01) na Mesorregião Sul Cearense e na Microrregião do Cariri; a distância das cidades que compõem o aglomerado para a capital Fortaleza, é de aproximadamente 400 km, em linha reta (IPECE, 2018), sendo o trajeto por rodovias aproximadamente 507 km. A área territorial do aglomerado CRAJUBAR corresponde a 2.005,096 km², isso representa uma extensão territorial de 1,35% do território cearense¹³ (IBGE, 2022).

¹³ Que corresponde a aproximadamente 148.894,447 km² (IBGE, 2022).

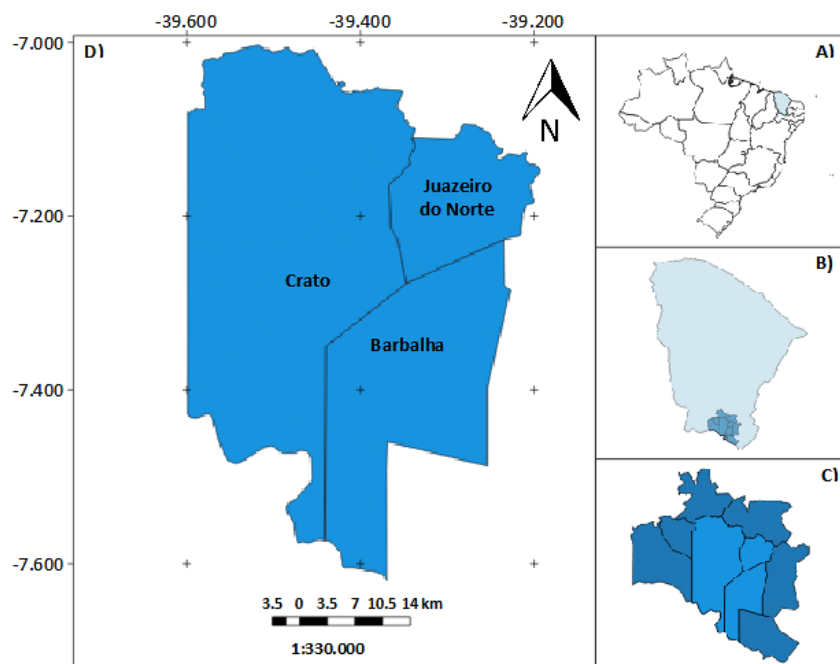


Figura 01 – A) Mapa do Brasil; B) Estado do Ceará; C) Região Metropolitana do Cariri; D) CRAJUBAR.

Fonte: Oliveira Júnior *et al.* (2018).

Por se tratar de um aglomerado urbano com expressiva concentração populacional, é necessário observar como se dá a distribuição populacional no território do CRAJUBAR, apresentada na Tabela 02. Pode-se perceber que o CRAJUBAR, no censo de 2022, passou a representar 5,60% de toda a população do Estado. O destaque continua sendo a cidade de Juazeiro do Norte, que possui uma população de 286.120 pessoas, em 2022, representando 3,25% da população residente estadual, demonstrando a relevância do município na dinâmica demográfica cearense, influenciada, majoritariamente, pelos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Tabela 02 – Ceará, CRAJUBAR, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha - População residente 2000/2010/2022

Cidades	Censo			
	2000	2010	2022	% em 2022
Crato	104.646	121.428	131.050	1,49
Juazeiro do Norte	212.133	249.939	286.120	3,25
Barbalha	47.031	55.323	75.033	0,85
CRAJUBAR	363.810	426.690	492.203	5,60
Ceará	7.418.476	8.452.381	8.791.688	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2023).

Em termos de dinâmica urbana, o estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2018 apontou uma alteração na hierarquia de influência do aglomerado urbano CRAJUBAR, denominando Arranjo Populacional de Juazeiro do Norte/CE¹⁴, o qual passou de Capital Regional C para Capital Regional B (IBGE, 2020). Isso demonstra que esse aglomerado passou a ser mais influente em termos de dinâmica urbana, sendo importante para os pequenos e médios municípios circunvizinhos e também para os estados fronteiriços do Ceará.

Com relação à economia desses municípios, observa-se que Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha apresentaram Produto Interno Bruto (PIB) de R\$1.759.303,00; R\$ 4.873.357,00 e R\$ 1.054.405,00, respectivamente, no ano de 2019. De acordo com Macedo *et al.* (2012, p. 83), o CRAJUBAR tem recebido, nas últimas décadas, “empresas dos setores de calçados, têxtil e alimentos, provenientes principalmente de estados da Região Sul do país”, o que demonstra o poder atrativo da região para novos investimentos. Em termos de Valor Adicionado Bruto (VAB), os três municípios se destacam no setor de serviços, que representa 90,82% do VAB na economia de Juazeiro do Norte, 84,45% em Crato e 76,01% em Barbalha (IPECE, 2020). Ainda relativo ao setor de serviços, Santana *et al.* (2020) ressaltam que, até a década de 1990, esse setor acompanhava a dinâmica imposta pelo setor industrial, porém, dados os investimentos observados após 2002, houve uma reestruturação da cadeia produtiva nas cidades médias do Ceará. Com isso “o setor de serviços assume uma nova conotação, sendo um setor complementar à indústria, gerando empregos nos ramos da educação, saúde, serviços de saneamento básico, e serviços especializados como escritórios, assistência técnica dentre outros” (Santana *et al.*, 2020, p. 11).

A área proposta para o estudo tem uma forte relação com o fenômeno estudado, ou seja, o aglomerado urbano CRAJUBAR, considerando o contexto de Educação Superior, possui um papel de destaque, tanto em nível estadual como nacional, como apontado por Queiroz (2014), quando enfatiza a expansão dos equipamentos de saúde e educação na região. Considerando a expansão da Educação Superior nesse aglomerado, o autor o caracteriza como um complexo de IES, tanto públicas como de cunho privado, além de apresentarem uma forte relação com o território no qual se instalaram, isso possibilitou a formação de um polo de Educação Superior fora da capital cearense (Queiroz, 2014).

¹⁴ O Arranjo Populacional de Juazeiro do Norte/CE inclui as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (IBGE, 2020).

3.2 FONTE DE DADOS E TÉCNICAS

Os dados utilizados nessa pesquisa são de origem primária e secundária. Com relação aos dados primários, utilizar-se-ão dados diretos obtidos com aplicação de questionários à categoria de professores das IES em estudo. A utilização de dados secundários servirá como apoio à pesquisa, utilizando especialmente os dados do Censo da Educação Superior, disponibilizado pelo INEP.

3.2.1 População e amostra

Para captar o efeito e a contribuição das IES públicas para o desenvolvimento do CRAJUBAR, optou-se por realizar a pesquisa com os docentes das instituições públicas, dessa forma, foi solicitado as informações do quadro de professores dessas instituições (URCA, UFCA, IFCE – Campus Crato e IFCE – Juazeiro do Norte), preferencialmente por cursos ou centros, além disso, foi feita consulta em informações nos portais institucionais.

Tendo em vista o quantitativo de docentes de cada instituição, optou-se por realizar uma amostragem, com base na equação 01, proposta por Vital *et al.* (2009).

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{\varepsilon^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot p \cdot q} \quad (\text{Eq. 01})$$

Onde: n : tamanho da amostra; Z : nível de confiança (95%); p : proporção populacional de indivíduos que fazem parte da categoria de interesse; q : $1 - p$; N : tamanho da população; e ε : erro máximo tolerado. Para o tamanho da população foi utilizado 815, correspondente ao total de docentes das IES. Com relação as demais variáveis, temos: $Z = 1,96$; $p = 0,5$; $q = 0,5$ e $\varepsilon = 0,05$. Vale destacar que foi realizado uma estratificação do total de docentes por instituição, assim, o total e o percentual das IES foi: URCA: 344 (42,21%); UFCA: 307 (37,67%); IFCE Juazeiro do Norte: 106 (13,01%) e IFCE Crato: 58 (7,12%). Através desse cálculo, encontrou-se como tamanho amostral 262 docentes para serem entrevistados, sendo distribuído pela proporção de cada instituição, conforme demonstrado na Tabela 03.

Tabela 03 – Quantitativo de Docentes por IES

IES	Total	Proporção	Amostra	Amostra ajustada	Respondentes
URCA	344	42,21	110	36	54
UFCA	307	37,67	99	32	28
IFCE Juazeiro do Norte	106	13,01	34	11	10
IFCE Crato	58	7,12	19	6	5
Total	815	100,00	262	85	97

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

Foi realizado um cálculo de ajuste amostral, utilizando como referência Pires (2006) e a equação 02. Para o cálculo, tem-se: n = tamanho da amostra ajustada; n_0 = tamanho da amostra inicial (262) e N = tamanho da população (815).

$$n = \frac{n_0 \cdot (1 + n_0)}{N}$$

(Eq. 02)

Após o cálculo, obteve-se como amostra ajustada um total de 85 docentes, distribuídos por IES, conforme Tabela 03. Além disso, foi realizada uma estratificação por cursos/centros, com o objetivo de obter informações de todos os cursos e áreas de estudo. A estratificação por cursos pode ser consultada no Apêndice I.

3.2.2 Procedimentos de coleta

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado a plataforma do Google (Google Forms) que cria questionários online. Nos documentos de solicitação de dados dos Docentes, feito diretamente com as IES, foi solicitado o endereço de e-mail (institucional/pessoal) dos docentes para o envio dos formulários. No questionário elaborado constam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), informações sociodemográficas e a matriz com indicadores para avaliação. O formulário foi enviado no dia 12/12/2023, ficando disponível até o dia 25/01/2024. Foram enviados para todos os docentes, de todos os cursos, conforme disponibilizados pelas IES. O total de respondentes por cursos consta no Apêndice I.

3.2.3 Posicionamento Ético

No intuito de realizar a pesquisa com dados primários e coleta de informações dos professores e especialistas, foi necessário submeter a proposta de pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa da URCA (CEP/URCA). A submissão do projeto foi feita no dia 15/08/2023 na Plataforma Brasil. Após várias solicitações e alterações do CEP, a pesquisa foi aprovada no dia 27/10/2023 com CAAE¹⁵: 73187023.3.0000.5055 e parecer nº 6.467.660.

3.2.4 Procedimentos metodológicos para construção do Índice

Buscando identificar a contribuição das IES públicas sobre o desenvolvimento territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR, foi proposto um índice sintético, composto de dimensões representativas do desenvolvimento territorial, a partir da revisão de literatura, a partir de elementos dos métodos Delphi e Análise Hierárquica de Processos (AHP).

O Índice de Contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial (ICESDT) foi construído por meio de uma média ponderada dos escores composta por seis dimensões, sendo elas: Regional (CoRe), Científica-Inovativa-Extensionista (CoCIE), Político-Cidadã (CoPC), Ambiental-Cultural (CoAC), Desenvolvimento Humano (CoDH) e Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional (CoMTQ); cada dimensão, por sua vez, é representada por seu conjunto de indicadores (Quadro 03).

Na aplicação dos questionários foi utilizada a escala do tipo *likert* para avaliar a contribuição do indicador/dimensão para o desenvolvimento territorial, onde foram atribuídos os seguintes pesos: 1 (Nunca), 2 (Quase Nunca), 3 (Às Vezes), 4 (Quase Sempre) e 5 (Sempre). Para Rozados (2015, p. 76), “a utilização de uma escala deste tipo facilita ao participante da pesquisa seu posicionamento perante uma determinada questão, permitindo ao pesquisador, posteriormente, atribuir e apresentar suas conclusões”.

Para a operacionalização dos índices parciais e do ICESDT, foram utilizados dois métodos complementares, o Método Delphi e a Análise Hierárquica de Processos (AHP). Inicialmente, foi aplicado um questionário junto a um painel de especialistas com conhecimento sobre a temática em estudo, no intuito de construir um consenso sobre a importância relativa dos indicadores/dimensões, bem como para obter sugestão de novos indicadores a partir do conhecimento dos painelistas.

O grupo de especialistas foi escolhido por sua contribuição acadêmica, política, social, educacional e ambiental, sendo composto por: professores e pesquisadores das IES; membros

¹⁵ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética, refere-se ao código atribuído ao projeto que foi enviado para avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa.

do Serviço Social do Comércio (SESC), do Comitê Científico do Araripe Geoparque Mundial da UNESCO, da Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri (FUNDETEC), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do INEP, do Observatório do Turismo, do Conselho de Administração, além de Secretários (as) e Diretores (as) das Prefeituras Municipais.

Na composição do painel de especialistas, foi realizado um contato via e-mail e telefone. Inicialmente, 28 especialistas foram requisitados para composição do painel. Na primeira rodada, o envio dos questionários ocorreu entre os dias 07/11/2023 a 18/11/2023 e obteve o retorno de 23 especialistas. Com as sugestões propostas e avaliação desses especialistas, seguiu-se para segunda rodada, ocorrendo entre 01/12/2023 a 13/12/2023 e obtendo o retorno de 20 especialistas.

O conjunto de especialistas procedeu a avaliação inicial da matriz de dimensões e seus respectivos indicadores, sendo possível atribuir um nível de importância em uma escala de (1) sem importância; (2) pouco importante; (3) importante; (4) muito importante e (5) extremamente importante; havendo a possibilidade de sugestão de novos indicadores. Após a primeira rodada, foi feita uma avaliação das respostas e apreciação dos novos indicadores, acrescidos na segunda rodada.

A construção desse consenso se deu através do Método Delphi, cuja exposição será tratada no próximo tópico. A utilização da AHP torna quantitativa a avaliação qualitativa dos especialistas, permitindo a hierarquização das dimensões e dos indicadores, oferecendo um conjunto de pesos que serão considerados para a construção do ICESDT. Esse método possibilita a decomposição de um problema amplo em várias ramificações ou hierarquias, compondo elementos particulares (Silva *et al.*, 2006).

A partir de ampla revisão de literatura, a matriz de avaliação da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial, com suas respectivas dimensões e conjunto de indicadores, está exposta no Quadro 03. Através dos questionários do Método Delphi, aplicado aos especialistas, foram sugeridos novos indicadores às dimensões.

Quadro 03 – Matriz de Dimensões e indicadores para construção do Índice Contribuição Regional (CoRe)

Contribuição Regional (CoRe)	
1.	Dinamização do mercado consumidor da cidade sede da IES
2.	Aquecimento do mercado imobiliário
3.	Dinamização do setor de transporte
4.	Fortalecimento do setor de comércio e serviços em geral (alimentação, papelarias, lanchonetes, livrarias, hospedagem etc.)
5.	Elevação da oferta de serviços saúde (profissionais de saúde, clínicas especializadas,

hospitais universitários etc.) - Dinamização do setor industrial (alimentos, metalmecânica; metalurgia; mobiliário etc.) - Criação de novas dinâmicas urbanas (reordenamento e planeamento urbano; infraestrutura urbana etc.) - Estímulo à cultura do empreendedorismo - Contribui para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão pública - Contribui para o fortalecimento/dinamização de aglomerações produtivas, clusters, APL, parques tecnológicos etc.
Contribuição Científica-Inovativa-Extensionista (CoCIE)
- Diversificação na oferta de cursos em nível de graduação e pós-graduação para a região - Desenvolvimento de pesquisas aplicadas e voltadas à região - Desenvolvimento de atividades extensionistas - Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-empresa - Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-comunidade - Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-setor público (federal, estadual e municipal) - Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-ensino básico e instituições de nível superior - Estímulo e potencialização de segmentos sociais organizados - Estímulo à cultura da inovação e práticas inovativas - Criação de oportunidades de cooperação internacional (ensino, pesquisa e extensão) - Promoção de ações interdisciplinares
Contribuição para Formação Político-Cidadã (CoPC)
- Pensamento crítico e autonomia intelectual - Senso de ética e afirmação da cultura dos direitos humanos - Percepção e postura em prol da não discriminação de raça/etnia - Percepção e postura em prol da não discriminação por classe econômica - Percepção e postura em prol da não discriminação de gênero - Percepção e postura em prol da não discriminação por orientação sexual (LGBTQIAPN+) - Percepção e postura em prol da não discriminação religiosa - Percepção e postura em prol da não discriminação relativa a questões xenofóbicas - Fortalecimento do pertencimento territorial - Compreensão crítica do mundo do trabalho - Fortalecimento do exercício de cidadania
Contribuição Ambiental-Cultural (CoAC)
- Percepção e consciência ambiental - Formação para a Educação Ambiental - Estímulo ao empreendedorismo sustentável - Promoção e valorização de atividades ambientais - Dinamização e aquecimento do mercado cultural - Valorização do patrimônio histórico-cultural e dos saberes e cultura locais - Valorização da diversidade de saberes e da vivência cultural - Promoção e valorização de atividades culturais - Incentivo à formação de plateias - Conhecimento e valorização do território Caririense - Conhecimento e valorização do Araripe Geopark

12. Envolvimento com comunidades indígenas, quilombolas 13. Desenvolvimento de estudos ambientais diversos 14. Desenvolvimento do ativismo ambiental (campanhas de conscientização, promoção de ações legais, petições, denúncias etc.) 15. Práticas de responsabilidade socioambiental por parte das IES
Contribuição para o Desenvolvimento Humano (CoDH)
1. Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente familiar 2. Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho 3. Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no círculo de amigos 4. Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no âmbito privado; 5. Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no ambiente de trabalho; 6. Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) na sociedade 7. Fortalecimento das relações interpessoais 8. Incentivo à participação em atividades culturais e de lazer 9. Estímulo à disseminação de novas ideias, em geral 10. Estímulo à disseminação de novas ideias relacionadas à sua formação 11. Estímulo ao diálogo e engajamento social 12. Estímulo à conscientização e prática da cultura da paz
Contribuição para o Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional (CoMTQ)
1. Formação de capital humano; 2. Estímulo à demanda por mão de obra com ensino superior; 3. Fortalecimento da renda; 4. Inserção no mercado de trabalho 5. Elevação no nível de empregabilidade; 6. Desenvolvimento de novas habilidades profissionais; 7. Desenvolvimento da cultura empreendedora; 8. Estímulo à atuação estratégica e inovadora no ambiente de trabalho

Fonte: Elaboração própria com base na revisão de literatura.

3.2.4.1 Método Delphi

Nessa seção e na seguinte, apresentam-se os métodos que foram utilizados na pesquisa, buscando alcançar os objetivos propostos, Método Delphi e Análise Hierárquica de Processos (AHP). A exposição do Método Delphi contempla sua definição e principais características, suas vantagens e desvantagens e as contribuições desse método para o estudo.

A utilização do método Delphi parte do princípio da tomada de decisões e permite analisar um contexto qualitativo de questionamentos a respeito da temática em estudo. De acordo com Rozados (2015), esse método é utilizado e recomendado em casos em que não há disponibilidade de dados quantitativos e onde o objetivo da pesquisa prevê projeções futuras que não podem ser feitas através dos dados. Segundo Kayo e Securato (1997), o método tem por finalidade selecionar um grupo de especialistas com entendimento sobre o tema em estudo para aplicação de questionários, tendo como objetivo compilar um conjunto de informações e avaliações qualitativas sobre a importância do objeto para o grupo analisado.

De acordo com Marques e Freitas (2018), a utilização de um grupo de especialistas, selecionados para participar da pesquisa, permite reunir diversas opiniões sobre o estudo e condensá-las em resultados concretos sobre temas abrangentes. Para Kayo e Securato (1997, p. 54), “a maioria dos estudos justifica a utilização de especialistas por estes constituírem um grupo de potenciais inventores e/ou um grupo de pessoas formadoras de opinião cujas declarações refletiriam previsões confiáveis”.

O recurso ao Método Delphi permite investigar problemas complexos e sua escolha justifica-se pelo fato de envolver pessoas com conhecimento especializado sobre o assunto, auxiliando na contribuição da pesquisa, conforme ressalta Rozados (2015). Para Candido *et al.* (2007, p. 161), “é uma das poucas metodologias científicas que permitem analisar dados qualitativos”. O método Delphi possui algumas características importantes e fundamentais, sendo elas, o anonimato, a interação com *feedback* controlado e as respostas estatísticas do grupo para identificar padrões de acordo (Candido *et al.*, 2007; Rozados, 2015). Nesse sentido, Rozados (2015) coloca que a utilização do método envolverá participantes de maneira intensa e interativa, com feedback para que os mesmos possam rever suas opiniões.

A característica do anonimato é importante para que não haja nenhum tipo de influência psicológica entre os especialistas, assim, evitando qualquer tipo de interação tendenciosa (Kayo; Securato, 1997). Alves (2017, p. 110) corrobora que “a ideia é a de que especialistas interagem no anonimato, através de uma mediação, trocando informações repetidamente, de forma que se chegue o mais próximo de um consenso, ou uma abordagem considerada satisfatória pelo grupo”.

Com relação à interação com *feedback* controlado, essa consiste em disponibilizar as opiniões dos especialistas pesquisados, com a finalidade de formar as opiniões de cada pessoa e a ideia geral do grupo (Marques; Freitas, 2018). Para Rozados (2015), isso permite o conhecimento das opiniões geradas pelos demais especialistas, possibilitando alteração em alguma questão de acordo com seu posicionamento sobre o assunto. A utilização e apresentação das respostas em formato estatístico é uma importante característica do Método Delphi. Segundo Candido *et al.* (2007), o pesquisador responsável possui como tarefa avaliar de maneira estatística, as respostas obtidas nas etapas do método, buscando assim um certo consenso entre os especialistas até se chegar ao resultado desejado.

Para a operacionalização do Método Delphi, algumas condições são necessárias. Rozados (2015, p. 70) distingue o Método Delphi em quatro fases, sendo elas:

a primeira fase caracteriza-se pela exploração do tema em discussão, na qual cada indivíduo contribui com a informação adicional que considera pertinente. A segunda fase corresponde ao processo no qual o grupo logra uma compreensão do tema. É o momento em que saem à luz os acordos e desacordos que existem entre os participantes com respeito ao tema. Na terceira fase, exploram-se os desacordos, extraem-se as razões das diferenças e delas se faz uma avaliação. A quarta fase e última é a avaliação final, que ocorre quando toda a informação previamente reunida foi analisada e os resultados obtidos enviados como retroalimentação para novas considerações.

Marques e Freitas (2018) ressaltam que todo o processo de construção do método merece atenção e cuidados, deve-se registrar todas as etapas e descrever cada passo de maneira cuidadosa. Em se tratando da instrumentalização dos questionários, algumas ponderações são feitas. Segundo Rozados (2015, p. 73), “uma forma de agilizar a aplicação do método e, conseqüentemente, de se obter, com mais presteza, os dados para a pesquisa é utilizar a internet para o envio dos questionários e a realização das rodadas”. Para Candido *et al.*, (2007), as rodadas feitas com questionários aos especialistas irão sofrer variações de acordo com o nível de consenso entre eles, se o número de rodadas for muito elevado, pode-se não haver um consenso entre os pesquisados. Ainda conforme Rozados (2015), é importante evitar questionários longos para que os especialistas não desistam da pesquisa. Para resolver essa questão, orienta-se formular questionários com informações necessárias ao estudo. A primeira rodada do método consiste na aplicação de questionários com perguntas fechadas aos especialistas em busca de um consenso entre o grupo, oferecendo a possibilidade de, ao final de cada dimensão, serem sugeridos indicadores para a composição da matriz.

Com as respostas obtidas na primeira rodada, o pesquisador responsável deve fazer uma análise qualitativa e quantitativa, com o objetivo de criar novos questionamentos para enviar aos especialistas em uma segunda rodada. Candido *et al.* (2007) descrevem que a segunda rodada deve ser constituída de um questionário estruturado a partir dos questionamentos e respostas obtidas na primeira rodada. O autor ressaltava que esse questionário deve possuir itens propostos pelos especialistas e é solicitado o ordenamento das questões, classificando-as de maneira criteriosa. Para Rozados (2015), a utilização de uma escala, principalmente do tipo *Likert*, pode facilitar a estrutura e tratamento dos dados. Marques e Freitas (2018) enfatizam que o número de rodadas propostas e o envio de questionários será concluído quando houver uma constância ou consenso entre as respostas dos especialistas.

A análise dos dados é importante para o processo metodológico do Método Delphi, pois permite distinguir e observar como os especialistas estão entrando em consenso referentes às questões pontuadas. Segundo Marques e Freitas (2018), o tratamento dos dados

pode ser tanto qualitativo quanto quantitativo. Ao analisar de maneira qualitativa, principalmente no questionário aberto, é possível uma análise do conteúdo, organizando e agrupando as respostas em segmentos. Já a análise quantitativa permite utilizar métodos estatísticos para organizar as respostas (Marques; Freitas, 2018). O Quadro 04 apresenta uma síntese do Método Delphi contendo os componentes importantes para sua construção e organização.

Quadro 04 – Síntese do Método Delphi

1ª Rodada	2ª Rodada	3ª Rodada em diante
Escolhas dos Especialistas	Elaboração dos questionários para segunda rodada	Elaboração de uma nova rodada
Contato com os especialistas	Inclusão ou exclusão de perguntas no segundo questionário	Convergência nas respostas
Envio do 1º questionário: Não estruturado com perguntas abertas para os especialistas opinarem sobre o objeto de estudo;	Construção e envio do 2º questionário com feedback: estruturado com base nas respostas obtidas na primeira rodada	Conclusões gerais
Obtenção das respostas	Recebimento das respostas do 2º questionário	O responsável irá elaborar o Relatório final
Tabulação e análise dos questionários recebidos	Tabulação e análise dos resultados obtidos	Relatório final.

Fonte: Elaborado com base em Candido *et al.*, (2007) e Marques e Freitas (2018).

Alguns cuidados precisam ser observados na utilização do Método Delphi, como elencam Candido *et al.* (2007, p. 162-163):

- (i) Duplicidade - evitar questões que tenham, em sua estrutura, mais de um questionamento, levando o respondente a não dar respostas consistentes; (ii) interpretação - excluir casos de perguntas com duplo sentido ou ambiguidade, levando o respondente a interpretar subjetivamente a pergunta; (iii) questionários simples - a estruturação das perguntas deve levar a uma resposta direta sobre o que se está buscando conhecer, evitando-se, desta forma, que o respondente discorra sobre a resposta; (iv) número de questões - recomenda-se que, mesmo com seus desdobramentos, o total de questões não seja superior a 25; (v) priorização de alternativas - esta possibilidade gera dificuldade de posicionamento, comprometendo a objetividade exigida pelo método.

A utilização do Método Delphi permitirá a construção consolidada de atributos e dimensões a respeito do objeto de estudo, bem como ponderá-las, possibilitando a construção do índice sintético, a partir da quantificação proposta pela Análise Hierárquica de Processos (AHP), apresentada na seção 3.2.4.2.

3.2.4.2 Análise Hierárquica de Processos (AHP)

As pessoas estão constantemente envolvidas nos processos de tomada de decisão, isso é uma característica própria do ser humano que, cotidianamente, precisa decidir sobre assuntos particulares, pessoais ou profissionais. Para Marins *et al.*, (2009), esse processo ocorre independente das características dos indivíduos, tendo em vista que eles se cercam de atribuições e decisões que precisam ser resolvidas. De acordo com Saaty (1990, p. 76), “para tomar uma decisão, são necessários vários tipos de conhecimento, informações e dados técnicos”.

Na área científica, os pesquisadores tendem a se defrontar com opiniões, atribuições, variáveis e características que envolvem a tomada de decisões. Assim, precisam enfrentar dilemas para resolução dos seus problemas e utilizar-se de métodos para a tomada de decisões. De acordo com Pimenta *et al.*, (2019), quando se trata de análise de processos decisórios, as pesquisas que envolvem levantamento de dados primários acabam gerando muitas variáveis, isso pode causar uma certa dificuldade em estabelecer prioridades a variáveis importantes e, nesse sentido, é preciso estabelecer pesos e critérios para essas variáveis. Marins *et al.* (2009, p. 1779) ressaltam que o processo decisório “deve buscar uma opção que apresente o melhor desempenho, a melhor avaliação, ou o melhor acordo entre as expectativas do decisor, considerando a relação entre os elementos”.

Alguns métodos foram criados para estabelecer critérios e pesos para as variáveis em estudo com levantamento de dados e nesse caso, em especial, será descrito e apresentado o Método de Análise Hierárquica de Processos (AHP). O método AHP (*Analytic Hierarchy Process*) foi desenvolvido e aperfeiçoado pelo pesquisador Tomas L. Saaty, durante as décadas de 1970 e 1980, sendo definido como um método multicritério, bastante utilizado, que tem como base a tomada de decisão e resolução de conflitos (Marins *et al.*, 2009; Pimenta *et al.*, 2019; Costa, 2002; Martins; Coelho, 2012; Silva *et al.*, 2006) utilizando uma abordagem matemática e psicológica (Faria *et al.*, 2016).

O Método de AHP faz parte de um conjunto de métodos da AMD (Auxílio Multicritério à Decisão), sendo um dos mais utilizados, difundidos e conhecidos do grupo (Costa, 2002; Pimenta *et al.*, 2019). Para Martins e Coelho (2012, p. 71), trata-se de “uma ferramenta de tomada de decisões, que pode auxiliar no ajuste de prioridades e torna a decisão racional e não intuitiva e subjetiva”. Ou seja, esse método irá transformar questões qualitativas e subjetivas em aspectos quantificáveis, buscando integrar e matematizar o processo de tomada de decisão (Silva *et al.*, 2006). “Trata-se de uma metodologia voltada

para solução de problemas de escolha (opção), aplicada para diversas situações onde existam estruturas complexas” (Pimenta *et al.*, 2019, p. 409). Ainda conforme Martins e Coelho (2012, p. 66) sua utilização “pode tornar o processo decisório mais eficaz e claro, pois assim, as decisões não serão tomadas de maneira subjetiva e, sim, serão tratadas de forma matemática, minimizando os erros agregados”. Tem caráter exploratório, em que se objetiva analisar como se dá o funcionamento da mente humana quando está diante de avaliação de alternativas e precisa tratá-las como um problema complexo (Ribeiro; Alves, 2016).

No que tange aos procedimentos técnicos do método, algumas particularidades e características precisam ser ressaltadas. São apontados como princípios da AHP: construção ou estruturação de hierarquia, definição de prioridades e consistência lógica (Costa, 2002; Martins; Coelho, 2012; Marins *et al.*, 2009). Para Saaty (1990), o processo se dá com a formulação de um problema, em que ele será definido como uma hierarquia. Em seguida é feito uma escala de prioridades, onde passarão a ser analisados quais elementos se sobressaem quando há a comparação de cada uma de suas propriedades. O Quadro 05 traz uma síntese das principais operações básicas do Método AHP, tecendo a definição de cada operação.

Quadro 05 – Síntese das operações básicas do Método AHP

Operação básica	Definição
Construção de hierarquias	Nessa operação, os elementos são organizados em níveis hierárquicos. Essa construção permite identificar elementos-chaves para tomada de decisão, com a finalidade de agrupá-los em conjuntos particulares.
Definição de prioridades	Nessa etapa será traçado o ajuste das prioridades inerentes ao método, onde serão observadas a relação entre os elementos, fazendo comparações e formulando critérios pré-estabelecidos.
Consistência lógica	Será criado uma priorização com base no cálculo da consistência lógica, para que seja avaliado a prioridade construída.

Fonte: Elaborado com base em Costa (2002).

O processo de construção do Método AHP é dividido em etapas, conforme aponta Marins *et al.* (2009). Para Costa (2002, p. 17-18), na construção do modelo, com base no método AHP, as seguintes etapas desenvolvidas são:

Construção de hierarquia, identificando: foco principal; critérios; subcritérios (quando houverem); e, alternativas. Estes elementos formam a estrutura da hierarquia; Aquisição de dados ou coleta de julgamentos de valor emitidos por especialistas; Síntese dos dados obtidos dos julgamentos, calculando-se a prioridade de cada alternativa em relação ao foco principal; e, Análise da consistência do julgamento, identificando o quanto o sistema de classificação utilizado é consistente na classificação das alternativas viáveis. Vale registrar que o sistema é composto

pela hierarquia, pelos métodos de aquisição dos julgamentos de valor e pelos avaliadores.

O Método de AHP, assim como os demais métodos vigentes e utilizados nas pesquisas acadêmicas, apresenta vantagens e desvantagens. De acordo com Martins e Coelho (2012), possui como vantagem sua similaridade com a mente humana, ou seja, o responsável pela decisão irá elencar vários elementos em um conjunto e estabelecer critérios prioritários, facilitando a tomada de decisão.

Conforme Ribeiro e Alves (2016), o método AHP é metodologicamente estruturado para que um determinado problema (objetivo) possua níveis hierárquicos que se subdividem em critérios e subcritérios, formando uma estrutura (Figura 02). De acordo com Costa (2002, p. 34), “o avaliador compara par a par (ou paritariamente) os elementos de uma camada ou nível da hierarquia à luz de cada um dos elementos em conexão em uma camada superior da hierarquia”. Saaty (1990) completa que após estruturar objetivo, fatores gerais, critérios e subcritérios, pode-se retornar dos subcritérios que satisfazem as decisões, formulando critérios de níveis elevados até formar dois critérios que tenha relação e possibilitem a comparação.

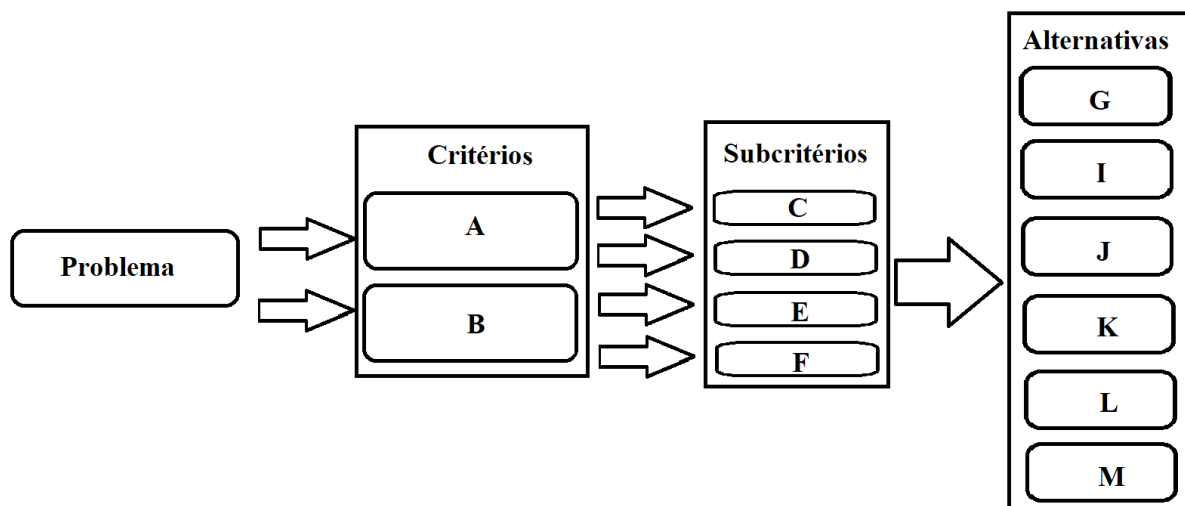


Figura 02 – Estrutura hierárquica do Método AHP

Fonte: Elaboração própria.

Através do Método AHP é possível estabelecer pesos às alternativas qualitativas. Para Faria *et al.* (2016, p. 1725), “a atribuição de pesos para cada critério exige um conhecimento relativamente preciso do problema que normalmente só é possível para um especialista”. Segundo Pimenta *et al.* (2019), são feitas comparações entre as variáveis utilizadas, formando

conjuntos e atribuindo pesos numéricos em variáveis qualitativas e intangíveis. Usualmente é utilizado a escala de julgamentos propostas por Saaty (1990), conforme Quadro 06. Alves (2017, p. 116) ressalta que esse método “além de possibilitar a construção de hierarquias em problemas que envolvem múltiplos critérios, permite adicionalmente testar a consistência dos pesos estimados”.

Quadro 06 – Escala de julgamentos de Saaty

Peso	Grau de importância	Explicação
1	Igual	Quando dois elementos contribuem de forma igual para o objetivo
3	Moderada	O julgamento dos elementos favorece moderadamente entre os elementos
5	Forte	O julgamento dos elementos favorece fortemente entre os elementos
7	Muito forte ou demonstrada	Determinado elemento é fortemente favorecida em relação a outra
9	Extrema	A evidência de favorecimento de um elemento sobre outro é de mais alta ordem possível
2, 4, 6, 8	Valores intermediários	Esses valores são utilizados quando o decisor estiver em dúvida sobre a importância dos elementos.

Fonte: Elaborado com base em Saaty (1990); Ribeiro; Alves (2016); Alves (2017).

Estabelecido o grau de importância, por meio da escala de julgamentos, é formulada a matriz de julgamentos. Para Saaty (1990, p. 82), “o conjunto de todos esses julgamentos pode ser representado em uma matriz quadrada na qual o conjunto de elementos é comparado consigo mesmo”. A matriz de julgamentos tem como função verificar a existência de coerência entre os julgamentos feitos, chegando os dados e formando a matriz, após isso matematicamente uma análise dos autovalores (Martins; Coelho, 2012). A matriz de julgamentos é estabelecida conforme a equação 03:

$$W = \begin{bmatrix} W_1 \\ W_i \\ W_j \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \frac{W_1}{W_1} & \frac{W_1}{W_2} & \dots & \frac{W_1}{W_n} \\ \frac{W_2}{W_1} & \frac{W_2}{W_2} & \dots & \frac{W_2}{W_n} \\ \vdots & \vdots & \ddots & \vdots \\ \frac{W_n}{W_1} & \frac{W_n}{W_2} & \dots & \frac{W_n}{W_n} \end{bmatrix}$$

(Eq. 03)

Segundo Alonso e Lamata (2006) é estabelecido como critério necessário para matriz a quantidade correspondente a $n(n-1)/2$, sendo n a quantidade de fatores que serão

comparados. A comparação de cada par de fatores irá gerar novas matrizes quadráticas, sendo i e j a atribuição de importância de cada fator (Santos, 2008). Cada comparação gera um valor que deve ser convertido de acordo com a escala de Saaty. Segundo Alves (2017, p. 116) “após a construção da matriz de prioridades, o passo seguinte é calcular o vetor de prioridades da matriz, que é o principal autovetor normalizado”.

Com o estabelecimento das comparações e pesos de cada critério, procede-se para a determinação da Razão de Consistência (RC) dos julgamentos, buscando analisar a coerência entre os critérios (Faria *et al.*, 2016). A Equação 04 apresenta a operacionalização da RC:

$$RC = \frac{IC}{IR}$$

(Eq. 04)

“Onde o IR é o Índice de Consistência Randômico obtido para uma matriz recíproca de ordem n , com elementos não-negativos e gerada randomicamente” (Marins *et al.*, 2009, p. 1781). Para encontrar o RC é necessário estabelecer o Índice de Consistência (IC). Para Martins e Coelho (2012), o IC é calculado através da seguinte expressão:

$$IC = \frac{(\lambda \text{ máximo} - n)}{(n - 1)}$$

(Eq. 05)

Onde o λ máximo corresponde ao maior autovalor encontrado na matriz de julgamentos (Marins *et al.*, 2009). Como critério, Saaty, estabeleceu que o IC deve possuir um valor menor ou igual a 0,10 (Costa, 2002).

3.2.4.3 Índice de Contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial (ICESDT)

O Índice de Contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial (ICESDT) consiste em uma média ponderada dos escores obtidos pelas seis dimensões do ICESDT. Em termos analíticos, o cálculo do ICESDT ocorre conforme equação 05:

$$ICESDT = \sum_1^n k_p \times l_p$$

(Eq. 06)

Onde: ICESDT = Índice de Contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial; k_p = valor do p-ésimo índice; l = é o peso relativo do p-ésimo índice.

Para avaliar a contribuição de cada índice, é preciso ver o conjunto de indicadores que cada dimensão é formada. Assim, o valor do p-ésimo índice e a contribuição do q-ésimo indicador são calculados pelas equações 07 e 08:

$$I = \frac{1}{S} \sum_{q=1}^S C_q$$

(Eq. 07)

$$C_q = \frac{1}{M} \sum_{j=1}^m \left(\sum_{q=1}^s k_q \times E_{qj} \right)$$

(Eq. 08)

Onde: k_q representa o peso relativo do q-ésimo indicador no p-ésimo índice; C_q = representa a contribuição do q-ésimo indicador no p-ésimo índice; E_{qj} = escore do q-ésimo indicador obtida pelo j-ésimo pesquisado; $j = 1, \dots, m$ (entrevistado); $q = 1, \dots, s$ (número de indicadores que compõem o p-ésimo índice).

Para efeito de classificação, o ICESDT, as dimensões componentes serão classificadas em uma escala que varia entre 0 a 5, conforme Quadro 07.

Quadro 07 – ICESDT e dimensões – Escala de classificação

Escala de contribuição	Escore
Muito baixa	0 a 1,00
Baixa	1,01 a 2,00
Média	2,01 a 3,00
Alta	3,01 a 4,00
Muito alta	4,01 a 5,00

Fonte: Elaboração própria.

Com a classificação definida, foi possível avaliar de que maneira os elementos em estudo se relacionam, buscando atingir os objetivos propostos no estudo, assim, a depender de que maneira as dimensões podem impactar e contribuir para o desenvolvimento territorial, tendo como princípio as IES públicas.

4 CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO CRAJUBAR

Este capítulo constitui-se na apresentação dos resultados inquiridos, estabelecidos pela agenda de pesquisa da presente dissertação, com a síntese dos questionários aplicados aos especialistas, a partir da estruturação dos Métodos Delphi e AHP, e aos docentes para obtenção dos dados da pesquisa. Inicialmente, será apresentado o consenso dos especialistas sobre as dimensões e indicadores do estudo. A seguir, é apresentado o perfil dos docentes pesquisados e, por fim, a análise das dimensões e indicadores do Índice de Contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial (ICESDT).

4.1 ÍNDICE DE CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - ICESDT: CONSENSO DO MÉTODO DELPHI E ANÁLISE HIERÁRQUICA DE PROCESSOS (AHP)

O Método Delphi, utilizado na pesquisa, permitiu conferir, através de um grupo de especialistas, o nível de importância das dimensões e seus indicadores. O conjunto de especialistas é ideal para maximizar a extração das informações disponíveis, atribuindo o nível de importância de cada uma delas, bem como minimizar os inconvenientes e apontar novos indicadores que podem fazer parte do conjunto de indicadores (Rozados, 2015).

Para a análise do consenso da avaliação dos especialistas, nas dimensões e indicadores propostos, foram estabelecidas quatro abordagens estatísticas, conforme proposta por Pinheiro (2023). A autora utilizou como critérios: percentual das respostas com distância de 1 ponto da média ($\geq 75\%$); intervalo interquartis inferior a 2,5 ($< 2,5$); o percentual de concordância das respostas superior a 51% ($> 51\%$) e o desvio padrão, estabelecendo como inferior a 1,5 ($< 1,5$). Dessa forma, a Tabela 04 apresenta os dados da análise de consenso das dimensões do ICESDT com os critérios estabelecidos.

Todas as dimensões estiveram dentro dos parâmetros estabelecidos. Apesar da redução no percentual de concordância da 1ª para 2ª rodada, esse percentual ainda é superior ao limite do parâmetro ($> 51\%$), demonstrando que houve consenso entre os especialistas pesquisados para as dimensões propostas.

Tabela 04 – Análise de consenso nas dimensões do ICESDT

Parâmetros	Distância da média de 1pt		Intervalo interquartil		% de concordância		Desvio Padrão	
	(≥ 75%)		(< 2,5)		(> 51%)		(<1,5)	
Rodadas	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
Dimensões								
Regional	100,0	100,0	0	0	91,3	85,0	0,28	0,36
Científica-Inovativa-Extensionista	100,0	95,0	0	0	91,3	80,0	0,28	0,54
Formação Político-Cidadã	95,7	100,0	0	1	82,6	70,0	0,51	0,46
Ambiental-Cultural	95,7	95,0	1	1	73,9	70,0	0,55	0,57
Desenvolvimento Humano	100,0	95,0	0	1	78,3	70,0	0,41	0,57
Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional	100,0	95,0	0	1	82,6	70,0	0,38	0,57

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

O consenso também foi auferido para o conjunto de indicadores propostos em cada uma das dimensões. A Tabela 05 apresenta a análise de consenso referente à dimensão regional. Essa dimensão busca captar elementos da contribuição da IES para o desenvolvimento territorial, elementos esses que influenciam na dinâmica regional. Através das estatísticas propostas, percebe-se que apenas o indicador “Aquecimento do mercado imobiliário” não atendeu ao parâmetro percentual de concordância (>51%); porém, considerando que todas as demais estatísticas estavam dentro dos parâmetros, o percentual, na segunda rodada, esteve bem próximo ao limite do critério (50%) e que o indicador se encontra presente amplamente na literatura que avalia repercussões espaciais das IES, optou-se pela sua manutenção na dimensão. Após a primeira rodada, dois novos indicadores foram sugeridos e incluídos nessa dimensão: “Contribui para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão pública” e “Contribui para o fortalecimento/dinamização de aglomerações produtivas, clusters, APL, parques tecnológicos etc”. Com as novas proposições e visto que os parâmetros do consenso foram aceitos, essa dimensão contabilizou dez indicadores.

Tabela 05 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Regional

Parâmetros	Distância da média de 1pt		Intervalo interquartil		% de concordância		Desvio Padrão	
	(≥ 75%)		(< 2,5)		(> 51%)		(<1,5)	
Rodadas	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
Dimensão Regional								
Dinamização do mercado consumidor da cidade sede da IES	95,7	80,0	1	1	56,5	60,0	0,58	0,80
Aquecimento do mercado imobiliário	73,9	75,0	2	1,75	43,5	50,0	0,97	0,83
Dinamização do setor de transporte	95,7	80,0	1	1	60,9	55,0	0,58	0,79
Fortalecimento do setor de comércio e serviços em geral (alimentação, papelarias, lanchonetes, livrarias, hospedagem etc.)	87,0	95,0	1	1	47,8	60,0	0,71	0,59
Elevação da oferta de serviços saúde (profissionais de saúde, clínicas especializadas, hospitais universitários etc.)	91,3	100,0	1	0	34,8	80,0	0,63	0,45
Dinamização do setor industrial (alimentos, metalmecânica; metalurgia; mobiliário etc.)	65,2	90,0	2	1	30,4	70,0	0,90	0,66
Criação de novas dinâmicas urbanas (reordenamento e planejamento urbano; infraestrutura urbana etc.)	82,6	90,0	1	1	65,2	70,0	0,77	0,66
Estímulo ao empreendedorismo	69,6	80,0	2	1	39,1	65,0	0,91	0,80
Contribui para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão pública*	-	90,0	-	1	-	60,0	-	0,97
Contribui para o fortalecimento/dinamização de aglomerações produtivas, clusters, APL, parques tecnológicos etc.*	-	80,0	-	1	-	60,0	-	1,05

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

*Indicadores inseridos após a primeira rodada.

As IES de destacam no fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão, dessa forma, contribuem para a geração de trabalhadores qualificados, formação de conhecimento e inovação (Garcia *et al.*, 2018). Nesse contexto, a dimensão Científica-Inovativa-Extensionista buscou captar os elementos ligados à essas atividades exercidas pelas instituições no território.

Através dos parâmetros de consenso (Tabela 06), verificou-se que todos os indicadores propostos na primeira rodada, atingiram os níveis de consenso na segunda rodada. Por indicação dos especialistas, foram estabelecidos novos indicadores para essa dimensão: “Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-setor público (federal, estadual e municipal)”, “Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-ensino básico e instituições de nível superior”, “Estímulo e potencialização de segmentos sociais organizados”, “Criação de oportunidades de cooperação internacional (ensino, pesquisa e extensão)” e “Promoção de ações interdisciplinares”. Dentre esses indicadores, três deles não atingiram ou ficaram no limite do parâmetro percentual de concordância, todavia, mantiveram-se os critérios

ponderados na primeira dimensão para a manutenção dos indicadores. Com isso, a dimensão Científica-Inovativa-Extensionista resultou em onze indicadores.

Tabela 06 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Científica-Inovativa-Extensionista

Parâmetros	Distância da média de 1pt		Intervalo interquartil		% de concordância		Desvio Padrão	
	($\geq 75\%$)		(< 2,5)		(> 51%)		(<1,5)	
Rodadas	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a
Dimensão Científica-Inovativa-Extensionista								
Diversificação na oferta de cursos em nível de graduação e pós-graduação para a região	95,7	95,0	1	0	73,9	85,0	0,55	0,51
Desenvolvimento de pesquisas aplicadas e voltadas à região	91,3	100,0	0	0	87,0	85,0	0,59	0,36
Desenvolvimento de atividades extensionistas	91,3	95,0	1	0,75	65,2	75,0	0,65	0,56
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-empresa	87,0	90,0	1	0,75	47,8	75,0	0,94	0,65
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-comunidade	95,7	90,0	0	0	82,6	80,0	0,51	0,64
Estímulo à cultura da inovação e práticas inovativas	91,3	95,0	1	0	65,2	80,0	0,65	0,54
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-setor público (federal, estadual e municipal) *	-	95,0	-	1	-	70,0	-	0,92
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-ensino básico e instituições de nível superior*	-	85,0	-	1	-	45,0	-	0,98
Estímulo e potencialização de segmentos sociais organizados*	-	85,0	-	1	-	45,0	-	0,98
Criação de oportunidades de cooperação internacional (ensino, pesquisa e extensão) *	-	90,0	-	1	-	55,0	-	0,96
Promoção de ações interdisciplinares*	-	85,0	-	1	-	50,0	-	1,08

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

*Indicadores inseridos após a primeira rodada.

O conhecimento e formação do indivíduo fazem parte do contexto de inserção das IES e que podem transbordar para o ambiente territorial através de diálogos políticos, econômicos e sociais, especialmente, possibilitando a formação de um indivíduo crítico e um cidadão com anseios diversos. Para Dias Sobrinho (2015, p. 582) “a educação tem papel importante na espacialidade da interação do desenvolvimento da consciência crítica e da produção de condições favoráveis à elevação dos indivíduos e das sociedades”. Pensando nisso, a dimensão Formação Político-Cidadã propôs indicadores ligados a essa questão. No que se refere ao nível de consenso (Tabela 07), verificou-se que todos os indicadores se encontraram dentro dos parâmetros estabelecidos após a segunda rodada, dessa forma, com a inclusão do indicador “Fortalecimento do exercício de cidadania”, a dimensão finalizou com onze indicadores.

Tabela 07 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Formação Político-Cidadã

Parâmetros	Distância da média de 1pt		Intervalo interquartil		% de concordância		Desvio Padrão	
	(≥ 75%)		(< 2,5)		(> 51%)		(<1,5)	
Rodadas	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
Dimensão Formação Político-Cidadã								
Pensamento crítico e autonomia intelectual	100,0	95,0	0	1	87,0	70,0	0,34	0,57
Senso de ética e afirmação da cultura dos direitos humanos	100,0	95,0	1	0	73,9	85,0	0,44	0,51
Percepção e postura em prol da não discriminação de raça/etnia	100,0	90,0	0	0	78,3	80,0	0,41	0,64
Percepção e postura em prol da não discriminação por classe econômica	100,0	90,0	1	0,75	73,9	75,0	0,44	0,65
Percepção e postura em prol da não discriminação de gênero	100,0	90,0	0	0,75	78,3	75,0	0,41	0,65
Percepção e postura em prol da não discriminação por orientação sexual (LGBTQIAPN+)	100,0	90,0	0	0,75	87,0	75,0	0,34	0,65
Percepção e postura em prol da não discriminação religiosa	100,0	85,0	0	1	87,0	70,0	0,34	0,74
Percepção e postura em prol da não discriminação relativa a questões xenofóbicas	100,0	85,0	0	0,75	78,3	75,0	0,41	0,73
Fortalecimento do pertencimento territorial	100,0	85,0	0	1	87,0	70,0	0,34	0,74
Compreensão crítica do mundo do trabalho	100,0	85,0	1	1	69,6	70,0	0,46	0,74
Fortalecimento do exercício de cidadania*	-	90,0	-	0,75	-	75,0	-	0,65

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

*Indicadores inseridos após a primeira rodada.

A Tabela 08 traz o nível de consenso da Dimensão Ambiental-Cultural, que tem por objetivo apontar indicadores que se relacionam com às questões ambiental e cultural do território, com isso, identificar a relação das IES para esses aspectos.

Percebe-se que o nível de consenso foi atingido na segunda rodada, com todos os indicadores dentro dos intervalos estabelecidos. Importante destacar que o parâmetro “Distância da média de 1 ponto” apresentou valores superiores a 85%, enquanto o “desvio padrão” teve todos os indicadores inferiores a 1. Após a primeira rodada de consulta com os especialistas, essa dimensão não teve nenhuma recomendação, portanto, finalizou com quinze indicadores. A identificação com o ambiente natural promove reflexões para o âmbito educacional, nesse sentido, as Universidades devem inserir questões que favorecem o pensamento para o meio ambiente (Manéia, 2016), além de inserir a espacialidade cultural, tendo em vista as particularidades do território.

Tabela 08 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Ambiental-Cultural

Parâmetros	Distância da média de 1pt		Intervalo interquartil		% de concordância		Desvio Padrão	
	(≥ 75%)		(< 2,5)		(> 51%)		(<1,5)	
Rodadas	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
Dimensão Ambiental-Cultural								
Percepção e consciência ambiental	100,0	90,0	0	0	82,6	80,0	0,38	0,79
Formação para a Educação Ambiental	100,0	95,0	1	0	65,2	85,0	0,48	0,51
Estímulo ao empreendedorismo sustentável	95,7	90,0	1	0	65,2	80,0	0,57	0,64
Promoção e valorização de atividades ambientais	100,0	90,0	1	0,75	65,2	75,0	0,48	0,65
Valorização do patrimônio histórico-cultural e dos saberes e cultura locais	100,0	95,0	0	0	39,1	85,0	0,38	0,70
Dinamização e aquecimento do mercado cultural	91,3	85,0	1	1	47,8	65,0	0,64	0,74
Valorização da diversidade de saberes e da vivência cultural	95,7	90,0	1	0,75	60,9	75,0	0,58	0,80
Promoção e valorização de atividades culturais	95,7	85,0	1	1	73,9	70,0	0,55	0,74
Incentivo à formação de plateias	73,9	90,0	1	1	21,7	60,0	0,95	0,65
Conhecimento e valorização do território Caririense	100,0	95,0	0	0,75	91,3	75,0	0,28	0,56
Conhecimento e valorização do Araripe Geopark	100,0	100,0	1	0	69,6	80,0	0,46	0,40
Envolvimento com comunidades indígenas, quilombolas	87,0	90,0	1	0,75	56,5	75,0	0,71	0,80
Desenvolvimento de estudos ambientais diversos	91,3	95,0	1	0	47,8	85,0	0,65	0,51
Desenvolvimento do ativismo ambiental (campanhas de conscientização, promoção de ações legais, petições, denúncias etc.)	82,6	95,0	1	1	43,5	65,0	0,77	0,58
Práticas de responsabilidade socioambiental por parte das IES	87,0	95,0	1	0	69,6	80,0	0,71	0,54

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

A dimensão sobre o desenvolvimento humano propôs analisar aspectos relacionados ao ser humano, especialmente na socialização e divulgação do conhecimento, e na cultura solidária. A Universidade é detentora do papel de responsabilidade social, especialmente na convivência dos indivíduos, na produção e disseminação de valores e na socialização do conhecimento gerado (Dias Sobrinho, 2015).

Com relação ao consenso (Tabela 09), é importante ressaltar que no parâmetro “percentual de concordância” todos os indicadores foram inferiores a 75%, apesar disso, todos (exceto o indicador “Estímulo à disseminação de novas ideias, em geral” que apresentou 50% de concordância inferior ao limite) foram superiores ao limite (> 51%). Apesar desse indicador não apresentar o nível de concordância proposto, os demais parâmetros foram satisfatórios, portanto, esse indicador permaneceu nessa dimensão. Após a primeira rodada,

foi sugerido o indicador “Estímulo à conscientização e prática da cultura da paz”, sendo julgado relevante para a dimensão proposta, contabilizando doze indicadores. Segundo Nunes (2019, p. 117) “mudar hábitos de pensamento mostra-se como um fator essencial ao desenvolvimento”.

Tabela 09 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Desenvolvimento Humano

Parâmetros	Distância da média de 1pt		Intervalo interquartil		% de concordância		Desvio Padrão	
	(≥ 75%)		(< 2,5)		(> 51%)		(<1,5)	
Rodadas	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
Dimensão Desenvolvimento Humano								
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente familiar	82,6	90,0	1	1	43,5	65,0	0,74	0,81
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho	87,0	90,0	1	0	39,1	75,0	0,67	0,50
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no círculo de amigos	78,3	85,0	1	0	34,8	70,0	0,74	0,65
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no âmbito privado	95,7	85,0	1	1	60,9	65,0	0,58	0,74
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no ambiente de trabalho	91,3	85,0	1	1	52,2	65,0	0,65	0,74
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) na sociedade	95,7	85,0	0	1	78,3	65,0	0,53	0,74
Fortalecimento das relações interpessoais	100,0	80,0	1	1	52,2	60,0	0,50	0,80
Incentivo à participação em atividades culturais e de lazer	91,3	85,0	1	1	60,9	65,0	0,65	0,86
Estímulo à disseminação de novas ideias, em geral	91,3	85,0	1	1	60,9	50,0	0,65	0,73
Estímulo à disseminação de novas ideias relacionadas à sua formação	95,7	90,0	1	1	60,9	65,0	0,58	0,67
Estímulo ao diálogo e engajamento social	100,0	95,0	1	1	73,9	65,0	0,44	0,58
Estímulo à conscientização e prática da cultura da paz*	-	95,0	-	1	-	65,0	-	0,58

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

*Indicadores inseridos após a primeira rodada.

A Tabela 10 apresenta os indicadores e o consenso estabelecido para a dimensão Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional. Uma das missões das instituições de ensino é a promoção e melhoria das condições profissionais da população, condicionando a formação acadêmica e profissional; dessa forma, a dimensão busca captar a contribuição de indicadores pertinentes a tal abordagem. Na análise do consenso, verificou-se que todos os indicadores se mostraram estáveis após a segunda rodada, apesar das variações nas estatísticas, mantiveram-se todos dentro dos limites. Dessa forma, sem novas sugestões, a matriz dessa dimensão contabilizou oito indicadores.

Tabela 10 – Análise de consenso dos indicadores da Dimensão Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional

Parâmetros	Distância da média de 1pt		Intervalo interquartil		% de concordância		Desvio Padrão	
	(≥ 75%)		(< 2,5)		(> 51%)		(<1,5)	
Rodadas	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
Dimensão Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional								
Formação de capital humano	95,7	100,0	0	0	87,0	85,0	0,48	0,36
Estímulo à demanda por mão de obra com ensino superior	95,7	90,0	1	0	73,9	85,0	0,55	0,62
Fortalecimento da renda	100,0	95,0	0	0,75	78,3	75,0	0,41	0,56
Inserção no mercado de trabalho	100,0	85,0	0	0,75	87,0	75,0	0,34	0,73
Elevação no nível de empregabilidade	100,0	95,0	1	0,75	73,9	75,0	0,44	0,56
Desenvolvimento de novas habilidades profissionais	100,0	95,0	0	1	87,0	70,0	0,34	0,57
Desenvolvimento da cultura empreendedora	91,3	95,0	1	0,75	56,5	75,0	0,65	0,73
Estímulo à atuação estratégica e inovadora no ambiente de trabalho	95,7	90,0	1	0	56,5	80,0	0,58	0,64

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

Com a conclusão das rodadas e análise do consenso sobre a avaliação dos especialistas, através do Método Delphi, foi possível seguir para apreciar o nível de consistência da Análise Hierárquica de Processos (AHP). A atribuição de importância dada pelos especialistas possibilitou a operacionalização desse método, além disso, sua participação teve grande relevância para o estudo, especialmente na sugestão de novos indicadores e ponderações para a consecução do ICESDT.

Para operacionalização da AHP são utilizadas as informações fornecidas pelo grau de importância dada pelos especialistas a cada dimensão. A Tabela 11 apresenta as informações para os pesos ou Vetor das Prioridades Médias Locais (PML), além do Índice de Consistência (IC) e Razão de Consistência (RC) das dimensões do índice.

Tabela 11 – Consistência das matrizes de indicadores adotados na AHP

Matriz de indicadores	Pesos (PML)	Tamanho da Matriz	Índice de Consistência	Razão de Consistência
Contribuição Regional	0,1667	10	0,0000	0,0000
Contribuição Científica-Inovativa-Extensionista	0,1667	11	0,0000	0,0000
Contribuição para a Formação Político-Cidadã	0,1667	11	0,0000	0,0000
Contribuição Ambiental-Cultural	0,1667	15	0,0000	0,0000
Contribuição para o Desenvolvimento Humano	0,1667	12	0,0000	0,0000
Contribuição para o Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional	0,1667	8	0,0000	0,0000
Todas as dimensões	1,0000	67	0,0000	0,0000

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os Vetores das PML do conjunto de indicadores se encontram na seção apêndices C, D, E, F, G, H. Como é possível observar, todas as dimensões apresentaram o IC inferior a 0,10, demonstrando resultados aceitáveis estatisticamente, não havendo necessidade de uma nova avaliação (Silva *et al.*, 2006).

4.2 PERFIL DOS DOCENTES PESQUISADOS

A efetivação da pesquisa ocorreu com aplicação de questionários junto aos docentes das IES públicas (URCA, UFCA, IFCE Crato e IFCE Juazeiro do Norte) do CRAJUBAR. Os questionários foram formulados pelo Google *forms* e enviados aos e-mails dos docentes, conforme disponibilizado pelas IES. Essa seção expõe o perfil dos 97 docentes pesquisados.

A Tabela 12 apresenta a distribuição absoluta e relativa do perfil dos docentes pesquisados. Concernente ao sexo 56,70% são homens e 43,30% são mulheres. Os dados referentes à faixa etária estão distribuídos em 34,02% dos entrevistados possuem idade entre 51 a 60 anos, 34,02% estão na faixa de 41 a 50 anos e 21,65% entre 31 a 40 anos.

Tabela 12 – Distribuição absoluta e relativa do perfil dos Docentes pesquisados

Perfil		Abs.	%
Sexo	Masculino	55	56,70
	Feminino	42	43,30
Faixa etária	De 21 a 30	2	2,06
	De 31 a 40	21	21,65
	De 41 a 50	32	32,99
	De 51 a 60	33	34,02
	Acima de 61	9	9,28
Raça/Cor	Branca	54	55,67
	Parda	37	38,14
	Preta	6	6,19
Estado civil	Casado (a)	64	65,98
	Solteiro (a)	18	18,56
	Separado (a)	14	14,43
	Outro	1	1,03
Escolaridade	Especialização	1	1,03
	Mestrado	27	27,84
	Doutorado	50	51,55
	Pós-Doutorado	19	19,59
Total		97	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

A distribuição com base na raça/cor demonstrou que 55,67% dos docentes se declararam brancas, 38,14% da cor parda e 6,19% da cor preta. Outra pergunta feita nos questionários diz respeito ao estado civil dos docentes. Verificou-se que 65,98% dos pesquisados se declararam casados (as), 18,56% solteiros (as) e 14,43% separados (as). A distribuição relativa da escolaridade dos docentes aponta para 51,55% possuindo doutorado, 27,84% são mestres, 19,59% pós doutores e apenas 1,03% são especialistas.

4.3 RESULTADOS DOS ÍNDICES E DISCUSSÕES DAS DIMENSÕES

A matriz de dimensões e seu conjunto de indicadores, inicialmente foi avaliada por um conjunto de especialistas, atribuindo valores sobre a sua importância para o desenvolvimento territorial. Com o consenso, partiram-se para a avaliação dos docentes. Essa seção fará a apresentação dos resultados e análises obtidas com base nas entrevistas aplicadas, a partir do estudo das seis dimensões e seus indicadores são analisados os índices parciais e o ICESDT.

4.3.1 Contribuição Regional da Educação Superior (CoRe)

Os transbordamentos das IES sobre as dinâmicas territoriais são muitas vezes visualizados apenas pelos aspectos econômicos, os estudos estão voltados, principalmente, para os elementos financeiros, como salários dos professores e servidores que atuam diretamente nas IES. Lopes (2001) define esses gastos financeiros como impactos diretos das universidades públicas, classificando-os em três formas: (1) os gastos com investimentos em obras e manutenção das IES; (2) os gastos efetuados pelos professores e servidores provenientes dos recursos recebidos pela instituição; e (3) os gastos de alunos que se deslocam de outros municípios para instituição.

Aspectos regionais também devem fazer parte desse conjunto de implicações que podem ter seus rebatimentos sobre o território. Nessa seção, busca-se identificar a avaliação dos pesquisados, considerando os indicadores que compõem a dimensão regional do território, expressos na Tabela 13.

Os resultados demonstram que “fortalecimento do setor de comércio e serviços em geral (alimentação, papelarias, lanchonetes, livrarias, hospedagem etc.)”, “dinamização do mercado consumidor da cidade sede da IES” e “aquecimento do mercado imobiliário” foram os indicadores, na avaliação dos professores, que se mostraram mais relevantes para a

dimensão regional, onde mais de 50% classificaram-nos como “sempre” contribuindo através da dimensão para o desenvolvimento territorial. Ou seja, a Educação Superior pública apresenta forte contribuição para os setores de serviços, comércio e imobiliário.

Luz *et al.* (2017) reforçam que esses setores são beneficiados pelo aporte de docentes, técnicos, servidores e alunos que ao receberem recursos financeiros das instituições, realizam boa parte desses recursos nos setores econômicos da cidade, enfatizando a locação de imóveis, alimentação e serviços em geral. Para melhor visualização do que acontece no CRAJUBAR, recorreu-se aos dados fornecidos pelo IPECE, no que concerne ao setor de comércio, em 2022, as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha apresentaram como principais estabelecimentos comerciais os de categoria varejistas, especialmente, “tecidos, vestuário e artigos de armarinho”, “mercadorias em geral”, “produtos de gêneros alimentícios”, “perfumaria e produtos farmacêuticos” e “material para construção” (IPECE, 2024). Enquanto isso, o setor de serviços apresenta como principais empresas, em 2022, “alojamento e alimentação”, “transporte e armazenagem” e “outros serviços coletivos, sociais e pessoais” nas três cidades. Isso pode reforçar a opinião proporcionada pelos pesquisados. Contudo, essa reflexão precisaria de estudos mais aprofundados que impliquem a relação da Educação Superior com esses setores, ainda assim, pode-se refletir que, de algum modo, o papel exercido pelas IES públicas possui transbordamentos sobre o território CRAJUBAR, preferencialmente nos indicadores que compõem a dimensão regional.

O indicador “dinamização do setor de transporte” foi apontado por 38,14% dos pesquisados como “sempre” contribui para aquela dimensão, e para 29,90% como “quase sempre”. Esse retorno demonstra que a Educação Superior pública tem forte contribuição para esse setor, especialmente, refletindo no deslocamento de estudantes para essas instituições. O raio de atuação das instituições do CRAJUBAR é amplo e atinge diversas cidades do interior cearense, além de estados vizinhos, implicando em deslocamentos diários desses estudantes, consequentemente afetando o setor de transporte.

Outro indicador que merece atenção é “estímulo ao empreendedorismo” que apresentou melhor percentual na classificação de “quase sempre”, com a avaliação de 42,27% dos pesquisados. Para Vila (2018), através de uma análise microeconômica, existe o componente chave da relação Universidade e desenvolvimento regional que é o poder de transformação gerado pelo graduado sobre aquela sociedade. O autor se refere a esse poder de transformação como “um conjunto de interações dinâmicas que vinculam, por meio de organizações humanas, as atividades educacionais e econômicas dos indivíduos, incluindo o ensino superior, o empreendedorismo, a inovação e a liderança” (p. 92). Dessa forma, o

estímulo ao empreendedorismo pode ser algo pensado durante a formação acadêmica e profissional, sendo assim, refletido na inovação dada ao território, bem como nas suas ações profissionais.

O indicador “elevação da oferta de serviços saúde (profissionais de saúde, clínicas especializadas, hospitais universitários etc.)” foi apontado por 62,89% dos pesquisados como “quase sempre” e “sempre” na escala de contribuição. A importância desse indicador demonstra os reflexos do setor de saúde no CRAJUBAR. Fernandes (2020) destaca o Crato como polo de sua região de saúde, englobando mais doze municípios. O autor caracteriza o município como “sistema de saúde que está mais bem estruturado do que os municípios de sua região, principalmente nos níveis de maior densidade tecnológica” (p. 153), dispondo de hospitais gerais, clínicas e consultórios médicos com especialidades de média complexidade. “A centralidade de Crato na rede urbana para serviços de saúde se deve, especialmente, ao Hospital São Raimundo e ao Hospital São Francisco de Assis” (Fernandes, 2020, p. 156).

Concernente à região de saúde de Juazeiro do Norte, juntamente com Barbalha, são os principais polos dessa região. Elas “concentram a maior parte dos estabelecimentos voltados para a média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar do Cariri” (Fernandes, 2020, p. 164). O autor aponta que Barbalha se destaca no setor de saúde, estabelecida como principal função urbana. Nascimento, I. (2018) reforça que a instalação do curso de medicina (polo da UFC no Cariri) em Barbalha foi pensado estrategicamente, pois essa cidade concentrava os principais hospitais da região, atraindo profissionais da área e atendendo pacientes do sul cearense e dos estados circunvizinhos. Dentre os hospitais de referência localizados em Juazeiro do Norte e Barbalha, podem ser citados: Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo, Hospital e Maternidade Santo Antônio, Hospital do Coração do Cariri, Hospital Regional do Cariri (estadual), Hospital Maternidade São Lucas (municipal), Hospital Unimed (privado), Hospital Geral Padre Cícero (privado), Hospital San Marino (privado) e o Hospital Infantil Municipal Maria Amélia Bezerra (municipal) (Fernandes, 2020).

Tabela 13 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Regional do ICESDT

Indicadores	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase Sempre	Sempre	Total
Dinamização do mercado consumidor da cidade sede da IES	2,06	3,09	14,43	28,87	51,55	100,00
Aquecimento do mercado imobiliário	3,09	7,22	12,37	25,77	51,55	100,00
Dinamização do setor de transporte	5,15	6,19	20,62	29,90	38,14	100,00
Fortalecimento do setor de comércio e serviços em geral (alimentação, papelarias, lanchonetes, livrarias, hospedagem etc.)	2,06	5,15	11,34	23,71	57,73	100,00
Elevação da oferta de serviços saúde (profissionais de saúde, clínicas especializadas, hospitais universitários etc.)	4,12	8,25	24,74	32,99	29,90	100,00
Dinamização do setor industrial (alimentos, metalmecânica; metalurgia; mobiliário etc.)	7,22	13,40	27,84	30,93	20,62	100,00
Criação de novas dinâmicas urbanas (reordenamento e planejamento urbano; infraestrutura urbana etc.)	7,22	10,31	25,77	36,08	20,62	100,00
Estímulo ao empreendedorismo	2,06	12,37	21,65	42,27	21,65	100,00
Contribui para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão pública	3,09	14,43	29,90	29,90	22,68	100,00
Contribui para o fortalecimento/dinamização de aglomerações produtivas, clusters, APL, parques tecnológicos etc.	5,15	10,31	27,84	32,99	23,71	100,00
Estatística descritivas do índice						
Média	3,86	Mínimo	1,12	Máximo	5,00	
Coeficiente de variação				21,90		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

Considerando os percentuais dos pesquisados que indicaram a contribuição como “nunca” ou “quase nunca”, verificou-se que os indicadores “dinamização do setor industrial (alimentos, metalmecânica; metalurgia; mobiliário etc.)”, “criação de novas dinâmicas urbanas (reordenamento e planejamento urbano; infraestrutura urbana etc.)”, “contribui para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão pública” e “contribui para o fortalecimento/dinamização de aglomerações produtivas, clusters, APL, parques tecnológicos etc.” apresentaram 20,62%; 17,53%; 17,52% e 15,46%, respectivamente. Apesar da atribuição de contribuição desses indicadores, percebe-se que ainda há um gap entre sua relação com a Educação Superior, necessitando fortalecer a relação com esses setores.

A avaliação das estatísticas descritivas do índice, referente à dimensão regional, propõe fazer algumas considerações. O índice da dimensão, correspondente ao valor de 3,86, permite corroborar que os pesquisados avaliam os indicadores regionais com uma “alta” contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial do CRAJUBAR. O índice se concentrou em valores entre 1,12 a 5,00. O coeficiente de variação apresenta o valor de 21,90%, indicando menor variabilidade do desvio-padrão em relação à média.

4.3.2 Contribuição Científica-Inovativa-Extensionista da Educação Superior (CoCIE)

As IES públicas possuem como atividades básicas, o ensino, pesquisa e extensão, sendo através dessas atividades que ocorre o transbordamento do conhecimento e da inovação para a sociedade, com a promoção de pesquisas e envolvimento entre comunidade e instituição, especialmente com a mobilização por meio das práticas extensionistas.

“As universidades são atores fundamentais, pois, além de serem responsáveis pela qualificação formal dos recursos humanos, também geram e transferem conhecimento, sendo essenciais nos processos de aprendizagem e de geração de inovações” (Silva *et al.*, 2022, p. 239-240). Nessa perspectiva, os resultados dessa seção (Tabela 14) buscam analisar os indicadores pertinentes à dimensão científica-inovativa-extensionista, compreendendo o papel das atividades básicas para o desenvolvimento.

Por meio da análise dos dados, verificou-se que os indicadores “diversificação na oferta de cursos em nível de graduação e pós-graduação para a região”, “desenvolvimento de pesquisas aplicadas e voltadas à região” e “desenvolvimento de atividades extensionistas” apresentaram os melhores percentuais na classificação de que as IES “sempre” contribuem para o desenvolvimento territorial, apresentando, 57,73%; 54,64% e 46,39%, respectivamente.

Para que aconteça transbordamentos expressivos dessas funções básicas, algumas ressalvas são feitas por Krajevski (2021, p. 185):

o ensino de graduação e pós-graduação deve ser de alta qualidade e concatenado com as demandas regionais/nacionais. A pesquisa deve ser estimulada e fomentada pela universidade, buscando garantir que os investigadores tenham condições de trabalho e financiamento adequado. E a extensão precisa estar próxima da realidade regional, comprometida com a sociedade e permitindo uma articulação recíproca entre a comunidade acadêmica e a população da região.

No âmbito da pós-graduação, as IES públicas do CRAJUBAR atuam de maneira presente na oferta e diversificação de cursos de qualificação. A URCA, atualmente (2024) oferta diversos cursos nas modalidades *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Os programas de Mestrado ofertados são em: Artes, Letras, Educação, Diversidade Biológica e Recursos Naturais, Ensino de Geografia, Enfermagem, Ensino de Física, Saúde da Família, Ensino de História, Matemática, Economia Regional e Urbana e Química Biológica. Além disso, dois programas de Doutorado em Química Biológica e em Saúde da Família. A UFCA também possui um conjunto de programas de pós-graduação

como os Mestrados em: Administração, Biblioteconomia, Bioquímica e Biologia Molecular, Ciências da Saúde, Desenvolvimento Regional Sustentável, Filosofia, Matemática e Saúde da Família e o Doutorado em Bioquímica e Biologia Molecular. Nesse conjunto, também são ofertadas sete residências médicas e várias especializações. Os IFCE de Crato e de Juazeiro do Norte ofertam cursos de especialização, o primeiro com oferta de cursos na área das Ciências Agrárias e o segundo em Ensino da Matemática e Educação Física, Saúde e Lazer. Em 2024, o IFCE Juazeiro do Norte abrirá o Mestrado Acadêmico em Meio Ambiente, sendo o primeiro Mestrado ofertado pelo IFCE na região do Cariri (IFCE, 2024).

A diversificação de cursos ofertados em diversos programas de pós-graduação, pode refletir na qualidade de profissionais que estão se formando e se qualificando, mas também através das áreas contempladas, onde se percebe que há um foco no contexto regional e territorial. Os cursos ofertados abrangem áreas voltadas à educação, saúde, meio ambiente e ciências sociais, fortalecendo elementos da dinâmica do território que são proporcionados pelas IES públicas.

Tabela 14 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Científica-Inovativa-Extensionista do ICESDT

Indicadores	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase Sempre	Sempre	Total
Diversificação na oferta de cursos em nível de graduação e pós-graduação para a região	1,03	2,06	8,25	30,93	57,73	100,00
Desenvolvimento de pesquisas aplicadas e voltadas à região	2,06	1,03	7,22	35,05	54,64	100,00
Desenvolvimento de atividades extensionistas	1,03	5,15	16,49	30,93	46,39	100,00
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-empresa	2,06	11,34	29,90	35,05	21,65	100,00
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-comunidade	2,06	9,28	19,59	37,11	31,96	100,00
Estímulo à cultura da inovação e práticas inovativas	2,06	6,19	22,68	35,05	34,02	100,00
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-setor público (federal, estadual e municipal)	3,09	8,25	23,71	37,11	27,84	100,00
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-ensino básico e instituições de nível superior	2,06	7,22	20,62	39,18	30,93	100,00
Estímulo e potencialização de segmentos sociais organizados	2,06	12,37	30,93	32,99	21,65	100,00
Criação de oportunidades de cooperação internacional (ensino, pesquisa e extensão)	6,19	13,40	26,80	26,80	26,80	100,00
Promoção de ações interdisciplinares	4,12	8,25	24,74	36,08	26,80	100,00
Estatística descritivas do índice						
Média	3,91	Mínimo	1,00	Máximo	5,00	
Coefficiente de variação				21,72		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

A promoção de pesquisas acadêmicas e atividades de extensão foram indicadores bem avaliados pelos entrevistados. Para Lopes (2001, p. 103), “é através do desenvolvimento das atividades de pesquisa que se verificam os mais importantes e notórios impactos da

universidade pública sobre a economia local”. De acordo com dados da URCA em números 2021, a instituição apresentou um quantitativo de 4.408 produções acadêmicas, desde publicações de artigos, orientações de trabalhos, publicação de livros, projetos e patentes (URCA EM NÚMEROS – 2021). A UFCA apresentou em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que até o ano de 2021 contabilizava “684 projetos de pesquisa, mais de 440 pesquisadores, 80 grupos de pesquisa, 111 laboratórios, mais de 1.100 artigos em periódicos qualificados e 4 mil trabalhos científicos publicados em anais de eventos” (PDI/UFCA 2025, 2022, p. 22). Diante disso, é importante ressaltar que há o envolvimento das IES públicas do CRAJUBAR com a disseminação e promoção de pesquisas acadêmicas, sendo importante para resolução de questões ligadas aos aspectos territoriais.

As atividades de extensão promovidas se tornaram a principal função exercida pelas IES, estabelecendo uma conexão com a realidade e com as necessidades da comunidade. Essa aproximação tem se tornado importante no âmbito das análises e reflexões, especialmente com a formulação de espaços que promovam a interação com a comunidade, com o intuito de transferir o conhecimento adquirido e produzido nas IES (Mari; Grade, 2011). Tendo em vista essa abordagem, verificou-se nos dados que as IES do CRAJUBAR possuem vários projetos de extensão, aproximando a comunidade do ambiente acadêmico e promovendo esse elo entre as instituições e a comunidade externa.

Os indicadores “fortalecimento da relação/cooperação Universidade-ensino básico e instituições de nível superior” (39,18%), “fortalecimento da relação/cooperação Universidade-comunidade” (37,11%), “fortalecimento da relação/cooperação Universidade-setor público (federal, estadual e municipal)” (37,11%), “promoção de ações interdisciplinares” (36,08%) e “estímulo à cultura da inovação e práticas inovativas” (35,05%) tiveram a concentração de respostas no item “quase sempre”, apontando que eles exercem funções na relação Educação Superior e desenvolvimento territorial.

O indicador “criação de oportunidades de cooperação internacional (ensino, pesquisa e extensão)” foi apontado por 19,59% dos entrevistados como “nunca” e “quase nunca” existe a contribuição desse indicador para o desenvolvimento territorial, isso permite refletir sobre a possibilidade de inserção dessas instituições em um contexto de internacionalização de suas ações, vislumbrar novos mecanismos de captação de recursos para promoção de pesquisas. “Estímulo e potencialização de segmentos sociais organizados” e “fortalecimento da relação/cooperação Universidade-empresa” apresentaram 14,43% e 13,40%, respectivamente, das respostas dos pesquisados nos quesitos “nunca” e “quase nunca”.

Com relação à avaliação das estatísticas descritivas do índice, referente à dimensão científica-inovativa-extensionista, verificou-se por meio da média que o valor de 3,91 encontra-se no intervalo de “alta” contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial do CRAJUBAR. Isso permite dizer que os indicadores propostos nessa dimensão apresentam fortes atribuições para o contexto territorial, dada a opinião dos pesquisados. Os indicadores melhor avaliados estão ligados às funções básicas exercidas pelas IES (ensino, pesquisa e extensão), denotando que no ponto de vista dos entrevistados, as IES vêm desempenhando muito bem seu papel na execução dessas atividades. As outras estatísticas do índice mostram que houve variação entre 1,00 e 5,00; enquanto o coeficiente de variação apresentou o valor de 21,72%.

4.3.3 Contribuição para Formação Político-Cidadã da Educação Superior (CoPC)

A Educação Superior promove mudanças em várias vertentes do pensamento humano reproduzindo-se no seu comportamento, tornando-o mais crítico e atuantes nas questões político, socioeconômicas, culturais e ambientais. A intensão dessa seção é visualizar a opinião dos entrevistados com relação à dimensão formação político-cidadã da Educação Superior para o desenvolvimento territorial, possibilitando analisar um conjunto de indicadores que envolvem desde o pensamento crítico até o posicionamento/enfrentamento das diversas questões sociais.

A geração de conhecimento dentro das universidades possibilita a formação de indivíduos mais envolvidos nas discussões políticas, sociais, ambientais e econômicas. Nesse contexto, a Tabela 15 apresenta a distribuição relativa da avaliação dos docentes sobre os indicadores da dimensão político-cidadã. Para Silva e Silva (2019, p. 213), a educação promove efeitos sobre a capacitação profissional da sociedade, porém, não é o único efeito observado, percebe-se, também, a “mudança social, pois contribui, dentre outros benefícios, para o desenvolvimento social, para a diminuição da desigualdade de gênero e para aumentar e qualificar a participação popular em torno das decisões políticas”.

As percepções sobre as questões sociais estão presentes nos discursos proferidos pela sociedade. Pensar, refletir e se posicionar sobre questões sociais se torna um importante fator de contribuição das Universidades. Cichoski e Rubin-Oliveira (2022, p. 35) refletem que o espaço universitário possibilita o aprimoramento pessoal voltado à sociedade, “mas também como um *lócus* de poder, contraditório e conflitivo, que orienta as formas e meios de produção de conhecimento, sustentando as hierarquias e estruturas moderno-coloniais”.

Nesse ponto de vista, percebe-se que os indicadores “senso de ética e afirmação da cultura dos direitos humanos”, “percepção e postura em prol da não discriminação de raça/etnia”, “fortalecimento do exercício de cidadania”, “pensamento crítico e autonomia intelectual” e “percepção e postura em prol da não discriminação de gênero” foram bem avaliados na classificação “quase sempre”, estabelecendo que o entendimento sobre as questões humanas, a autonomia intelectual e visão de mundo tem forte ligação com as questões debatidas e vivenciadas no ambiente universitário. Dias Sobrinho (2015) enfatiza que ciência, tecnologia e inovação são elementos fundamentais para o exercício cidadão, principalmente pela integração dos direitos humanos.

estão conectados com os ideais de liberdade e de equidade, princípios que rechaçam a exclusão de todo tipo, os preconceitos, a intolerância, a opressão, a pobreza, o individualismo possessivo, a indiferença frente a todos os exercícios e práticas de pensamento e ação que se opõem à dignidade humana (Dias Sobrinho, 2015, p. 592).

Tabela 15 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Formação Político-Cidadã do ICESDT

Indicadores	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase Sempre	Sempre	Total
Pensamento crítico e autonomia intelectual	1,03	5,15	12,37	42,27	39,18	100,00
Senso de ética e afirmação da cultura dos direitos humanos	1,03	4,12	17,53	46,39	30,93	100,00
Percepção e postura em prol da não discriminação de raça/etnia	-	3,09	18,56	45,36	32,99	100,00
Percepção e postura em prol da não discriminação por classe econômica	-	8,25	28,87	34,02	28,87	100,00
Percepção e postura em prol da não discriminação de gênero	1,03	6,19	22,68	40,21	29,90	100,00
Percepção e postura em prol da não discriminação por orientação sexual (LGBTQIAPN+)	-	7,22	22,68	39,18	30,93	100,00
Percepção e postura em prol da não discriminação religiosa	4,12	11,34	26,80	34,02	23,71	100,00
Percepção e postura em prol da não discriminação relativa a questões xenofóbicas	5,15	6,19	22,68	38,14	27,84	100,00
Fortalecimento do pertencimento territorial	4,12	4,12	17,53	31,96	42,27	100,00
Compreensão crítica do mundo do trabalho	3,09	9,28	19,59	39,18	28,87	100,00
Fortalecimento do exercício de cidadania	2,06	6,19	17,53	44,33	29,90	100,00
Estatística descritivas do índice						
Média	3,92	Mínimo	1,73	Máximo	5,00	
Coeficiente de variação				20,60		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

Dos indicadores propostos nessa dimensão, o indicador “fortalecimento do pertencimento territorial” apresentou o maior percentual de que “sempre” contribui, através

da dimensão, para o desenvolvimento territorial. Saquet (2019) aponta um conjunto de elementos que formam a base do desenvolvimento territorial. Dentre eles, tem-se a consciência de classe e de lugar, onde precisam trabalhar em parceria, além de serem contínuas e reflexivas para qualificar os indivíduos sobre enraizamento, pertencimento e um ambiente confiável de relações mútuas (Saquet, 2019). O autor completa “temos consciência de lugar quando entendemos e participamos, ativa e sistematicamente, da vida no lugar” (Saquet, 2019, p. 29).

Tal avaliação relativa ao “fortalecimento do pertencimento territorial” sugere que a Educação Superior do CRAJUBAR propicia o envolvimento com as particularidades regionais. O CRAJUBAR e o “território Cariri” possuem particularidades ligadas à economia, meio ambiente, turismo, religiosidade e educacional. Esse conjunto de elementos promove uma visão de pertencimento, de identidade com o local, assim, a perspectiva educacional, no âmbito das IES, entrelaça-se em uma relação de harmonia com o meio, trazendo para si essa reflexão e sendo pauta imediata de ação destas instituições. “Pode-se contribuir mais para a formação política e a consciência de classe sem distanciamento do lugar e do território, considerando as cotidianidades e os modos de vida” (Cichoski; Rubin-Oliveira, 2022, p. 36).

Importante destacar os indicadores “percepção e postura em prol da não discriminação religiosa”, “compreensão crítica do mundo do trabalho” e “percepção e postura em prol da não discriminação relativa a questões xenofóbicas” que apresentaram 15,46%; 12,37% e 11,34% dos entrevistados, respectivamente, avaliando como “nunca” e “quase nunca” na escala de contribuição. Percebe-se que o posicionamento sobre algumas questões (discriminação religiosa, xenofobia e mundo do trabalho) ainda precisam ser debatidas no ambiente acadêmico, possibilitando visões mais críticas em torno dessas reflexões. Além dessas questões, outros dois indicadores concentraram suas respostas na escala de “quase sempre”, sendo eles: “percepção e postura em prol da não discriminação por orientação sexual (LGBTQIAPN+)” (39,18%) e “percepção e postura em prol da não discriminação por classe econômica” (34,02%). A Universidade deve ser pensada num ambiente onde há pluralidade de diálogos, pensamentos e visões, observando que a sociedade possui grupos diversos que precisam dessas reflexões.

As estatísticas descritivas do índice indicaram uma média igual a 3,92, classificando o índice da dimensão na escala de “alta” contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial do CRAJUBAR. Pensar sobre questões de cidadania, percepção e envolvimento sobre questões sociais, e o pertencimento da realidade do território são fundamentais no ambiente universitário, especialmente para modificar e consolidar a maneira

de pensar dos formados, além de influenciar a realidade local. O índice dessa dimensão apresentou o valor mínimo de 1,73, enquanto o valor máximo foi de 5,00. O coeficiente de variação foi de 20,60%.

4.3.4 Contribuição Ambiental-Cultural da Educação Superior (CoAC)

As questões ambientais, socioambientais, sustentáveis e ecológicas estão frequentemente presentes nas pautas do desenvolvimento. De acordo com Santos *et al.* (2012), para que o modelo de desenvolvimento sustentável seja válido, deve-se estabelecer uma relação equilibrada entre o homem e a natureza. O autor reforça que para cuidar do meio ambiente, a preocupação não deve estar apenas nos elementos naturais, mas em todos os fatores que se interligam no meio. Dessa forma, atribuir um posicionamento voltado às questões ambientais e culturais fortalecem as concepções de desenvolvimento territorial. Sobre a temática ambiental, Jacobi *et al.* (2020) reforçam que dadas as demandas da atualidade, questões ambientais precisam ser reforçadas nas estratégias de ensino, nas práticas interdisciplinares e nos currículos acadêmicos. Para Manéia (2016, p. 278), a “perspectiva ambiental consiste em ver o mundo preservado e a educação contribui para esta necessidade, vinculando conhecimentos, princípios, participação, responsabilidade e solidariedade de toda a comunidade”.

Muito se fala nas funções básicas (ensino, pesquisa e extensão) dentro dos muros das IES, contudo, deve-se pensar na Universidade como detentora de outras funções ligadas ao território, especialmente quando este apresenta grande relevância ambiental e cultural. A formação universitária deve ser pensada para além das suas instalações físicas, desenvolvendo indivíduos com conhecimento e habilidades para o exercício cidadão, além de construir uma sociedade que esteja voltada a sustentabilidade social e ambiental (Manéia, 2016).

Pensar sobre o meio ambiente e aspectos culturais ajudam a formular elementos das dinâmicas territoriais proposta pelo âmbito universitário. Com isso, essa seção fará a análise dos indicadores propostos da dimensão ambiental-cultural (Tabela 16). Com base nos resultados, percebe-se uma concentração da avaliação dos docentes na escala “quase sempre” na maioria dos indicadores, com relativamente mais de 32% das respostas, as exceções foram os indicadores “estímulo ao empreendedorismo sustentável” e “incentivo à formação de plateias” onde a maioria das respostas se concentrou na escala “às vezes” com 35,05% e 38,14%, respectivamente, e “desenvolvimento do ativismo ambiental (campanhas de

conscientização, promoção de ações legais, petições, denúncias etc.)” onde as respostas se concentraram em “às vezes” e “quase sempre”, com valores iguais a 29,90%.

Tabela 16 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Ambiental-Cultural do ICESDT

Indicadores	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase Sempre	Sempre	Total
Percepção e consciência ambiental	2,06	6,19	23,71	40,21	27,84	100,00
Formação para a Educação Ambiental	2,06	5,15	31,96	37,11	23,71	100,00
Estímulo ao empreendedorismo sustentável	3,09	11,34	35,05	30,93	19,59	100,00
Promoção e valorização de atividades ambientais	2,06	11,34	30,93	32,99	22,68	100,00
Valorização do patrimônio histórico-cultural e dos saberes e cultura locais	1,03	8,25	21,65	41,24	27,84	100,00
Dinamização e aquecimento do mercado cultural	3,09	6,19	26,80	36,08	27,84	100,00
Valorização da diversidade de saberes e da vivência cultural	1,03	7,22	24,74	39,18	27,84	100,00
Promoção e valorização de atividades culturais	2,06	5,15	22,68	39,18	30,93	100,00
Incentivo à formação de plateias	3,09	10,31	38,14	32,99	15,46	100,00
Conhecimento e valorização do território Caririense	3,09	4,12	17,53	43,30	31,96	100,00
Conhecimento e valorização do Araripe Geopark	3,09	10,31	20,62	34,02	31,96	100,00
Envolvimento com comunidades indígenas, quilombolas	5,15	19,59	23,71	32,99	18,56	100,00
Desenvolvimento de estudos ambientais diversos	2,06	6,19	24,74	38,14	28,87	100,00
Desenvolvimento do ativismo ambiental (campanhas de conscientização, promoção de ações legais, petições, denúncias etc.)	3,09	15,46	29,90	29,90	21,65	100,00
Práticas de responsabilidade socioambiental por parte das IES	4,12	9,28	22,68	38,14	25,77	100,00
Estatística descritivas do índice						
Média	3,74	Mínimo	1,14	Máximo	5,00	
Coefficiente de variação				23,21		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

Considerando os percentuais dos entrevistados que apontaram indicadores com “quase sempre” e “sempre”, é possível fazer algumas considerações. Nesses quesitos, os indicadores “conhecimento e valorização do território caririense” e “promoção e valorização de atividades culturais” apresentaram mais de 70% das respostas. Isso indica que para os pesquisados, as IES públicas estão envolvidas na realidade cultural e ambiente, dadas as particularidades evidenciadas pelo “território Cariri”.

Os indicadores “incentivo à formação de plateias” e “estímulo ao empreendedorismo sustentável” apresentaram os maiores percentuais no indicativo de que “às vezes” contribuem

para o desenvolvimento territorial, denotando que as IES públicas ainda são deficitárias nesses contextos. Apesar de estarem envolvidas na realidade social, ambiental e cultura, parece haver algum impasse para a efetiva participação delas nesse contexto.

Três indicadores merecem atenção na indicação de “nunca” e “quase nunca”. “Envolvimento com comunidades indígenas, quilombolas” (24,74%), “desenvolvimento do ativismo ambiental (campanhas de conscientização, promoção de ações legais, petições, denúncias etc.) (18,55%)” e “estímulo ao empreendedorismo sustentável” (14,43%) apresentaram percentuais relevantes. Apesar do Cariri ter sua originalidade dos povos indígenas, a Educação Superior parece não apresentar um plano de envolvimento com as comunidades ainda presentes nesse território, conhecer, entender suas demandas e reforçar esse elo com os povos originários é um passo importante para compreensão do povo caririense.

Na escala de contribuição, o índice referente à dimensão ambiental-cultural apontou uma média de 3,74, classificando-o como “alta” contribuição, ou seja, essa dimensão e seus indicadores reforçam a ideia de que as IES auxiliam no processo de ambiente de reflexões sobre as questões da realidade territorial, tendo em vista que os indicadores estão correlacionados à realidade e aspectos do “território Cariri”.

4.3.5 Contribuição para o Desenvolvimento Humano da Educação Superior (CoDH)

O desenvolvimento humano vai de encontro com à formação acadêmica, a socialização do conhecimento reforça o processo de mudança nas ideias, reflexões e pensamento do formado e conseqüentemente da sociedade. Essa dimensão foi pensada com base nos indicadores propostos por Nunes *et al.* (2022), que estudaram o impacto do conhecimento, gerado na Universidade, nas mudanças de hábitos de pensamento necessária ao desenvolvimento regional do Pampa Gaúcho.

Pensando nisso e enfatizando a questão do espaço universitário, Dias Sobrinho (2015, p. 582) ressalta que “é um dos espaços públicos em que privilegiadamente podem e devem vicejar as reflexões, os conhecimentos e técnicas, em clima de normal aceitação das contradições, das diferentes visões de mundo, da liberdade de pensamento e de criação”.

Nessa perspectiva, os indicadores da dimensão desenvolvimento humano buscam captar questões relacionadas à socialização do pensamento adquirida nas IES (Tabela 17). Indicadores como “estímulo à disseminação de novas ideias relacionadas à sua formação”, “estímulo à disseminação de novas ideias, em geral”, “estímulo à conscientização e prática da

cultura da paz” e “fortalecimento das relações interpessoais” foram avaliados como “sempre” contribuindo para o desenvolvimento territorial, apresentando os seguintes percentuais, respectivamente: 39,18%; 35,05%; 32,99% e 31,96%. O que é possível visualizar, a partir desses indicadores, é que a disseminação de novas ideias e o fortalecimento das relações sociais apresentam uma forte relação com a dinâmica regional, ou seja, dadas a reprodução e reflexão nos espaços da sociedade, surge uma nova visão de mundo. Nunes *et al.* (2022) enfatizam que os novos hábitos de pensamento ajudam na construção e transformação da sua comunidade, proporcionando mudanças estruturais na região e quando consolidados, podem levar ao desenvolvimento.

“Incentivo à participação em atividades culturais e de lazer” (35,05%), “cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no âmbito privado” (34,02%), “cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) na sociedade” (34,02%), “cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no ambiente de trabalho” (31,96%), “estímulo ao diálogo e engajamento social” (31,96%) e “estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho” (30,93%) foram indicadores que concentraram a avaliação dos pesquisados como “quase sempre” contribuindo para o desenvolvimento territorial. A socialização do conhecimento, a participação e colaboração de quem está envolvido nas Universidade implicam transformações no meio e na sociedade.

Por outro lado, verificou-se que nos indicadores “estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente familiar” e “estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no círculo de amigos” as respostas dos docentes (34,02% e 30,93%, respectivamente) se concentram, em maior número, na categoria “às vezes”. Dias Sobrinho (2015) ressalva que muitas vezes o conhecimento produzido nas Universidades não torna os indivíduos mais éticos, pois, esse conhecimento está sendo produzido como promotor de competências e habilidades ligadas às demandas da produção e do trabalho. Esse ponto de vista pode estar relacionado aos indicadores mencionados, tendo em vista que as condicionalidades do mercado buscam a inovação, aumento da produtividade e eficiência dos trabalhadores e, às vezes, não acontece a disseminação do conhecimento em ambientes familiares ou grupos de amigos.

Tabela 17 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Desenvolvimento Humano do ICESDT

Indicadores	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase Sempre	Sempre	Total
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente familiar	4,12	12,37	34,02	28,87	20,62	100,00
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho	3,09	13,40	25,77	30,93	26,80	100,00
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no círculo de amigos	4,12	12,37	30,93	26,80	25,77	100,00
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no âmbito privado	7,22	11,34	29,90	34,02	17,53	100,00
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no ambiente de trabalho	3,09	17,53	25,77	31,96	21,65	100,00
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) na sociedade	6,19	11,34	26,80	34,02	21,65	100,00
Fortalecimento das relações interpessoais	5,15	10,31	21,65	30,93	31,96	100,00
Incentivo à participação em atividades culturais e de lazer	3,09	12,37	21,65	35,05	27,84	100,00
Estímulo à disseminação de novas ideias, em geral	3,09	9,28	20,62	31,96	35,05	100,00
Estímulo à disseminação de novas ideias relacionadas à sua formação	3,09	8,25	15,46	34,02	39,18	100,00
Estímulo ao diálogo e engajamento social	5,15	10,31	21,65	31,96	30,93	100,00
Estímulo à conscientização e prática da cultura da paz	3,09	13,40	28,87	21,65	32,99	100,00
Estatística descritivas do índice						
Média	3,67	Mínimo	1,00	Máximo	5,00	
Coefficiente de variação			27,22			

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

É importante destacar que os quesitos de “nunca” e “quase nunca”, conjuntamente, apresentaram pelo menos 10% dos pesquisados atribuindo essa escala nos indicadores da dimensão. Sendo os indicadores com maiores percentuais “cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no ambiente de trabalho” (20,62%), “cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no âmbito privado” (18,56%) e “cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) na sociedade” (17,53%). Esses indicadores estão interligados no aspecto colaborativo e com isso, percebe-se que o ambiente universitário precisa criar esse espaço de sociabilização do conhecimento para outros ambientes.

De modo geral, o que se observou com relação à média (3,67) da dimensão desenvolvimento humano é que os pesquisados atribuíram a classificaram como “alta” contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial. Essa dimensão, apesar de estar no intervalo de “alta”, apresentou o menor índice entre as dimensões analisadas. Nesse contexto, o índice variou de 1,00 a 5,00 e o coeficiente de variação apresentou 27,22%.

4.3.6 Contribuição para o Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional da Educação Superior (CoMTQ)

A construção dessa dimensão foi pensada na intenção de avaliar como a Educação Superior vem contribuindo para as questões do mercado de trabalho e formação profissional. São elencados oito indicadores que buscam captar o efeito da dimensão. Oliveira e Deponti (2016) reiteram o papel das Universidades em um ambiente onde há frequentemente transmissão de informações para o meio. “Espera-se delas a geração de conhecimento, a formação de mão de obra qualificada e, com a educação, o desenvolvimento de uma visão ideológica de inclusão, e não exclusão” (Oliveira; Deponti, 2016, p. 84-85).

O foco da formação em nível superior esteve historicamente relacionado à obtenção de um diploma para obter qualificação profissional, inserir no mercado de trabalho e ter retornos financeiros elevados. Vila (2018) destaca que a produtividade do trabalhador pode estar relacionada à cumulatividade e os retornos do seu investimento em educação, visto através das habilidades que ele adquiriu.

Na opinião dos entrevistados, verificou-se que os indicadores que apresentaram maior concentração de respostas na classificação “sempre” foram “formação de capital humano” (57,73%), “estímulo à demanda por mão de obra com ensino superior” (48,45%) e “desenvolvimento de novas habilidades profissionais” (43,30%). De acordo com Vila (2018), os graduados podem contribuir para o desenvolvimento regional no conjunto de habilidades individuais e na forma como ele influencia a produtividade de outras pessoas nas organizações. Se observarmos os indicadores citados, eles estão fortemente associados uns aos outros. O indivíduo ao ingressar no nível superior tem o intuito de adentrar no mercado de trabalho, buscando auferir rendas elevadas, com o conhecimento adquirido, passa a fazer parte de um grupo envolvido na formação de capital humano.

O mercado está cada vez mais propício a demandar pessoas qualificadas, no intuito de se tornarem mais produtivos e competitivos nos seus segmentos. Inserido nessa dinâmica, os graduados dispõem de novas ideias e conhecimento inovativo que auxiliam na produtividade das empresas. “Uma vez que a educação universitária é concluída, os graduados acessam o mundo do trabalho e continuam a aprender e a desenvolver suas habilidades por intermédio de sua própria atividade profissional” (Vila, 2018, p. 99).

Tabela 18 – Distribuição relativa da avaliação dos pesquisados, referente aos indicadores da Dimensão Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional do ICESDT

Indicadores	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase Sempre	Sempre	Total
Formação de capital humano	1,03	3,09	11,34	26,80	57,73	100,00
Estímulo à demanda por mão de obra com ensino superior	1,03	4,12	16,49	29,90	48,45	100,00
Fortalecimento da renda	2,06	3,09	8,25	47,42	39,18	100,00
Inserção no mercado de trabalho	2,06	2,06	18,56	43,30	34,02	100,00
Elevação no nível de empregabilidade	2,06	1,03	20,62	45,36	30,93	100,00
Desenvolvimento de novas habilidades profissionais	2,06	2,06	12,37	40,21	43,30	100,00
Desenvolvimento da cultura empreendedora	3,09	10,31	27,84	32,99	25,77	100,00
Estímulo à atuação estratégica e inovadora no ambiente de trabalho	3,09	11,34	23,71	26,80	35,05	100,00
Estatística descritivas do índice						
Média	4,06	Mínimo	1,00	Máximo	5,00	
Coefficiente de variação			20,15			

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

O indicador “fortalecimento da renda” foi apontado por 47,42% dos pesquisados como “quase sempre” contribuindo para o desenvolvimento territorial, indicando que a Educação Superior tem peso importante na inserção dos seus acadêmicos no mercado de trabalho, além disso, 39,18% avaliam como indicativo de “sempre” contribui. A avaliação dessas duas classificações conjuntamente mostra que 85,60% dos entrevistados apontam para esse indicador como importante para compreender o efeito da Educação Superior no desenvolvimento. Geralmente esse é o ponto forte ressaltado pelos indivíduos que almejam a inserção no ensino superior, visualizando uma perspectiva de retornos salariais. Com essa visão, Luz *et al.* (2017) ressaltam a importância da Universidade para a maioria dos estudantes que vivem e dependem da renda dos pais, vendo no ensino superior essa perspectiva de retornos financeiros e realização pessoal.

Os indicadores “elevação no nível de empregabilidade” e “inserção no mercado de trabalho” foram apontados por 45,35% e 43,30% dos entrevistados, respectivamente, como “quase sempre” contribuem para o desenvolvimento territorial. Ao estar inserido no ensino superior, os indivíduos almejam adentrar no mercado de trabalho, porém, os setores econômicos precisam estar em constante expansão, possibilitando a inserção dessa população qualificada.

Com relação à “estímulo à atuação estratégica e inovadora no ambiente de trabalho” e “desenvolvimento da cultura empreendedora” é possível destacar a avaliação dos pesquisados

nos itens “nunca” e “quase nunca”, na qual verificou-se que 14,43% e 13,40% apontam esses indicadores com classificações mínimas da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial, nessa dimensão. A atuação no mercado de trabalho ainda é restrita apenas às habilidades e conhecimentos relacionados à formação profissional, isso dificulta o protagonismo dos graduados que buscam inovar nesses ambientes. Deve-se refletir sobre as relações acadêmicas e os ambientes de trabalho, possibilitando a atuação profissional e inovativa.

Com relação às estatísticas descritivas do índice, referente à dimensão mercado de trabalho e qualificação profissional, verifica-se que a média (4,06) do índice, demonstrando que os pesquisados visualizam na Educação Superior essa questão mais voltada ao mercado de trabalho, além da profissionalização de pessoas, onde o índice encontrou-se dentro do intervalo “muito alto”. As estatísticas de mínimo e máximo apontam que o índice variou entre 1,00 a 5,00. E o coeficiente de variação foi de 20,15%.

4.3.7 Considerações sobre o ICESDT

Com a avaliação dada pelos docentes, estruturou-se a Tabela 19, com a distribuição absoluta das dimensões do ICESDT por escala de classificação proposta. Os resultados apontam que a maioria dos docentes (> 75%) classificam que as dimensões propostas se encontram nos níveis “alto” e “muito alto” da escala, permitindo dizer que esse conjunto de dimensões propõem uma avaliação pertinente da relação Universidades e desenvolvimento territorial. O Índice de Contribuição para o Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional (CoMTQ) apresentou a melhor concentração (alto e muito alto) representando um total de 89 (91,75%), ou seja, na avaliação dos pesquisados a contribuição das IES para o desenvolvimento territorial se dá, em níveis alto e muito alto, pelo conjunto de indicadores relacionados ao mercado de trabalho e qualificação profissional. Pode-se inferir que, para os entrevistados, a Educação Superior possui um efeito positivo sobre o mercado de trabalho e qualificação profissional, peso esse que pode estar ligado ao território.

Os índices que foram avaliados por mais de 50% dos pesquisados, avaliando como nível de contribuição “muito alto” foram os que fazem referência à “contribuição para formação político-cidadã” com 51,55% e “contribuição científica-inovativa-extensionista” com 50,52%. Indicando que a importância da Educação Superior sobre o desenvolvimento está relacionada às funções básicas das IES (ensino, pesquisa e extensão) e ao exercício cidadão, ou seja, seu posicionamento diante das questões sociais, políticas e ambientais.

Tabela 19 – Distribuição absoluta da avaliação dos pesquisados, referente às dimensões do ICESDT

Escala de Classificação	ÍNDICES					
	CoRe	CoCIE	CoPC	CoAC	CoDH	CoMTQ
Muito baixo	0	0	0	0	0	1
Baixo	5	2	2	6	6	2
Intermediário	10	10	11	12	17	5
Alto	35	36	34	40	35	41
Muito alto	47	49	50	39	39	48
Total	97	97	97	97	97	97

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

O que se observa no papel exercido pelas IES é que, sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, ela não impacta apenas sobre a questão do conhecimento, mercado de trabalho e no ambiente regional, sua contribuição vai além do espaço geográfico onde estão suas instalações físicas, a transformação da sociedade, as modificações urbanas e regionais, a socialização do conhecimento, o enfrentamento de questões sociais, políticas e ambientais podem se configurar como importantes impactos exercidos pelas instituições.

A matriz de dimensões e indicadores possibilitou a construção do Índice de Contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial (ICESDT). Pensando no desenvolvimento territorial por várias dimensões, buscou-se verificar a contribuição da Educação Superior em várias vertentes. Cada uma das dimensões foi avaliada pelo seu conjunto de indicadores, com isso, a Tabela 20 dispõe sobre o ICESDT.

O índice geral e de cada dimensão foi classificado através da média, em um intervalo que variava de 0 a 5. A dimensão mercado de trabalho e formação profissional foi a única que se classificou no intervalo de “muito alto”, com índice de 4,06. As demais dimensões foram classificadas com “alta” contribuição, em ordem decrescente: formação político-cidadã (3,92), regional (3,91), científica-inovativa-extensionista (3,91), ambiental-cultural (3,74) e desenvolvimento humano (3,67).

Por meio da avaliação das IES públicas avaliadas no CRAJUBAR, percebe-se que elas contribuem de várias formas, principalmente para o mercado de trabalho e qualificação profissional, como foi visto através dessa dimensão. Além disso, proporciona transformações na estrutura das cidades, influenciando a dinâmica regional, promove transformações na disseminação do conhecimento, seja pelo ensino, pesquisa e extensão, possibilita a mudança na forma de pensar e se posicionar sobre questões sociais e tem impacto sobre a formação cidadã.

Tabela 20 – Dimensões e estatísticas descritivas do ICESDT

Dimensões				Valor
Contribuição Regional				3,91
Contribuição Científica-Inovativa-Extensionista				3,91
Contribuição para a Formação Político-Cidadã				3,92
Contribuição Ambiental-Cultural				3,74
Contribuição para o Desenvolvimento Humano				3,67
Contribuição para o Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional				4,06
Índice de Contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial				
Média	3,86	Mínimo	1,33	Máximo 5,00
Coeficiente de variação				19,39

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2024).

O índice geral (3,86) permite dizer que as IES públicas têm uma alta contribuição para o desenvolvimento territorial do CRAJUBAR, avaliada por seis dimensões. Apesar desse indicativo, é preciso refletir sobre o papel exercido por essas instituições. Seja no regional, local ou territorial, as IES promovem impactos significativos no processo de desenvolvimento das cidades, transformações que muitas vezes não são visualizadas pela comunidade ou poder público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Minha Universidade, Meu Território” propôs uma reflexão pertinente sobre duas questões bem presentes na atualidade. A relação que existe entre as IES sobre o desenvolvimento territorial. A educação, em todos os seus níveis, passou a ser um fator importante para o desenvolvimento dos países, a melhoria na qualidade do ensino, a possibilidade de expansão educacional e a teorização de que os investimentos em educação proporcionam o almejado desenvolvimento, impulsionaram a adoção desses investimentos pelos países. A Educação Superior vem demonstrando ser um importante meio de contribuição para o desenvolvimento das cidades, regiões e territórios, seu nível de contribuição vai além das transformações no espaço e nas dinâmicas urbanas.

Com isso, o estudo estabeleceu como objetivo analisar as contribuições das IES públicas para o desenvolvimento territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR. A escolha pelo CRAJUBAR, na região do Cariri, vai de encontro com as particularidades que existem nesse território, tido como um espaço diferenciado no meio do semiárido nordestino. Além disso, um espaço no qual a Educação Superior vem se consolidando como importante mecanismo de transformação territorial.

A diversificação de IES no CRAJUBAR define esse espaço como um polo de Educação Superior, com instituições públicas e privadas que possibilitam a oferta de inúmeros cursos de graduação e pós-graduação, pesquisas e atividades relacionadas a comunidade, possibilitando uma relação positiva com o meio onde está inserida.

A criação de um índice de contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial ajuda a integrar o conjunto de estudos voltados as temáticas econômicas e regionais. Geralmente, o que tem se observado nessa linha de estudos é o viés econômico adotado para tal abordagem, visualizando apenas o aporte financeiro que as instituições promovem sobre a regiões. A visão desenvolvimento territorial coloca em questão várias vertentes de impacto e contribuição da Educação Superior, nesse caso, adotou-se um conjunto de seis dimensões (regional, científica-inovativa-extensionista, político-cidadã, ambiental-cultural, desenvolvimento humano e, mercado de trabalho e qualificação profissional) subdivididos com vários indicadores que se relacionam com o desenvolvimento e o território.

As dimensões e indicadores proposto nesse estudo estão em consonância com a realidade do território, podendo assim ser adaptada para outras realidades. O que foi possível obter de considerações é que a Educação Superior no CRAJUBAR tem se configurado como importante para o desenvolvimento territorial. O ponto de vista dos especialistas e,

posteriormente, dos pesquisados (docentes) sobre os indicadores ajudaram a compreender que a Educação Superior vem transformando e modificando a estrutura territorial do CRAJUBAR, apesar desse estudo não realizar uma abordagem *ex ante* e *ex post*, ele agrega uma visão ampla da questão universitária, podendo ser reforçado com novos estudos utilizando tal abordagem.

Com relação aos resultados, foi visto que a Educação Superior (IES públicas) tem um “alto” nível de contribuição para o desenvolvimento territorial do CRAJUBAR, visto pelo índice de 3,86. A dimensão referente ao mercado de trabalho e qualificação profissional foi a única que se classificou com nível “muito alto” de contribuição. Essa visão reforça questões relacionadas ao contexto da Educação Superior voltando-se para o mercado de trabalho, ou seja, ainda é possível perceber que esse nível de ensino está relacionado à ascensão profissional e emergência para a inserção no mercado de trabalho.

As demais dimensões se classificaram em um nível de “alta” contribuição, permitindo avaliar que o conjunto de dimensões tem alto impacto no desenvolvimento territorial. A Educação Superior tem impacto nas questões regionais, especialmente na demanda por setores econômicos, como comércio, serviços e mercado imobiliário. Assim, percebe-se que as IES públicas promovem dinamização na demanda pelo comércio, demanda por serviços e modifica a infraestrutura do território, o contingente de recursos financeiros promovido pelas instituições educacionais geram transbordamentos em diversos setores econômicos, se tornando uma importante fonte de contribuição para o regional.

Na dimensão científica-inovativa-extensionista verificou-se que as funções básicas das Universidades ainda se configuram como relevantes para o território, a oferta de cursos de graduação e pós-graduação apresentam uma ligação forte com as questões do território e as demandas locais, além das pesquisas e atividades de extensão que interagem com o local, regional, social, econômico, político, ambiental e cultural.

Ao criar as dimensões sobre formação político-cidadã e desenvolvimento humano, pensou-se em refletir sobre o papel da Universidade na mudança de pensamentos, no posicionamento sobre questões sociais e na socialização do conhecimento. O que se observou com os indicadores é que há questões que o conhecimento pensado dentro da Universidade é externalizado para os demais espaços, inclusive pela visão de pertencimento com o território. Ao desenvolvimento humano, o peso de indicadores relacionados à socialização do conhecimento ajuda na percepção de que a Universidade propõe um espaço de transformação individual e social que transborda para a mudança na perspectiva do local e territorial.

Pensar na perspectiva ambiental e cultural vai de encontro com as novas configurações mundiais, ao perceber que a abordagem sobre meio ambiente precisa ser revista e pensada com novas implicações. Nesse sentido, as instituições precisam rever suas práticas ambientais e culturais, agregando-as ao ambiente universitário. Trazer para a Universidade a preocupação com meio ambiente e preservação com a cultura local faz parte do conjunto de pensamentos sobre a dinâmica territorial, especialmente, pelo contexto local e regional que o CRAJUBAR possui com a biodiversidade e as particularidades culturais que exprime em seu território.

A mensuração realizada pelo índice é um ponto de partida importante para compreensão das dinâmicas territoriais e as transformações que a Educação Superior pode exprimir. A construção de um índice para avaliar a contribuição da educação superior para o desenvolvimento possibilitou a reunião de um conjunto de indicadores relevantes para a questão territorial, além de agregar os estudos que envolvem essa relação. Boa parte dos estudos utilizam abordagens voltadas aos aspectos econômicos de impacto dessas instituições, porém, é preciso reforçar a abrangência de outros elementos que se configuram como importantes para a questão do desenvolvimento, dessa forma, o conjunto de indicadores e dimensões desse estudo possibilitam visualizar a amplitude do impacto que a educação superior e as IES podem promover nos territórios que estão instalados e se instalando.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Elídia Clara. O Bestiário Nordestino na Arte da Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto. **O público e o privado**, v. 1, n. 2 jul. dez, p. 129-141, 2003.
- ALONSO, José Antonio; LAMATA, Maria Teresa. *Consistency in the Analytic Hierarchy Process: a new approach*. International Journal of Uncertainty, Fuzziness and Knowledge-Based Systems, v. 14, n. 4, p.445–459, 2006.
- ALVES, Christiane Luci Bezerra. **Responsabilidade Socioambiental: uma avaliação do setor de cerâmica na região metropolitana do Cariri–Ceará**. 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio ambiente em associação plena em rede das instituições (FUFPI, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, FUFS, UESC-BA), Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2017.
- ALVES, Jorge Amaro Bastos. **Impacto socioeconômico da universidade numa visão da economia do conhecimento: estudo de caso do campus Canoinhas da Universidade do Contestado-UNC**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Canoinhas: Universidade do Contestado, 2010.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas**, n. 23, 2001.
- ANDRADE, Fagner José de. “**É tudo milagre do padrinho**”: **materialidades sacralizadas na cidade santuário de Juazeiro do Norte-CE**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2020.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Atlas, 1964.
- ARAÚJO, Maria de Lourdes. **A cidade do Padre Cícero: trabalho e fé**. Tese de Doutorado. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2005.
- ARAÚJO, Rodrigo da Cruz de. Análise sobre a monocultura de soja e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia com base na teoria do Desenvolvimento Endógeno. **Economia e Desenvolvimento**, 2014.
- BARROSO, Oswald. Reisado: um patrimônio da Humanidade. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca Moraes da (orgs). **CULTURA, POLÍTICA E IDENTIDADES: CEARÁ EM PERSPECTIVA**. Fortaleza, 2014.
- BATISTA, Célio Augusto Alves; BATISTA, Halley Guimarães. Breve história dos municípios do Cariri cearense: fatos e dados. **Fortaleza: INESP**, 2020.
- BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **GeoTextos**, 2015.
- BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.

BONENTE, Bianca Imbiriba; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Há uma nova economia do desenvolvimento? **Revista de Economia**, v. 34, n. 1, 2008.

BORBA, Pricila Cardoso. **Contribuições de uma IES pública no desenvolvimento social da região da AMESC na percepção de seus egressos**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, SC, 2020.

BORDIGNON, Luciane Spanhol. A Universidade de Passo Fundo e o desenvolvimento regional. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 2, n. 2, p. 32-47, 2016.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. **Gestão universitária: os caminhos para a excelência. Porto Alegre: Penso**, p. 19-42, 2013.

BOUDEVILLE, Jacques-R. *Les spaces économiques*. Press Universitaires de France, Paris, 1970

BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador, **Editora da UFBA**, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual de Desenvolvimento de Projetos Turísticos de Geoparques no Brasil** / Brasil. Ministério do Turismo. Brasília-DF, 2022.

BRASIL. **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: janeiro de 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brevíssima história da teoria do desenvolvimento: de Schumpeter e Prebisch ao novo desenvolvimentismo. **TEXTO PARA DISCUSSÃO**, 554, 2021.

_____. O conceito histórico de desenvolvimento econômico revisitado. 2022. Disponível em <bresserpereira.org.br>. Acesso em: fevereiro de 2023.

BUGELLI, Alexandre Hamilton; PIRES, Júlio Manuel. Uma revisão da Teoria de Estagnação de Celso Furtado e a crise econômica dos anos 1960. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 9, p. 19-41, 2011.

CALDARELLI, Carlos Eduardo; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da; PERDIGÃO, Claudia. Instituições de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses. **Planejamento e políticas públicas**, n. 44, 2015.

CALDARELLI, Carlos Eduardo *et al.* Instituições, desenvolvimento e contribuição para a formação de capital humano: o caso da Universidade Estadual de Londrina (UEL). In:

RAIHER, Augusta Pelinski (Org.). **As universidades estaduais e o desenvolvimento do Paraná. Ponta Grossa: UEPG**, p. 135-163, 2017.

CANDIDO, Roberto *et al.* Método Delphi—uma ferramenta para uso em Microempresas de Base Tecnológica. **Revista da FAE**, v. 10, n. 2, 2007.

CEARÁ. LEI 13.351, DE 22.08.03 (D.O. DE 25.08.03): **Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará (RMCTP-CE) e dá outras providências**. 2003. Disponível em <<https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/3346-lei-13-351-de-22-08-03-d-o-de-25-08-03>>. Acesso em 29 de dezembro de 2023.

CEARÁ. Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). **Confira a programação da SDA na Expocrato 2023**. Disponível em <<https://www.sda.ce.gov.br/2023/07/10/confira-a-programacao-da-sda-na-expocrato-2023/>>. Acesso em 08/01/2024.

CHAGAS, Antonio Rubens Soares. 15 anos de Faculdade de Filosofia. **Revista A Província**, n. 5, jun./dez., 1993.

CHIARINI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira. Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. **Revista Brasileira de Economia**, v. 66, p. 117-132, 2012.

CHIARINI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira; ZORZIN, Paola La Guardia. Universidades federais mineiras: análise da produção de pesquisa científica e conhecimento no contexto do sistema mineiro de inovação. **Nova Economia**, v. 22, p. 307-332, 2012.

CICHOSKI, Pamela; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. Universidade, território e participação social. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 17, n. 45, p. 24-53, jun. 2022.

CORDEIRO, Rosemary de Matos. **As aglomerações produtivas de calçados, folheados e de jóias do CRAJUBAR (CE): formação, produção, trabalho, implicações socioespaciais**. Tese de Doutorado. (Doutorado em Geografia). UNESP, Rio Claro, SP, 2015.

CORREIA, Vanessa Petrelli. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Regional, Urbano e Ambiental**, IPEA, 2009.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960). 2000**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000

COSTA, Helder Gomes. Introdução ao método de análise hierárquica: análise multicritério no auxílio à decisão. **Niterói: HGC**, 2002.

COSTA, Tiago da; ALPERSTEDT, Graziela Dias; ANDION, Carolina. Dimensões da abordagem territorial do desenvolvimento: uma proposta conceitual. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, 2021.

CRUZ, Rossini. Marcos teóricos para a reflexão sobre as desigualdades regionais-uma breve revisão da literatura. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 3, 2009.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; FERREIRA NETO, José Olímpio. Tesouros Humanos Vivos: Os Mestres da Cultura Cearense. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca Moraes da (orgs). **CULTURA, POLÍTICA E IDENTIDADES: CEARÁ EM PERSPECTIVA**. Fortaleza, 2014.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. A expansão do ensino superior e as cidades médias: um estudo sobre a atuação da UERN/Campus de Pau dos Ferros (RN). **Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro**, v. 1, n. 2, p. 227-236, 2014.

DALLABRIDA, Valdir Roque *et al.* Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Guaju**, v. 7, n. 1, p. 8-80, 2021.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, 2020.

DE SÁ, Susanne Xavier; BARBALHO, Alexandre Almeida. Festa de Santo Antônio, de Barbalha-CE-Patrimônio Imaterial. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 1, n. 03, p. 463-513, 2011.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 20, p. 581-601, 2015.

DINIZ, Clélio Campolina; VIEIRA, Danilo Jorge. Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 36, n. 129, p. 99-115, 2015.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O Ensino Superior no Brasil: público e privado** São Paulo, Nupes-usp. 2003.

EGLER, Claudio A. G. et al. Bases conceituais da rede urbana brasileira: análise dos estudos de referência. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: Ipea, 2011.

FARIA, Daniela Girio Marchiori *et al.* Aplicação do Processo de Análise Hierárquica (AHP) no mapeamento de risco associado a escorregamentos no Município de São José dos Campos-Sp. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 68, n. 9, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FERNANDES, Jefferson Santos. **A geografia das redes de serviços de saúde no Cariri cearense**. 2020. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE. 2020.

FLORENCIO, Lourdes Rafaella Santos. **Faculdade de Filosofia do Crato-FFC: representações sobre a interiorização do ensino superior**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE. 2012.

FREIRE, Heronilson Pinto; HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de. A expansão do ensino superior nas cidades médias do nordeste brasileiro. In: SILVA, Rejane Maria Gomes da; HOLANDA, Virgília Célia Cavalcante de. (Orgs.). *A expansão do ensino superior em debate – Sobral: Edições UVA, Ed. Sertão Cult*, 2018.

FREITAS, Ruskin. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Revista Humanae**, v. 4, n. 1, 2010.

FURTADO, Celso. A superação do subdesenvolvimento. **Economia e sociedade**, v. 3, n. 1, p. 37-42, 1994.

GARCIA, R. de C. et al. Efeitos da interação universidade-empresa sobre a inovação e o desenvolvimento regional. SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, AP. **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: **Ideia D**, p. 189-214, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. A geografia do ethos capitalista no Cariri cearense. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 223, p. 69-80, 2006.

HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

HOFF, Débora Nayar; PEREIRA, Camila Amaral; PAULA, Luis Gustavo Nascimento de. O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 1, p. 510-527, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de influência das cidades*: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. *Panorama das Cidades*: 2022. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em abril de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). (2020). **Perfil Básico Municipal**. IPECE. Fortaleza, Brasil. Disponível em <<http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml>>. Acesso em: fevereiro de 2023.

_____. (2018). **Perfil Básico Municipal**. IPECE. Fortaleza, Brasil. Disponível em <<https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2017/>>. Acesso em fevereiro de 2023.

_____. (2024). **IPECEDATA**. Sistema de Informações Geossocioeconômicas do Ceará Disponível em <<http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml>>. Acesso em fevereiro de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). **Aprovado primeiro mestrado do IFCE no Cariri**. Disponível em <<https://ifce.edu.br/juazeirodonorte/noticias/aprovado-primeiro-mestrado-do-ifce-no-cariri>>. Acesso em 01/02/2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em fevereiro de 2023.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2022**. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em dezembro de 2023.

JACOBI, Pedro Roberto; VALDANHA NETO, Diogenes; NETTO, Anna Luisa Abreu. Universidade face às questões ambientais: reflexividade e formação de novos profissionais. **Revista NUPEM**, v. 12, n. 27, p. 78-93, 2020.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. 2010.

KAYO, Eduardo Kazuo; SECURATO, José Roberto. Método Delphi: fundamentos, críticas e vieses. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 1, n. 4, p. 51-61, 1997.

KEMPTON, Louise. Solução milagrosa ou o ouro dos tolos. O papel das universidades nos sistemas regionais de inovação. In: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula. **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva - Rio de Janeiro: Ideia D**, p. 53-82, 2018.

KRAJEVSKI, Luis Claudio. Universidade e desenvolvimento regional: a experiência da UFFS. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 1, p. 175-196, 2021.

LEINEKER, M. S. L. **O direito à educação infantil do campo no município de Pinhão: ponto e vista das famílias**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas implicações de política econômica no Pós-Guerra: o caso do Brasil**. In: Texto para discussão; 358, 33p. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

LIMA JÚNIOR, Francisco do O' de. **Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2014.

LIMA JÚNIOR, Francisco do O' de; FEITOSA, Douglas Rodrigues; ALVES, Denis Fernandes. Produção e gestão do espaço urbano regional: as constituições dadas pelo Geopark Araripe no estado do Ceará, Brasil. **Acta Geográfica**, v. 11, n. 25, p. 185-202, 2017.

LIMA, Karla Kellem de; LIMA, Tereza Cristina Medeiros Pinheiro de; PASQUALETTO, Antônio. Desenvolvimento Regional: as Instituições de Ensino Superior (IES) e a Interação com o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 1, n. 1, p. 37-55, 2015.

LOPES, Breno de Abreu. Sobral e seu espaço urbano e regional: repercussões do ensino superior na cidade de Pacujá-Ceará. In: SILVA, Rejane Maria Gomes da; HOLANDA, Virgília Célia Cavalcante de. (Orgs.). **A expansão do ensino superior em debate – Sobral: Edições UVA, Ed. Sertão Cult**, 2018.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2001. 147 f.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA. 2001.

LUZ, A. S.; BRIZOLLA, F.; GARCIA, C.A.X. A contribuição da universidade pública para o desenvolvimento da sociedade brasileira: o caso da Universidade Multicampi na região do Pampa Gaúcho. **Jornal de Políticas Educacionais, Paraná**, v. 11, n. 11. 2017.

MACEDO, Fernando César de; LIMA JUNIOR, Francisco do Ó. de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. Dinâmica econômica e rede urbana cearense no início do século XXI. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 1, p. 70-93, 2012.

MAIA, Joseli Andrades; STROHAECKER, Tânia Marques. Contribuições da expansão das instituições de ensino superior na formação de centralidades e polos de crescimento no Rio Grande do Sul: uma análise do seu alcance espacial. In: MACEDO, Fernando Cezar de *et al.*, Jorge (Orgs). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI – Brasília: IPEA**, 2022.

MANÉIA, Arismar. A responsabilidade ambiental da Universidade na formação humana. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 274-282, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. - São Paulo: **Atlas**, 2003.

MARI, Cezar Luiz de; GRADE, Marlene. Universidade, Conhecimento e Cidadania. **Imagens da Educação**, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2011.

MARINS, Cristiano Souza; SOUZA, Daniela de Oliveira; BARROS, Magno da Silva. O uso do método de análise hierárquica (AHP) na tomada de decisões gerenciais—um estudo de caso. **Xli Sbpo**, v. 1, p. 49, 2009.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Método DELPHI: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. **Pro-Posições**, v. 29, p. 389-415, 2018.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 04-06, 2002.

MARTINS, Fernanda Genova; COELHO, Leandro dos Santos. Aplicação do método de análise hierárquica do processo para o planejamento de ordens de manutenção em dutovias. **Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas**, n. 1, p. 65-80, 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: **Expressão Popular**, p. 217-227, 2009.

MELLO, Pedro Carvalho de. Uma visão comparativa do conceito de desenvolvimento econômico de Furtado com as teorias recentes. **História e economia**, v. 2, n. 1, p. 107-134, 2006.

MYRDAL, Gunnar. *Economic theory and under-developed regions*. Gerald Duckworth & CO. LTD: London, 1957.

MONASTERIO, Leonardo; CAVALCANTE, Luis Ricardo. Fundamentos do pensamento econômico regional. **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: **Ipea**, p. 43-77, 2011.

MOURA-FÉ, Marcelo Martins de. GeoPark Araripe e a geodiversidade do sul do Estado do Ceará, Brasil. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 2, n. 1, p. 28-37, 2016.

NASCIMENTO, Diego Coelho do. **Ser-Tão “metropolitano”: especialidade e institucionalidade na Região Metropolitana do Cariri**. 262 f. 2018. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia). UFPE, Recife. 2018.

NASCIMENTO, Ives Romero Tavares do. **A Expansão da Educação Superior como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso da Universidade Federal do Cariri**. 2018. 266 f. 2018. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Administração). UFBA, Salvador. 2018.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom *et al.* (Orgs). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. IPEA, 2016.

NUNES, Ana Alzira Mendez; HOFF, Debora Nayar; VIANA, João Garibaldi Almeida. Universidade e desenvolvimento: o conhecimento como indutor de mudança institucional na região do Pampa. In: MACEDO, Fernando Cezar de *et al.*, (Orgs). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI – Brasília: IPEA**, 2022.

NUNES, A. A. M. **Universidade e desenvolvimento: o transbordamento de conhecimento como indutor da mudança institucional**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio Italcly de; PEREIRA, Michelly Matos; COSTA, Celme Torres Ferreira da. Diagnóstico de canteiros de obras situados na conurbação Crajubar no Cariri cearense. **REEC-Revista Eletrônica de Engenharia Civil**, v. 14, n. 2, 2018.

OLIVEIRA, Livia. A Geodiversidade no Brasil e os Geossítios. 2022. Disponível em < <https://igeologico.com.br/a-geodiversidade-no-brasil-e-os-geossitios/>>. Acesso em abril de 2024.

OLIVEIRA, Nilton Marques. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional Revising classical regional development theories. **Informe Gepec**, v. 25, n. 1, p. 203-219, 2021.

OLIVEIRA, Vinícios Gonchoroski de; DEPONTI, Cidonea Machado. A contribuição das universidades para o desenvolvimento regional: um estudo a partir da visão schumpeteriana de inovação e de desenvolvimento econômico. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, p. 75-88, 2016.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005.

PERROUX, François. *A Economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.

PIMENTA, Lianne Borja et al. Processo Analítico Hierárquico (AHP) em ambiente SIG: temáticas e aplicações voltadas à tomada de decisão utilizando critérios espaciais. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 407-420, 2019.

PINHEIRO, C. H. L. **Percepções e Trajetórias Docentes**: mobilidade no contexto da interiorização e expansão do ensino superior público no estado do Ceará. Tese (DOUTORADO) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2013.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Ed. fac-similar – 296p, Fortaleza: FWA, 1950.

PINHEIRO, Valéria Feitosa. **Percepção ambiental e consumo de produtos agroecológicos no município de Crato - Ceará, Brasil**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ. 2023.

PIRES, I. J. B. **A pesquisa sob o enfoque da Estatística**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: **Feevale**, 2013.

QUEIROZ, Ivan da Silva. A ascensão metropolitana do aglomerado CRAJUBAR: limites e tendências da dinâmica urbana contemporânea no Cariri cearense. **Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia-ISSN 2358-5293**, v. 1, n. 1, 2014.

QUEIROZ, Ivan da Silva. **A metrópole do Cariri: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do Crajubar**. Tese de Doutorado. (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), UFPE, Recife, PE, 2013.

QUEIROZ, Silvana Nunes de. **Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense**. 2013. Tese de Doutorado. (Doutorado em Demografia). UNICAMP, Campinas, SP, 2013.

QUEIROZ, Z. F. **Em Cada Sala um Altar, em Cada Quintal uma Oficina: o tradicional e o novo na história da educação tecnológica no Cariri Cearense**. Fortaleza: Edições UFC, 2008. v. 1. 403p.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**, v. 1, p. 17-35, 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Immagini e identità territoriali*. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. *Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento*. Torino: IRES, 2003. p.3-11.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O meio do mundo: território sagrado em Juazeiro do Padre Cícero**. 2014.

RECHE, Daniella; CAMPOS, Heleniza Ávila. O Processo de estruturação socioespacial de pequenas cidades no contexto regional de inserção da Universidade Federal da Fronteira Sul. In: MACEDO, Fernando Cezar de *et al.* (Orgs). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI – Brasília: IPEA**, 2022.

REIS JÚNIOR, Darlan de Oliveira. A região como artefato: o Cariri na segunda metade dos Oitocentos. **Cadernos de História**, v. 17, n. 27, p. 342-367, 2016.

RIBEIRO, Maria Celeste de Carvalho Ressiguiier; ALVES, Alex da Silva. Aplicação do método Analytic Hierarchy Process (AHP) com a mensuração absoluta num problema de seleção qualitativa. **Sistemas & Gestão**, v. 11, n. 3, p. 270-281, 2016.

RODRIGUES, Luís Carlos Batista; FAÇANHA, Antonio Cardoso. O ensino superior e a (re) produção do espaço urbano em Teresina-PI. In: SILVA, Rejane Maria Gomes da; HOLANDA, Virgília Célia Cavalcante de. (Orgs.). **A expansão do ensino superior em debate – Sobral: Edições UVA, Ed. Sertão Cult**, 2018.

RODRIGUES, Waldecy; SANTOS, Nayara Silva. Desenvolvimento territorial no Brasil: uma análise a partir da concepção teórica de Karl Polanyi. **Interações (Campo Grande)**, v. 19, p. 119-135, 2018.

ROLIM, Cássio. Índice de inserção regional das instituições de ensino superior. In: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula. **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva - Rio de Janeiro: Ideia D**, 2018 p. 53-82, 2018.

ROLIM, Cássio; KURESKI, Ricardo. Impacto econômico de curto prazo das universidades estaduais paranaenses-2004. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 112, p. 111-130, 2007.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, 2009.

ROZADOS, Helen Frota. O uso da técnica Delphi como alternativa metodológica para a área da Ciência da Informação. **Em Questão**, v. 21, n. 3, p. 64-86, 2015.

SAATY, T. L. 1990. How to make a decision: The analytic hierarchy process. *European Journal of Operational Research*, 48: 9-26

SALES, Alexandre. Patrimônio Paleontológico Cearense: a paleontologia e seus fósseis. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca Moraes da (orgs). **CULTURA, POLÍTICA E IDENTIDADES: CEARÁ EM PERSPECTIVA**. Fortaleza, 2014.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. NUPES–Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP–Universidade de São Paulo. **Documento de trabalho**, v. 8, 1991.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa**, 5 ed., v. 2, 2013.

SANFELIU, C. B. La inserción de la universidad em la estrutura y forma urbana, el caso de la Universitat de Lleida. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 14, n. 381, p. 1-25, nov. 2011.

SANTANA, Walas Wedel Martins de, *et al.* Economia terciária nas cidades médias do estado do Ceará, Brasil: evolução e concentração. **Economia e Desenvolvimento**, v. 32, 2020.

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SANTOS, Flávia Ferreira. **Análise de Investimentos em AMT (Advanced Manufacturing Technology): uso de um modelo multicriterial–AHP (Analytic Hierarchy Process)**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Faculdade de Engenharia da UFMG. Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Rudney Aminadab. Teoria do capital humano: uma análise do caso brasileiro. **Análise–Revista de Administração da PUCRS**, v. 19, n. 2, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 73-94, 2009.

_____. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 19, n. 1, p. 5-15, 2011.

_____. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. **Informe Gepec**, v. 23, p. 25-39, 2019.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, p. 291-312, 2008.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Cadernos Ebape. Br**, V. 4, p. 01-15, 2006.

SILVA, Cicera Tayane Soares da. As políticas do patrimônio imaterial e seus impactos nos grupos da cultura popular na Festa de Santo Antônio em Barbalha/CE. **Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 8, n. 14, p. 1-23, 2021.

SILVA, Iago Luiz da; TATSCH, Ana Lúcia; RUFFONI, Janaina. A política de expansão do ensino superior e técnico no Rio Grande do Sul e suas contribuições para o fortalecimento do sistema de inovação gaúcho. In: MACEDO, Fernando Cezar de *et al.* (Orgs). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI – Brasília: IPEA**, 2022.

SILVA, Jersone Tasso Moreira; CABRERA, Pablo Assumpção Luna; TEIXEIRA, Luiz Antônio Antunes. Aplicação do método de análise hierárquica no processo de tomada de decisão: um estudo com o empreendedor agrícola da região de Divino/MG. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 1, n. 14, p. 19-30, 2006.

SILVA, Jéssica Soares. **Entre toadas, leis e cachês: as práticas das bandas cabaçais do Cariri cearense e as ressignificações do conceito de culturas populares. 2011. 96f.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE. 2011.

SILVA, Jorge Antonio Santos; SILVA, Ozana Rebouças. Políticas públicas de Educação Superior e desenvolvimento local: as transformações no município de Cachoeira (BA) após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 24, núm. 2, 2019.

SILVEIRA, María Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro - 2011.**

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Oito observações para se pensar teórica e metodologicamente o desenvolvimento regional: uma contribuição ao debate. In: **Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional**. SILVA, Rogério Leandro Lima da et al. (organizadores). - 1. ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 36. 2020.

SOUSA, Nara Rúbia Ferreira; LINO, Maria Adjayne de Lima; MOURA-FÉ, Marcelo Martins de. Geoturismo no GeoPark Araripe, Ceará: geografia, limitações e potencialidades. **Turismo, Sociedade & Território**, v. 5, n. 1, 2023.

SOUSA, Raimunda Aurília Ferreira de. **Os serviços de ensino superior e sua importância na trajetória de influência urbano-regional de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha–Ceará.** Tese (DOUTORADO) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

SOUZA, José Geraldo de. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 1, 1996.

SOUZA, Ronie Cleber de. A Expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil e o desenvolvimento regional: o caso de Pau dos Ferros-RN. In: MACEDO, Fernando Cezar de *et al.* (Orgs). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI – Brasília: IPEA**, 2022.

SULIANO, Daniele Cirilo. **Expansão e interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC): avaliação das repercussões educacionais e sociais**. Dissertação (MESTRADO) – Mestrado Profissional em Política Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2013.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: SOUSA, C. M. *et al.* (Orgs.). **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações): vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana; SANTOS, Nelson Afonso Garcia. Contradições do desenvolvimento regional no Brasil: formação do território e inserção internacional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, 2022.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações (Campo Grande)**, v. 11, p. 137-148, 2010.

VIEIRA, Danilo Jorge. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional?. MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antonio (orgs.). **Desenvolvimento Regional no Brasil**, p. 277-305. 2017.

VIEIRA, Danilo Jorge; MACEDO, Fernando Cezar de. Crescimento e configuração regional do sistema de ensino superior brasileiro no século XXI. In: MACEDO, Fernando Cezar de *et al.*, (Orgs). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI – Brasília: IPEA**, 2022.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional—uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, 2012.

VIEIRA, Lincoln. **Alece celebra nesta sexta os 208 anos da Banda Cabaçal, dos irmãos Aniceto**. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Fortaleza, 01/06/2023. Disponível em <<https://www.al.ce.gov.br/noticias/alece-celebra-nesta-sexta-os-208-anos-da-banda-cabacal-dos-irmaos-aniceto>>. Acesso em 28 de dezembro de 2023.

VIEIRA, Sofia Lerche; NOGUEIRA, Jaana Flávia Fernandes. Reformas da Educação Superior no Brasil: tempo (s) e movimento (s). **Revista lusófona de educação**, v. 35, n. 35, 2017.

VIEIRA, Magda Alves. **Acesso ao ensino superior no Ceará: a contribuição do Instituto Federal**. Dissertação (MESTRADO) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, 2018.

VILA, Luis E. Abordagens micro e macro para o papel das universidades no desenvolvimento regional. In: SERRA, Maurício; ROLIM, Cássio; BASTOS, Ana Paula. **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva - Rio de Janeiro: Ideia D**, 2018 p. 53-82, 2018.

VILAS BOAS, Mariana; BRILHA, José Bernardo; LIMA, Flavia Fernanda de. **Conservação do patrimônio paleontológico do Geopark Araripe (Brasil):** enquadramento, estratégias e condicionantes. 2013.

VITAL, J. V.; BERTOLINO, A. R.; FONSECA, I. G. da . Metodologia da amostragem para o cálculo de capacidade dos setores ATC. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA OPERACIONAL DA MARINHA, 12., 2009, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2025**. 2021. Disponível em <<https://www.ufca.edu.br/instituicao/administrativo/planejamento-e-orcamento/pdi/pdi-ufca-2025/>>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **Portal Institucional**. Disponível em < <https://www.ufca.edu.br/>>. Acesso em janeiro de 2024.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA). **Portal Institucional**. Disponível em <<http://www.urca.br/portal2/>>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **URCA EM NÚMEROS**. 2021. Disponível em < <http://www.urca.br/proplan/urca-em-numeros/>>. Acesso em janeiro de 2024.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA METODOLOGIA DO MÉTODO DELPHI
APLICADO JUNTO AOS ESPECIALISTAS**



**UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA –
PPGERU**

(Questionário especialistas) Dimensões e indicadores da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR

(Subsídio para realização de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana - Universidade Regional do Cariri)

Título da dissertação: “MINHA UNIVERSIDADE, MEU TERRITÓRIO”: o processo de interiorização e a contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas para o desenvolvimento do aglomerado urbano CRAJUBAR.

Sou Wellington Rodrigues da Silva, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU) da Universidade Regional do Cariri (URCA). Estou entrando em contato para solicitar uma importante cooperação para a realização deste trabalho de dissertação. O seu nome foi escolhido para participar dessa etapa da pesquisa em reconhecimento à sua contribuição acadêmica e/ou técnica sobre o tema. Dentre os objetivos da dissertação, busca-se definir indicadores de contribuição do ensino superior para o desenvolvimento territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR. Para tanto, optou-se pela adoção do método Delphi, que consiste na consulta a um grupo de especialistas que opinarão sobre a importância relativa de um conjunto de dimensões e indicadores. Peço, portanto, a sua valorosa colaboração e disponibilidade para responder a este formulário.

Os pesquisadores agradecem a sua colaboração.

(Ao final de cada dimensão, os especialistas, se assim desejarem, podem fazer sugestão de inclusão de algum novo indicador).

A avaliação pode ser feita atribuindo graus de importância a dimensões e indicadores, utilizando a seguinte escala de 1 a 5:

- (1) Sem importância
- (2) Pouco importante
- (3) Importante
- (4) Muito importante

(5) Extremamente importante.

1. E-mail: _____

Dimensões da contribuição da Educação Superior para o Desenvolvimento Territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR

A avaliação pode ser feita utilizando a seguinte escala de 1 a 5:

(1) sem importância; (2) pouco importante; (3) importante; (4) muito importante; (5) extremamente importante.

Avalie o grau de importância das dimensões elencadas, relativas à Educação Superior, na contribuição para o Desenvolvimento Territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR

Dimensões	1	2	3	4	5
Dimensão Regional da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial					
Dimensão Científica-Inovativa-Extensionista da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial					
Dimensão Formação Político-Cidadã da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial					
Dimensão Ambiental-Cultural da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial					
Dimensão Desenvolvimento Humano da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial					
Dimensão Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial					

Indicadores da “Dimensão Regional da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial”

A avaliação pode ser feita utilizando a seguinte escala de 1 a 5:

(1) sem importância; (2) pouco importante; (3) importante; (4) muito importante; (5) extremamente importante.

Avalie o grau de importância do indicador em questão, relativo à Educação Superior, na sua contribuição para o Desenvolvimento Territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR

("Dimensão Regional da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial")

Indicador	1	2	3	4	5
Dinamização do mercado consumidor da cidade sede da IES					
Aquecimento do mercado imobiliário					

Dinamização do setor de transporte					
Fortalecimento do setor de comércio e serviços em geral (alimentação, papelarias, lanchonetes, livrarias, hospedagem etc.)					
Elevação da oferta de serviços saúde (profissionais de saúde, clínicas especializadas, hospitais universitários etc.)					
Dinamização do setor industrial (alimentos, metalmecânica; metalurgia; mobiliário etc.)					
Criação de novas dinâmicas urbanas (reordenamento e planejamento urbano; infraestrutura urbana etc.)					
Estímulo ao empreendedorismo					

Caso necessário, sugira indicador (es) para a composição da "Dimensão Regional da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial

Indicadores da “Dimensão Científica-Inovativa-Extensionista da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial”

A avaliação pode ser feita utilizando a seguinte escala de 1 a 5:

(1) sem importância; (2) pouco importante; (3) importante; (4) muito importante; (5) extremamente importante.

Avalie o grau de importância do indicador em questão, relativo à Educação Superior, na sua contribuição para o Desenvolvimento Territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR

("Dimensão Científica-Inovativa-Extensionista da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial")

Indicador	1	2	3	4	5
Diversificação na oferta de cursos em nível de graduação e pós-graduação para a região					
Desenvolvimento de pesquisas aplicadas e voltadas à região					
Desenvolvimento de atividades extensionistas					
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-empresa					
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-comunidade					
Estímulo à cultura da inovação e práticas inovativas					

Caso necessário, sugira indicador (es) para a composição da "Dimensão Científica-Inovativa-Extensionista da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial

Indicadores da “Dimensão Formação Político-Cidadã da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial”

A avaliação pode ser feita utilizando a seguinte escala de 1 a 5:

(1) sem importância; (2) pouco importante; (3) importante; (4) muito importante; (5) extremamente importante.

Avalie o grau de importância do indicador em questão, relativo à Educação Superior, na sua contribuição para o Desenvolvimento Territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR

("Dimensão Formação Político-Cidadã da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial")

Indicador	1	2	3	4	5
Pensamento crítico e autonomia intelectual					
Senso de ética e afirmação da cultura dos direitos humanos					
Percepção e postura em prol da não discriminação de raça/etnia					
Percepção e postura em prol da não discriminação por classe econômica					
Percepção e postura em prol da não discriminação de gênero					
Percepção e postura em prol da não discriminação por orientação sexual (LGBTQIAPN+)					
Percepção e postura em prol da não discriminação religiosa					
Percepção e postura em prol da não discriminação relativa a questões xenofóbicas					
Fortalecimento do pertencimento territorial					
Compreensão crítica do mundo do trabalho					

Caso necessário, sugira indicador (es) para a composição da "Dimensão Formação Político-Cidadã da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial

Indicadores da “Dimensão Ambiental-Cultural da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial”

A avaliação pode ser feita utilizando a seguinte escala de 1 a 5:

(1) sem importância; (2) pouco importante; (3) importante; (4) muito importante; (5) extremamente importante.

Avalie o grau de importância do indicador em questão, relativo à Educação Superior, na sua contribuição para o Desenvolvimento Territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR

("Dimensão Ambiental-Cultural da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial")

Indicador	1	2	3	4	5
Percepção e consciência ambiental					
Formação para a Educação Ambiental					
Estímulo ao empreendedorismo sustentável					
Promoção e valorização de atividades ambientais					
Valorização do patrimônio histórico-cultural e dos saberes e cultura locais					
Dinamização e aquecimento do mercado cultural					
Valorização da diversidade de saberes e da vivência cultural					
Promoção e valorização de atividades culturais					
Incentivo à formação de plateias					
Conhecimento e valorização do território Caririense					
Conhecimento e valorização do Araripe Geopark					
Envolvimento com comunidades indígenas, quilombolas					
Desenvolvimento de estudos ambientais diversos					
Desenvolvimento do ativismo ambiental (campanhas de conscientização, promoção de ações legais, petições, denúncias etc.)					
Práticas de responsabilidade socioambiental por parte das IES					

Caso necessário, sugira indicador (es) para a composição da "Dimensão Ambiental-Cultural da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial

Indicadores da “Dimensão Desenvolvimento Humano da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial”

A avaliação pode ser feita utilizando a seguinte escala de 1 a 5:

(1) sem importância; (2) pouco importante; (3) importante; (4) muito importante; (5) extremamente importante.

Avalie o grau de importância do indicador em questão, relativo à Educação Superior, na sua contribuição para o Desenvolvimento Territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR

("Dimensão Desenvolvimento Humano da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial")

Indicador	1	2	3	4	5
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente familiar					
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho					
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no círculo de amigos					

Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no âmbito privado					
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no ambiente de trabalho					
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) na sociedade					
Fortalecimento das relações interpessoais					
Incentivo à participação em atividades culturais e de lazer					
Estímulo à disseminação de novas ideias, em geral					
Estímulo à disseminação de novas ideias relacionadas à sua formação					
Estímulo ao diálogo e engajamento social					

Caso necessário, sugira indicador (es) para a composição da "Dimensão Desenvolvimento Humano da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial

Indicadores da “Dimensão para o Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial”

A avaliação pode ser feita utilizando a seguinte escala de 1 a 5:

(1) sem importância; (2) pouco importante; (3) importante; (4) muito importante; (5) extremamente importante.

Avalie o grau de importância do indicador em questão, relativo à Educação Superior, na sua contribuição para o Desenvolvimento Territorial do aglomerado urbano CRAJUBAR

("Dimensão para o Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial")

Indicador	1	2	3	4	5
Formação de capital humano					
Estímulo à demanda por mão de obra com ensino superior					
Fortalecimento da renda					
Inserção no mercado de trabalho					
Elevação no nível de empregabilidade					
Desenvolvimento de novas habilidades profissionais					
Desenvolvimento da cultura empreendedora					
Estímulo à atuação estratégica e inovadora no ambiente de trabalho					

Caso necessário, sugira indicador (es) para a composição da "Dimensão para o Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional da contribuição da educação superior para o desenvolvimento territorial

Atenciosamente, Wellington Rodrigues da Silva. E-mail: wellyngton.ce@hotmail.com

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA –
PPGERU**

(Questionário professores) Dimensões e indicadores da contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas para o desenvolvimento do aglomerado urbano CRAJUBAR

(Subsídio para realização de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana - Universidade Regional do Cariri)

Caro professor, com este questionário objetiva-se coletar informações que auxiliarão na investigação científica relativa à pesquisa:

“MINHA UNIVERSIDADE, MEU TERRITÓRIO”: o processo de interiorização e a contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas para o desenvolvimento do aglomerado urbano CRAJUBAR.

Referente à dissertação do Mestrando Wellington Rodrigues da Silva do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Urbana pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

Os(as) pesquisadores(as) agradecem a sua colaboração.

Objetiva-se, aqui, avaliar em que medida as IES contribuem, através daquele indicador, para o desenvolvimento territorial no aglomerado urbano CRAJUBAR. A avaliação pode ser feita utilizando-se uma escala de frequência de 1 a 5:

- (1) Nunca
- (2) Quase nunca
- (3) Às vezes
- (4) Quase sempre
- (5) Sempre

Por gentileza, marque em cada linha a célula correspondente à nota atribuída.

PS.: Na primeira parte do questionário, são elencadas perguntas que visam traçar o perfil dos professores(as) pesquisados(as).

1. E-mail: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

2. Nome: _____

Perfil Socioeconômico e Sociodemográfico

Qual sua idade ou faixa etária (em anos)	☐ De 21 a 30 ☐ De 31 a 40 ☐ De 41 a 50 ☐ De 51 a 60 ☐ Acima de 60
Qual seu gênero?	☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Outro
Qual a sua cor ou raça?	☐ Branca ☐ Preta ☐ Parda ☐ Indígena ☐ Amarela
Estado civil	☐ Solteiro(a) ☐ Casado (a) ☐ Separado (a) ☐ Viúvo (a) ☐ Outro
Escolaridade	☐ Graduação ☐ Especialização ☐ Mestrado ☐ Doutorado ☐ Pós-Doutorado
Qual seu vínculo com a IES?	☐ Efetivo ☐ Substituto ☐ Temporário
Qual (is) IES possui vínculo?	☐ URCA ☐ UFCA ☐ IFCE Crato ☐ IFCE Juazeiro do Norte

Indicadores da Dimensão Regional da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial

A avaliação pode ser feita utilizando-se uma escala de frequência de 1 a 5:

(1) Nunca; (2) Quase nunca; (3) Às vezes; (4) Quase sempre; (5) Sempre

Avalie o quanto a Educação Superior contribui com o indicador em questão (**Dimensão**

Regional da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial)

Indicador	1	2	3	4	5
Dinamização do mercado consumidor da cidade sede da IES					
Aquecimento do mercado imobiliário					
Dinamização do setor de transporte					
Fortalecimento do setor de comércio e serviços em geral (alimentação, papelarias, lanchonetes, livrarias, hospedagem etc.)					
Elevação da oferta de serviços saúde (profissionais de saúde, clínicas especializadas, hospitais universitários etc.)					
Dinamização do setor industrial (alimentos, metalmecânica; metalurgia; mobiliário etc.)					
Criação de novas dinâmicas urbanas (reordenamento e planejamento urbano; infraestrutura urbana etc.)					
Estímulo ao empreendedorismo					
Contribui para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão pública					
Contribui para o fortalecimento/dinamização de aglomerações produtivas, clusters, APL, parques tecnológicos etc.					

Indicadores da Dimensão Científica-Inovativa-Extensionista da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial

A avaliação pode ser feita utilizando-se uma escala de frequência de 1 a 5:

(1) Nunca; (2) Quase nunca; (3) Às vezes; (4) Quase sempre; (5) Sempre

Avalie o quanto a Educação Superior contribui com o indicador em questão (**Dimensão Científica-Inovativa-Extensionista da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial**)

Indicador	1	2	3	4	5
Diversificação na oferta de cursos em nível de graduação e pós-graduação para a região					
Desenvolvimento de pesquisas aplicadas e voltadas à região					
Desenvolvimento de atividades extensionistas					
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-empresa					
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-comunidade					
Estímulo à cultura da inovação e práticas inovativas					
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-setor público (federal, estadual e municipal)					
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-ensino básico e instituições de nível superior					
Estímulo e potencialização de segmentos sociais organizados					
Criação de oportunidades de cooperação internacional (ensino, pesquisa e extensão)					
Promoção de ações interdisciplinares					

Indicadores da Dimensão Formação Político-Cidadã da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial

A avaliação pode ser feita utilizando-se uma escala de frequência de 1 a 5:

(1) Nunca; (2) Quase nunca; (3) Às vezes; (4) Quase sempre; (5) Sempre

Avalie o quanto a Educação Superior contribui com o indicador em questão (**Dimensão Político-Cidadã da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial**)

Indicador	1	2	3	4	5
Pensamento crítico e autonomia intelectual					
Senso de ética e afirmação da cultura dos direitos humanos					
Percepção e postura em prol da não discriminação de raça/etnia					
Percepção e postura em prol da não discriminação por classe econômica					
Percepção e postura em prol da não discriminação de gênero					
Percepção e postura em prol da não discriminação por orientação sexual (LGBTQIAPN+)					
Percepção e postura em prol da não discriminação religiosa					
Percepção e postura em prol da não discriminação relativa a questões xenofóbicas					
Fortalecimento do pertencimento territorial					
Compreensão crítica do mundo do trabalho					
Fortalecimento do exercício de cidadania					

Indicadores da Dimensão Ambiental-Cultural da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial

A avaliação pode ser feita utilizando-se uma escala de frequência de 1 a 5:

(1) Nunca; (2) Quase nunca; (3) Às vezes; (4) Quase sempre; (5) Sempre

Avalie o quanto a Educação Superior contribui com o indicador em questão (**Dimensão Ambiental-Cultural da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial**)

Indicador	1	2	3	4	5
Percepção e consciência ambiental					
Formação para a Educação Ambiental					
Estímulo ao empreendedorismo sustentável					
Promoção e valorização de atividades ambientais					
Valorização do patrimônio histórico-cultural e dos saberes e cultura locais					
Dinamização e aquecimento do mercado cultural					
Valorização da diversidade de saberes e da vivência cultural					
Promoção e valorização de atividades culturais					

Incentivo à formação de plateias					
Conhecimento e valorização do território Caririense					
Conhecimento e valorização do Araripe Geopark					
Envolvimento com comunidades indígenas, quilombolas					
Desenvolvimento de estudos ambientais diversos					
Desenvolvimento do ativismo ambiental (campanhas de conscientização, promoção de ações legais, petições, denúncias etc.)					
Práticas de responsabilidade socioambiental por parte das IES					

Indicadores da Dimensão Desenvolvimento Humano da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial

A avaliação pode ser feita utilizando-se uma escala de frequência de 1 a 5:

(1) Nunca; (2) Quase nunca; (3) Às vezes; (4) Quase sempre; (5) Sempre

Avalie o quanto a Educação Superior contribui com o indicador em questão (**Dimensão Desenvolvimento Humano da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial**)

Indicador	1	2	3	4	5
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente familiar					
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho					
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no círculo de amigos					
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no âmbito privado					
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no ambiente de trabalho					
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) na sociedade					
Fortalecimento das relações interpessoais					
Incentivo à participação em atividades culturais e de lazer					
Estímulo à disseminação de novas ideias, em geral					
Estímulo à disseminação de novas ideias relacionadas à sua formação					
Estímulo ao diálogo e engajamento social					
Estímulo à conscientização e prática da cultura da paz					

Indicadores da Dimensão para o Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial

A avaliação pode ser feita utilizando-se uma escala de frequência de 1 a 5:

(1) Nunca; (2) Quase nunca; (3) Às vezes; (4) Quase sempre; (5) Sempre

Avalie o quanto a Educação Superior contribui com o indicador em questão (**Dimensão Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional da contribuição da Educação Superior para o desenvolvimento territorial**)

Indicador	1	2	3	4	5
Formação de capital humano					
Estímulo à demanda por mão de obra com ensino superior					
Fortalecimento da renda					
Inserção no mercado de trabalho					
Elevação no nível de empregabilidade					
Desenvolvimento de novas habilidades profissionais					
Desenvolvimento da cultura empreendedora					
Estímulo à atuação estratégica e inovadora no ambiente de trabalho					

Atenciosamente, Wellington Rodrigues da Silva. E-mail: wellyngton.ce@hotmail.com

**APÊNDICE C – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA
CONTRIBUIÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Indicadores	Pesos
Dinamização do mercado consumidor da cidade sede da IES	0,1170
Aquecimento do mercado imobiliário	0,1170
Dinamização do setor de transporte	0,1170
Fortalecimento do setor de comércio e serviços em geral (alimentação, papelarias, lanchonetes, livrarias, hospedagem etc.)	0,1170
Elevação da oferta de serviços saúde (profissionais de saúde, clínicas especializadas, hospitais universitários etc.)	0,0420
Dinamização do setor industrial (alimentos, metalmecânica; metalurgia; mobiliário etc.)	0,0223
Criação de novas dinâmicas urbanas (reordenamento e planejamento urbano; infraestrutura urbana etc.)	0,1170
Estímulo ao empreendedorismo	0,1170
Contribui para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão pública	0,1170
Contribui para o fortalecimento/dinamização de aglomerações produtivas, clusters, APL, parques tecnológicos etc.	0,1170
Total	1,0000

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa (2024).

**APÊNDICE D – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA
CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA-INOVATIVA-EXTENSIONISTA DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Indicadores	Pesos
Diversificação na oferta de cursos em nível de graduação e pós-graduação para a região	0,0909
Desenvolvimento de pesquisas aplicadas e voltadas à região	0,0909
Desenvolvimento de atividades extensionistas	0,0909
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-empresa	0,0909
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-comunidade	0,0909
Estímulo à cultura da inovação e práticas inovativas	0,0909
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-setor público (federal, estadual e municipal)	0,0909
Fortalecimento da relação/cooperação Universidade-ensino básico e instituições de nível superior	0,0909
Estímulo e potencialização de segmentos sociais organizados	0,0909
Criação de oportunidades de cooperação internacional (ensino, pesquisa e extensão)	0,0909
Promoção de ações interdisciplinares	0,0909
Total	1,0000

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa (2024).

**APÊNDICE E – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA
CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO POLÍTICO-CIDADÃ DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Indicadores	Pesos
Pensamento crítico e autonomia intelectual	0,0909
Senso de ética e afirmação da cultura dos direitos humanos	0,0909
Percepção e postura em prol da não discriminação de raça/etnia	0,0909
Percepção e postura em prol da não discriminação por classe econômica	0,0909
Percepção e postura em prol da não discriminação de gênero	0,0909
Percepção e postura em prol da não discriminação por orientação sexual (LGBTQIAPN+)	0,0909
Percepção e postura em prol da não discriminação religiosa	0,0909
Percepção e postura em prol da não discriminação relativa a questões xenofóbicas	0,0909
Fortalecimento do pertencimento territorial	0,0909
Compreensão crítica do mundo do trabalho	0,0909
Fortalecimento do exercício de cidadania	0,0909
Total	1,0000

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa (2024).

**APÊNDICE F – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA
CONTRIBUIÇÃO AMBIENTAL-CULTURAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Indicadores	Pesos
Percepção e consciência ambiental	0,0704
Formação para a Educação Ambiental	0,0704
Estímulo ao empreendedorismo sustentável	0,0704
Promoção e valorização de atividades ambientais	0,0704
Valorização do patrimônio histórico-cultural e dos saberes e cultura locais	0,0704
Dinamização e aquecimento do mercado cultural	0,0704
Valorização da diversidade de saberes e da vivência cultural	0,0704
Promoção e valorização de atividades culturais	0,0704
Incentivo à formação de plateias	0,0141
Conhecimento e valorização do território Caririense	0,0704
Conhecimento e valorização do Araripe Geoparque	0,0704
Envolvimento com comunidades indígenas, quilombolas	0,0704
Desenvolvimento de estudos ambientais diversos	0,0704
Desenvolvimento do ativismo ambiental (campanhas de conscientização, promoção de ações legais, petições, denúncias etc.)	0,0704
Práticas de responsabilidade socioambiental por parte das IES	0,0704
Total	1,0000

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa (2024).

**APÊNDICE G – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA
CONTRIBUIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Indicadores	Pesos
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente familiar	0,0938
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho	0,0312
Estímulo à socialização dos conhecimentos adquiridos no círculo de amigos	0,0312
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no âmbito privado	0,0938
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) no ambiente de trabalho	0,0938
Cultura solidária e espírito colaborativo (agir coletivo) na sociedade	0,0938
Fortalecimento das relações interpessoais	0,0938
Incentivo à participação em atividades culturais e de lazer	0,0938
Estímulo à disseminação de novas ideias, em geral	0,0938
Estímulo à disseminação de novas ideias relacionadas à sua formação	0,0938
Estímulo ao diálogo e engajamento social	0,0938
Estímulo à conscientização e prática da cultura da paz	0,0938
Total	1,0000

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa (2024).

**APÊNDICE H – VETOR DAS PRIORIDADES MÉDIAS LOCAIS (PML) – ÍNDICE DA
CONTRIBUIÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Indicadores	Pesos
Formação de capital humano	0,1250
Estímulo à demanda por mão de obra com ensino superior	0,1250
Fortalecimento da renda	0,1250
Inserção no mercado de trabalho	0,1250
Elevação no nível de empregabilidade	0,1250
Desenvolvimento de novas habilidades profissionais	0,1250
Desenvolvimento da cultura empreendedora	0,1250
Estímulo à atuação estratégica e inovadora no ambiente de trabalho	0,1250
Total	1,0000

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa (2024).

APÊNDICE I – ESTRATIFICAÇÃO DA AMOSTRA POR CURSOS/CENTROS

URCA						
	Departamentos	Total	Percentual	Amostra	Amostra ajustada	Respondentes
Crato	Artes Visuais	11	3,20	4	1	2
	Ciências Biológicas	25	7,27	8	3	5
	Ciências sociais	17	4,94	5	2	2
	Direito	38	11,05	12	4	5
	Ciências Econômicas	27	7,85	9	3	6
	Educação	21	6,10	7	2	3
	Educação Física	15	4,36	5	2	1
	Enfermagem	36	10,47	12	4	7
	Geociência	21	6,10	7	2	2
	História	24	6,98	8	3	4
	Línguas e Literaturas	29	8,43	9	3	5
	Química	11	3,20	4	1	1
	Teatro	13	3,78	4	1	2
Juazeiro do Norte	Construção Civil	10	2,91	3	1	3
	Engenharia de produção	18	5,23	6	2	4
	Física	9	2,62	3	1	0
	Matemática	19	5,52	6	2	2
	Total	344	100,00	110	36	54

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa (2024).

IFCE CRATO					
Departamentos	Total	Percentual	Amostra	Amostra ajustada	Respondentes
Zootecnia	30	50,00	10	3	3
Sistemas de Informação	18	30,00	7	2	2
Letras Português/Espanhol	5	8,33	2	1	0
Total	58	100,00	19	6	5

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa (2024).

IFCE JUAZEIRO DO NORTE					
Departamentos	Total	Percentual	Amostra	Amostra ajustada	Respondentes
Tec. Construção de edifícios	16	15,38	5	2	1
Tec. em automação industrial	16	15,38	5	2	2
Matemática	14	13,46	5	1	2
Engenharia ambiental e sanitária	20	19,23	7	2	2
Engenharia civil	22	21,15	7	2	1
Educação física	16	15,38	5	2	2
Total	106	100,00	34	11	10

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa (2024).

UFCA						
	Centros	Total	Percentual	Amostra	Amostra ajustada	Respondentes
Crato	Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade	28	9,12	9	3	2
Juazeiro do Norte	Núcleo de ciências e tecnologia	78	25,41	25	8	6
	Centro de ciências sociais aplicadas	58	18,89	19	6	13
	Instituto Interdisciplinar de Sociedade, cultura e arte	64	20,85	21	7	7
Barbalha	Faculdade de Medicina	79	25,73	25	8	0
	Total	307	100	99	32	28

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa (2024).